



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIS REGINA SILVA DOS SANTOS OLIVEIRA

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES, IMPASSES E
ALCANCES.**

São Cristóvão - SE

Dezembro/2011

ELIS REGINA SILVA DOS SANTOS OLIVEIRA

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES, IMPASSES E
ALCANCES.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

São Cristóvão - SE

Dezembro/2011

ELIS REGINA SILVA DOS SANTOS OLIVEIRA

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES, IMPASSES E
ALCANCES.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eloízio da Costa - Orientador

Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª. Josefa de Lisboa Santos- Examinador Interno

Universidade Federal de Sergipe – NPGE

Profª Drª. Sônia de Souza Mendonça Menezes – Examinador Externo

Universidade Federal de Sergipe - DGE

Aos meus pais, que sempre confiaram em mim incentivando-me nos momentos mais difíceis, meu muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos a Deus, ser superior que foi meu grande amigo nas horas mais difíceis da minha caminhada.

Aos meus pais, pessoas que acima de tudo estiveram ao meu lado, dando apoio e conforto. Claro que a mulher que sou hoje devo aos dois que sempre me educaram com base no respeito mútuo.

Ao meu orientador Professor Eloízio, que me possibilitou o crescimento acadêmico e profissional. Meu muito obrigada!

A meu esposo Antonio, pai incondicional que nunca se negou em ficar com a nossa filha, mesmo sozinho para possibilitar meus estudos. Além de uma pessoa sempre presente nessa caminhada.

A minha filha Letícia que mesmo sem entender minha ausência sempre me recebia com o seu belo sorriso, te amo.

As minhas tias que sempre incentivaram na continuidade dos meus estudos servindo como espelho na incessante busca do saber.

Aos meus irmãos Elisangela e Vlademir que de forma indireta e direta também participaram dessa caminhada auxiliando nos meus estudos.

Às minhas amigas Leide e Márcia parceiras no compartilhamento acadêmico e da vida.

Aos colegas do Gepru pelas horas de estudos e debates sobre o mundo rural. Em especial à Diana pelas conversas e auxílio na elaboração dos mapas.

Aos professores da UFS pelos ensinamentos geográficos, que perdurar até os dias atuais no meu cotidiano escolar. Em especial a professora Vera França um exemplo de pesquisadora.

Ao apoio cedido pelo NPGEOP, da vice coordenadora professora Josefa Lisboa, dos secretários Everton e Franci e das estagiárias que sempre de forma gentil agilizaram todas as documentações solicitadas.

A Karla pela realização da revisão ortográfica

A Rodrigo por auxiliar na elaboração dos mapas.

Aos técnicos da COHIDRO e o engenheiro da EMDRAGO pelas informações e a gentileza no momento da realização das entrevistas.

Aos entrevistados e aos atores sociais nos povoados estudados pela prontidão ao responder os questionários.

Enfim agradeço às pessoas que contribuíram para a concretude deste trabalho.

Meu muito, obrigada!

O campo brasileiro está em constante transformação e consequentemente, a cada momento são acrescentados novos conteúdos que pedem à ciência interpretação.

Fabrini (2008, p.3)

RESUMO

A presente pesquisa tem como propósito analisar a agricultura familiar integrada ao sistema do agronegócio no município de Lagarto observando seus limites, impasses e alcances, além de identificar os principais cultivos ligados ao agronegócio. Sendo constituído a partir de revisão bibliográfica sobre o processo de produção e organização do espaço agrário brasileiro e sergipano, da agricultura familiar e do agronegócio; seguido pelo trabalho de campo com aplicação de questionários semiestruturados no uso da técnica da amostragem aleatória nos povoados Colônia Treze, Fazenda Grande e Jenipapo; concluindo-se com a coleta de dados secundários em órgãos e entidades federais, estaduais e do município de Lagarto como COHIDRO, EMDAGRO e o IBGE. O município de Lagarto se destaca pela tradição e desenvolvimento de vários cultivos em pequenas unidades familiares com reduzidas inovações mecânicas, químicas, biológicas e com utilização intensiva do trabalho familiar. Pelos dados da produção agrícola municipal de 2008 e 2009 do IBGE os principais cultivos do município de Lagarto são os seguintes: mandioca, laranja, maracujá, o mamão, o milho, a banana e o fumo. O estudo da agricultura familiar integrada em Sergipe, em particular no município de Lagarto tomou importância nas últimas três décadas em função da crescente participação de grupos econômicos na economia do município, inserindo o núcleo do complexo agroindustrial como parâmetro de dominação em todas as “linhas” integradas da cadeia. Esses grupos estão introduzindo modificações na estrutura espacial, no tocante a adesão e orientação de novos cultivos. O “agronegócio familiar” emerge no município com uma possibilidade de inserir a pequena produção do agricultor ao sistema agroindustrial. A atividade pioneira nessa inserção foi a fumicultura que rebateu estruturalmente na configuração espacial do município nas décadas de 70, 80 e 90. Nesse período sua produção estava subordinada ao grupo Maratá e ao grupo Zezé Rocha. Os novos cultivos inseridos no ciclo do agronegócio lagartense, como a acerola e a pimenta, permitiram maior dinamismo da produção familiar. A cultura da pimenta tem como destino o grupo Maratá que atua na região realizando acordos com valores pré-contratuais com os produtores familiares, já a laranja e acerola são repassadas aos intermediários que por sua vez distribuem para as indústrias de suco em Estância/Se e para os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Palavras chaves: Agronegócio. Agricultura familiar. Espaço.

ABSTRACT

This research is intended to analyze the integrated family agriculture and observing its limits, deadlocks and scope, and also identifying the main crops related agribusiness in the town of Lagarto. Being constructed from literature review on the production process and layout of Brazil and Sergipe agrarian areas, family farming and agribusiness; followed by field work with semi-structured questionnaires to use the technique of random sampling in the villages of Colonia do Treze, Fazenda Grade and Jenipapo; concluding with the collection of secondary data in federal and state agencies and entities, and in the counties of Lagarto like COHIDRO, EMDAGRO and IBGE. The town of Lagarto stands for tradition and development of several crops in small family units with reduced mechanical innovations, chemical and biological and intensive family work, which refutes the structurally low labor productivity and production volume. By municipal agricultural production data from 2008 and 2009 IBGE major crops in the county of Lagarto are: cassava, orange, passion fruit, papaya, corn, bananas and tobacco. The study of integrated family agriculture in Sergipe, in particular in this town took importance over the past three decades due to increasing economic participation of groups of family capital in the economy of the city, entering the nucleus of the agro industrial complex as a parameter of domination in all "lines" integrated chain. These groups are introducing changes in the spatial structure, with respect to membership and orientation of new crops. The "family agribusiness" emerges in the town with an opportunity to enter the small farmer production of agro-industrial system. The pioneering activity in this insertion was structurally countered that tobacco growing in the configuration space of the city in the 70, 80 and 90. During this period production was subordinateto the Maratá group and the José Rocha group. The new crops were inside the loop of lagartense agribusiness as cherry and pepper allowing greater dynamism of household production. The production of pepper has as destination the Maratá group that works making agreements in the region with pre-contract with small farmers, on the other hand orange and cherry are passed on to intermediaries who in turn distribute them to the juice industries in Estânciase and the states of Pernambuco and Rio Grande do Norte.

Keywords: Agribusiness. Family agriculture. Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Territórios da Cidadania. Base Cartográfica: SEPLAN, 2004.....	15
Figura 1.1- Área de Estudo. Base Cartográfica: SEPLAN, 2004.....	18
Figura 1.2- Localização de Lagarto no Estado de Sergipe (2011).....	30
Figura 1.3- Antigo cenário da cidade de Lagarto.....	33
Figura 1.4- Antigo cenário da cidade de Lagarto.....	33
Figura 1.5- Plantação de Mandioca e Fumo no povoado Colônia Treze.....	34
Figura 1.6- Novos cultivos: Pimenta e Acerola.....	36 e 37
Figura 1.7- Senhor Antonio Martins de Menezes.....	39
Figura 1.8- Principais cultivos do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, 2010.....	41
Figura 1.9- Perímetro irrigado Piauí.....	42
Figura 1.10- Principais cultivos do povoado Fazenda Grande, Lagarto/SE, 2010.....	43
Figura 1.11- Cultivo da Pimenta no Povoado Fazenda Grande.....	44
Figura 1.12- Feira Agroecológica no município de Lagarto.....	45 e 46
Figura 1.13- Vista área do povoado Jenipapo.....	47
Figura 1.14- Principais cultivos do povoado Jenipapo, Lagarto/SE, 2010.....	48
Figura 2- Produção de Fumo (2008).....	58
Figura 2.1- Produção de Fumo (2009).....	59
Figura 2.2- Produção de Mandioca (2008).....	61
Figura 2.3- Produção de Mandioca (2009).....	62
Figura 2.4- Plantação do fumo associado ao cultivo da mandioca.....	63
Figura 2.5- Produção de Laranja (2008).....	66
Figura 2.6- Produção de Laranja (2009).....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.7- Produção de Maracujá (2008).....	69
Figura 2.8- Produção de Maracujá (2009).....	70
Figura 2.9- Comercialização dos produtos.....	71
Figura 2.10- Incentivo do Estado, Lagarto/SE, 2010.....	72
Figura 2.11- Destino da produção Lagarto/Se.....	73
Figura 3- Plantação, secagem e fabricação da corda de fumo.....	87, 88 e 89
Figura 3.1- Agricultor familiar no Povoado Fazenda Grande.....	91
Figura 3.2- A colheita da pimenta no povoado Fazenda Grande.....	92
Figura 3.3- Unidades Industriais em Estância e Itaporanga d' Ajuda.....	94 e 95
Figura 3.4- Salão de Beleza no povoado Fazenda Nova.....	99
Figura 3.5- Outras atividades desenvolvidas na área de estudo.....	100

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1- organização espacial global.....	22
Tabela 1- População Residente na Zona Rural e Zona Urbana de Lagarto-2010.....	39
Tabela 1.1- Gênero e Faixa Etária da População do Município de Lagarto-2010.....	31
Tabela 2- Produção do fumo no Brasil, Nordeste, Sergipe e Lagarto.....	63
Tabela 2.1- Produção das Lavouras Temporárias em Lagarto/Se.....	64
Tabela 2.2- Produção das Lavouras Permanentes em Lagarto/Se.....	64

LISTA DE SIGLAS

BNB- (Banco do Nordeste do Brasil)

CAIs- (Complexos Agroindústrias)

COHIDRO- (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe)

DESENBAHIA- (Agência de fomento do estado da Bahia)

DESER-(Departamento de estudos sócio-econômicos rurais)

EMDRAGO-(Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe)

EMBRAPA-(Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

FETRA-SUL- (A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar)

FUNDEMAN- (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Mandioca)

IBGE- (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

ICODERUS- (Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável)

INCRA- (Instituto Nacional de Reforma Agrária)

GEDEA- (Grupo de Estudos de Desenvolvimento Ambiental)

MDA- (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

SEBRAE- (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)

SEIDES- (Assistência e Desenvolvimento Social)

PLANAMAM- (Plano Nacional da Mandioca)

PROINF- (Programa de Apoio a projetos de infraestrutura e Serviços)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CONCEITOS CHAVES DA GEOGRAFIA.....	20
1.1 Espaço e território: Uma necessária discussão conceitual.....	20
1.2 Organização espacial no município de Lagarto/Se.....	28
1.3 O povoado Colônia Treze.....	38
1.4 Fazenda Grande: Uma nova possibilidade.....	41
1.5 Povoado Jenipapo: Novas perspectivas.....	47
2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS VERDADEIRAS FACETAS.....	50
2.1 Agricultura familiar: Uma discussão preliminar.....	50
2.2 Singuralidades da agricultura.....	54
2.3 Particularidades da agricultura familiar no município de Lagarto/Se.....	59
3 UMA BREVE DISCUSSÃO DO AGRONEGÓCIO.....	74
3.1 Agronegócio: Seus impasses.....	74
3.2 Particularidades do agronegócio no município de Lagarto/Se.....	83
3.3 Hegemonia do grupo Maratá no município de Lagarto/Se	93
3.4 Pluriatividade: Nova realidade no município de Lagarto/Se.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICES.....	112
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

O estudo do agronegócio em Sergipe, em particular no município de Lagarto, localizado no território do Centro Sul (FIG. 1), tomou importância nas últimas três décadas em função da crescente participação de grupos capitalistas na economia do município, inserindo o núcleo como parâmetro de dominação em todas as “linhas” da cadeia. Os exemplos mais destacados são os grupos Maratá, Souza Cruz e Zezé de Rocha. Esses grupos estão introduzindo modificações na estrutura espacial na perspectiva da adesão de novos cultivos e novas práticas agrícolas.

O município de Lagarto se destaca pela tradição e desenvolvimento de vários cultivos, com a utilização da mão de obra familiar nas etapas da agricultura, desenvolvidas em pequenas propriedades, contudo nos povoados estudados Colônia Treze, Jenipapo e Fazenda Grande foram constatados baixas inovações mecânicas ocorrendo apenas no período da semeadura o aluguel de tratores.

Nesse bojo, que reside a questão central da pesquisa, analisar o desenvolvimento das cadeias produtivas do sistema do agronegócio em Lagarto/SE, através da inserção do capital e de suas contradições evidenciadas nas relações socioeconômicas regionais. Além de explicar a descentralização espacial na utilização da terra em Lagarto, a partir da inserção de novos cultivos e seu rebatimento na organização do espaço agrário, configurando uma nova realidade no município servindo como suporte ao processo de implantação das unidades de beneficiamento e processamento agroindustrial. Dentro dessa conjuntura faz-se necessário estudar o papel do Estado como elemento garantidor e investidor no processo de desenvolvimento agroindustrial no município e do papel dos atores institucionais e sociais na formação das cadeias de produção, e seus rebatimentos sócio-espaciais.

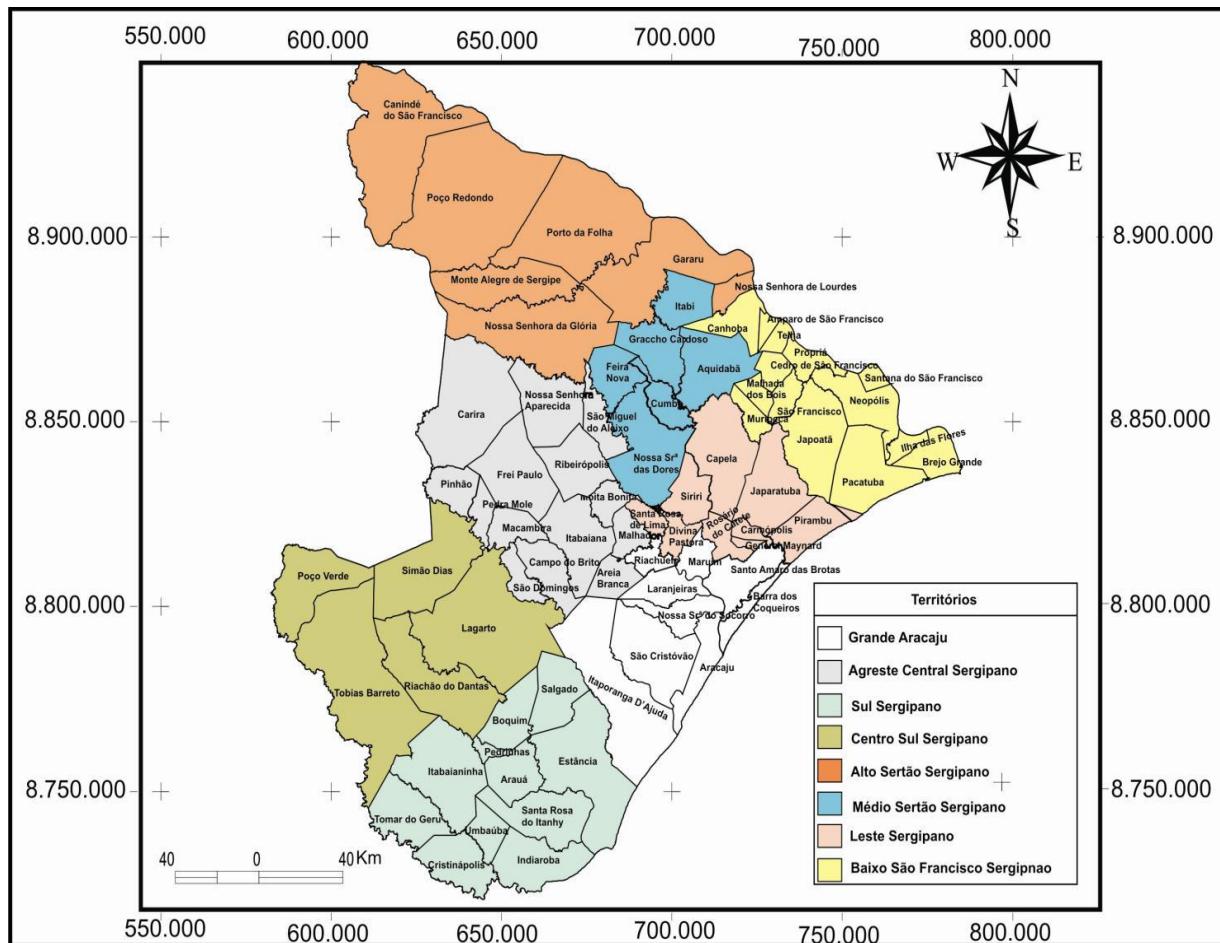


Figura 1. Territórios do Planejamento. Base Cartográfica: SEPLANTEC, 2004.
Organização: Diana Mendonça de Carvalho (2010)

Para obter as respostas e elucidar a temática optamos por um recorte temporal dos anos 2000 a 2010, em função da complexidade do tema foram aplicadas as seguintes técnicas:

Inicialmente foram feitos levantamento e revisão bibliográfica, geral e específica sobre a temática do agronegócio dando ênfase às publicações nacionais e principalmente sergipanas que retratam a temática proposta.

Dentro do marco teórico-metodológico, as categorias de análise são as seguintes: Espaço, Território e o Papel do Estado, Complexos Agroindustriais (CAIs); Agricultura Brasileira com ênfase na agricultura familiar, *lato sensu*, com a clássica abordagem da inserção do capitalismo no campo, processado a partir de meados da década de 60; como demarcação empírica dessas categorias, com ênfase na constituição e operacionalização da Cadeia Produtiva.

Em um segundo momento foi realizado coletas de dados primários e secundários em órgãos e entidades públicas como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); EMDRAGO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) e o COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe). Após a análise desses dados serão feitos com o cruzamento das informações referentes à produção, à produtividade e à distribuição dos principais cultivos do município de Lagarto, além das relações de trabalho e posteriormente com a confecção de tabelas e mapas.

O último procedimento foi a realização de trabalho de campo que iniciou no período 15/07/2010 a 19/02/2011, com um total de 45 questionários estruturados sendo aplicados 15 questionários por amostragem aleatória, nas seguintes aglomerações de base rural do estudo de caso: Colônia Treze, Jenipapo e perímetro irrigado do Piauí (Fazenda Grande) (FIG. 1.1).

No questionário foram focadas perguntas referentes a produção, produtividade, além da visão dos trabalhadores em relação ao agronegócio. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diversos atores sociais que operam nas atividades agrícolas inseridos na cadeia produtiva e subordinados a lógica do capital, sem contar com as realizadas em alguns órgãos.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro faz uma breve retrospectiva da concepção de espaço na década 70, território e o papel do Estado. Para tanto, foi necessário utilizar os seguintes autores: Henri Lefebvre, Milton Santos, Roberto Lobato Correa, Ana Fani, José Borzacchiello da Silva e Rodrigo Simão Camacho. Para entender que o espaço geográfico é produto das relações e reproduções da sociedade em um determinado

período e contexto históricos marcados por contradições. E o território, o resultado das ações humanas nesse espaço. Apresenta-se ainda o papel do Estado como um dos agentes modeladores do espaço. Posteriormente, são levantados os aspectos históricos, naturais e econômico do município de Lagarto, com ênfase nos três povoados estudados Colônia Treze, Jenipapo e Fazenda Grande no perímetro irrigado do Piauí.

O segundo capítulo trata da concepção da agricultura familiar do ponto de vista teórico dos seguintes autores: Ricardo Abromavay, Sérgio Schneider e Carlos Guanzirau. Que apontam como o mundo rural vêm passando por transformações com a inserção do capitalismo no campo gerando não apenas uma relação de explorados e exploradores, ou seja, as transformações do mundo agrário não significam apenas a superioridade da relação patronal, mas também o fortalecimento e o crescimento da agricultura familiar cada vez mais pautada na adoção de técnicas avançadas e utilização da mão de obra temporária no período da semeadura e da colheita.

No terceiro capítulo, discutiremos a temática do agronegócio amparada nas ideias dos seguintes teóricos: Joaquim J.M. Guilotto, Fernando G. Silveira, Silvio M. Ichihara, Carlos R. Azzoni, Bernardo Mancano Fernandes, Carlos Enrique Guanziroli e José Graziano da Silva. De acordo com as estimativas do PIB, o agronegócio familiar, nesses últimos anos, mostra que os agricultores familiares correspondem a uma significativa parcela da riqueza nacional, mesmo com todas as dificuldades existentes. Alguns autores afirmam que essa qualidade pujante decorre, por um lado, da existência de parcelas importantes do segmento familiar estarem integradas aos setores agroindustriais e de distribuição, bem como à utilização plena de suas terras.

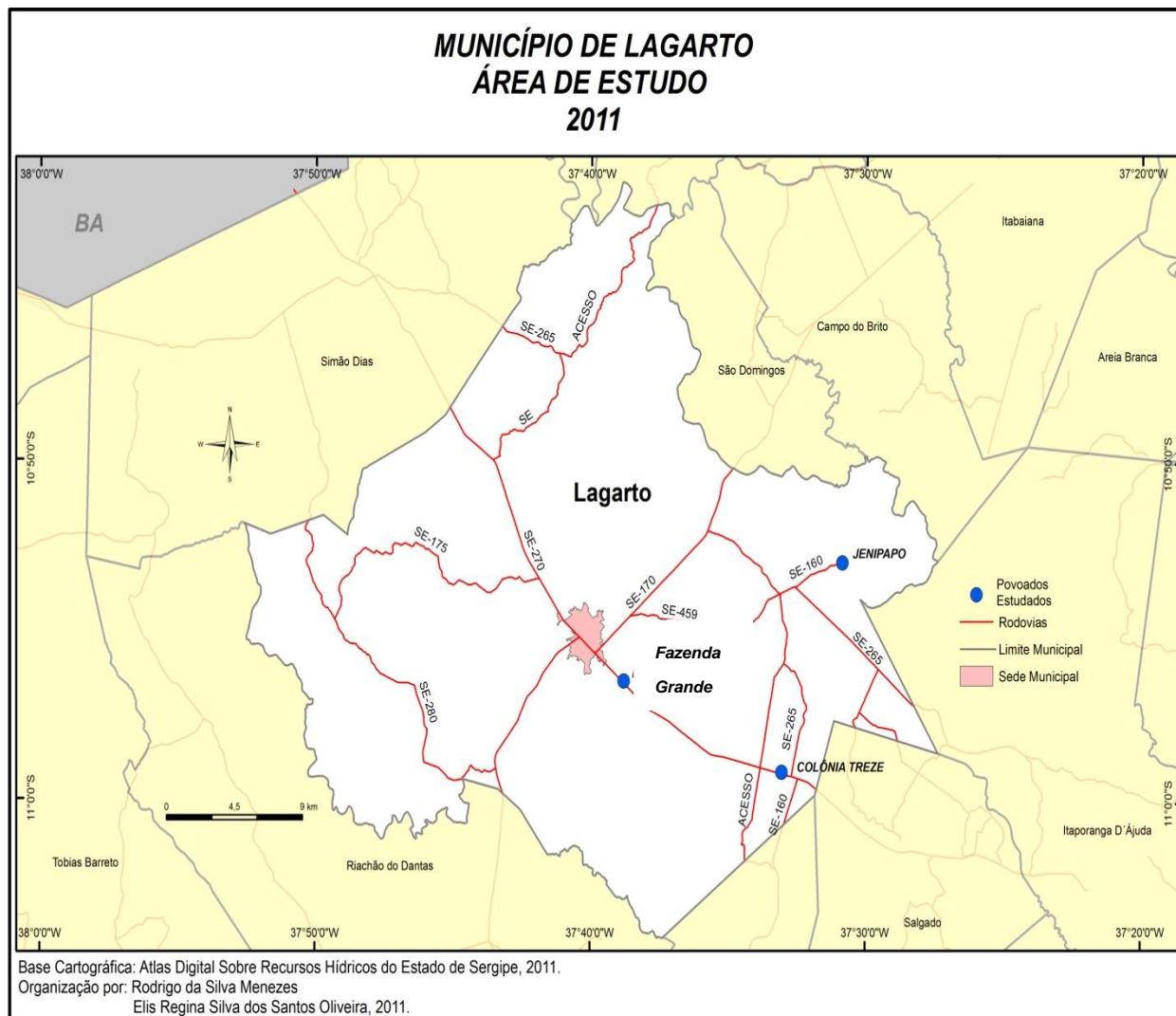


Figura 1.1- Área de Estudo. Base Cartográfica: SEPLANTEC, 2004

Por último as considerações finais da pesquisa têm o caráter de deslumbrar o tema desvendando as particularidades do agronegócio lagartense. Ao verificar que tipo de agronegócio ocorre no município? Quais as principais cadeias produtivas do município? Qual o “grau” de envolvimento dos pequenos agricultores familiares nesse processo? Como os grupos capitalistas atuam no município? Dessa forma, o agronegócio percebido no município é um agronegócio simplificado ocorrendo apenas à compra da mercadoria de forma direta ou indireta pelos grupos capitalistas que atuam na região, não havendo nenhum investimento nem financeiro e nem técnico com esses agricultores familiares, mesmo com essas contradições percebe-se nos povoados estudados melhorias sociais e econômicas com a introdução do agronegócio.

1 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CONCEITOS CHAVES DA GEOGRAFIA

O primeiro capítulo traz uma abordagem das categorias centrais da Geografia Espaço, Território, no segundo momento trata da inserção institucional do Estado agente organizador e regulador do espaço.

A escolha da categoria espaço deu-se a partir do uso do método dialético, substanciado na corrente da Geografia crítica a qual emergiu na década de 70 e impera até os dias atuais na geografia brasileira, pautado no estudo das contradições e do uso da ferramenta teórica do materialismo histórico. Desse modo, a concepção do espaço dentro desse prisma é analisada a partir da produção e reprodução material da sociedade que se concretiza no espaço com suas contradições e desigualdades inerentes.

A categoria Território será representada como lócus de inserção da dominação e da apropriação do espaço, ou seja, um produto das relações sociais de poder. Seguindo por um detalhamento do recorte espacial do município de Lagarto/Se, dando ênfase aos três aglomerados rurais para estudo: Jenipapo, Colônia Treze e Fazenda Grande que estão inseridas no arranjo econômico do agronegócio sergipano.

1.1 Espaço e território: Uma necessária discussão conceitual

A terminologia Espaço possui diversidades conceituais e várias dimensões aplicativas, tanto na ciência geográfica como no senso comum. Literalmente, espaço seria a distância entre dois pontos, extensão de superfície, a dimensão aérea, ou ainda, período ou intervalo de tempo. Assim, os conjuntos de estrelas, planetas, satélites, ou seja, o espaço sideral; seria uma das dimensões astronômicas do espaço, isso dentro de uma concepção mais complexa.

Para a Geografia, o espaço está articulado ao conjunto integrado de elementos ou paisagens resultantes de fenômenos naturais e dos elementos e fenômenos humanizados possuindo vários níveis ou dimensões que serão representadas pelos graus de escalas.

Oliveira (2004) afirma que o espaço é uma das categorias mais instigantes, pois é visto a partir de diversas concepções: como o próprio substrato físico, o sólido, mensurável, sobre o qual a sociedade emana. Agregando-se a importância do processo histórico na constituição

contraditória do espaço e, é claro, o espaço é um produto do trabalho humano, mediando-se o sujeito histórico e a natureza.

Como bem situa Corrêa (1987) há diversas ramificações na ciência que possuem como objeto comum a sociedade, devido à complexidade de se estudar a totalidade social em sua abrangência, torna-se necessária uma divisão do saber. A história, antropologia, economia, geografia e a sociologia estudam a sociedade, porém por diferentes aspectos de acordo com seu objeto de estudo. A categoria espaço perpassa por estas áreas dos estudos das humanidades.

De acordo com Camacho (2010, pg 75):

O espaço geográfico é uma totalidade dinâmica e contraditória produzida historicamente na relação entre sociedade e a natureza mediada pelas relações de trabalho, ou seja, o que temos no processo de produção espacial é a natureza primitiva transformada em segunda natureza, este é o processo de historicização/ humanização/ socialização da natureza.

Segundo Corrêa (1987) há toda uma discussão sobre a natureza da geografia e o foco desse embate é o seu objeto. Seria a paisagem, a região ou o espaço? Ou outra coisa? Enfim, a geografia é uma ciência social. Contudo a objetivação do estudo da geografia faz-se necessário para entender o processo de organização espacial. Logo, o objeto da geografia é a sociedade, e a geografia viabiliza o seu objeto pela organização espacial. Com esse discurso, Corrêa (1987, pg 53) afirma:

Como a materialidade, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída, pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congela e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada.

A organização espacial é consolidada a partir de atos que geram inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra. Além disso, a sociedade está inserida em uma organização espacial capitalista global que por sua vez possui formas particulares de se reproduzir e a organização global resulta de superposição de diferentes organizações espaciais específicas (Quadro 01).

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL CAPITALISTA				
OBJETIVO	ATIVIDADE	ELEMENTO	CRISTALIZAÇÃO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL ESPECÍFICA
ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	PRODUÇÃO	• FÁBRICA	PONTO	Indústrias dispersas ou concentradas
		• MINA		Áreas rurais especializada
		• CAMPO	ÁREA	
	CIRCULAÇÃO	• TERMINAL		Centros de comunicações
		• DEPÓSITOS		
		• CANAL		
REPRODUÇÃO DO SOCIAL	CONTROLE E DECISÃO	• DUTOS	PONTO	Sistema Viário
		• ETC		
		• BANCO	ÁREA	Centro administrativo, universitários, religiosos.
		• ESCRITÓRIO		Localidades Centrais.
	CONSUMO	• ESCOLA	PONTO	
		• TEMPLO		
		• LOJA	Linha	
		• HOSPITAL		
		• CINEMA		
		• HABITAÇÃO		Áreas sociais

Quadro 01 – Organização espacial global
 Fonte: Corrêa (1973 pg.58) org. espacial global

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do processo histórico. Nesse sentido Corrêa (1987) afirma que este trabalho resultado da ação humana está subordinado ao capital. Além da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes centrais da organização do espaço. Portanto para Corrêa (1987) fala-se em espaço do capital, como a ação do capital não se verifica de modo uniforme, quer em termos temporais ou espaciais. Há uma diferenciação temporal nos investimentos de capital ao longo da história.

O espaço seja ele urbano ou rural vem sendo constantemente transformado pelos agentes modeladores. O Estado é um desses agentes que possui um papel determinante nesse processo de construir e reconstruir o espaço, pois atua como sujeito legítimo desse espaço. Segundo Corrêa (1995) esse ato de fazer e refazer o espaço é fruto dos seguintes agentes modeladores que podem ser inseridos no processo de organização do espaço urbano capitalista: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, os promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos.

Ressalte-se que esse Estado como agente modelador e construtor do espaço como bem situa Corrêa (1995) possui um conjunto de equipamentos que podem ser empregados no espaço urbano. No entanto, vale ressaltar que esses meios também operam no espaço rural. Logo para a sua efetivação no processo de modelagem do espaço no meio rural, o Estado encarna as seguintes ações institucionais: o direito de desapropriação e precedência na compra de terras, por interesse social e coletivo, a regulamentação do uso do solo, controle de limitação dos preços das terras, tributos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização, investimentos públicos além da organização de mecanismos de créditos à habitação em geral.

Outro aspecto a ser elencado acerca do papel do Estado é a sua função de mediador de conflitos dos diversos agentes sociais na tentativa de organizar a sociedade. Segundo Max Weber (1922), o que caracteriza o Estado é o monopólio do exercício legítimo da força sobre a sociedade. Além disso, nenhuma esfera da sociedade encontra-se fora do alcance e da intervenção do Estado.

Diante do exposto, verifica-se que o espaço geográfico vem sendo constantemente modelado, construído até mesmo reconstruído por esse Estado que detém o poder de agente legítimo atuando no espaço no sentido de amenizar as disparidades locais e os conflitos entre os diversos agentes sociais.

A ciência geográfica possui conceitos chaves para sintetizar seu objeto de estudo que confere sua identidade, sua autonomia relativa, diante das ciências sociais. Assim, verifica-se como elemento de estudo a sociedade, é objetivada diante de cinco categorias chaves: paisagem, espaço, região, lugar e território, que guardam entre si relações e interações, pois todos se referem a ação humana modelando a superfície terrestre. Corrêa (1987)

Ainda de acordo com Corrêa (2005) cada conceito possui acepções diferentes cada uma calçada em uma específica corrente do pensamento. Os debates teóricos têm sido extremamente salutares, pois revelam conflitos e avanços na teoria geográfica. Fundamental é que o embate conceitual não é algo exclusivo da Geografia mais de outras ciências como a Economia, a Antropologia e a Sociologia, como um dos exemplos dentro das humanidades.

Nessa conjuntura surge na década de 70 na geografia a chamada corrente crítica pautada epistemologicamente no materialismo histórico e dialético que analisa o espaço geográfico como lócus da reprodução das relações sociais e econômicas na sociedade.

Corrêa (2005) situa que a corrente crítica surge com uma tentativa de rompimento com a geografia clássica tradicional e a geografia teórico-quantitativa. Uma nova acepção do Espaço ocorre agora pautada como lócus da reprodução das relações sociais de produção e fundada no materialismo histórico e na dialética. Logo árduos debates ocorrem entre marxista e não marxista entorno dessa nova possibilidade.

Como bem situa Corrêa (2005, pg 26):

Esta concepção de espaço marca profundamente os geógrafos que, a partir da década de 1970, adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. O espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.

Segundo Corrêa (2005) o espaço aparece efetivamente na obra marxista com o livro de Lefébvre intitulado Espacio y Política quando afirma que o espaço possui um papel ou função importante na estruturação de uma totalidade, lógica ou sistema.

Lefébvre (1976, pg 34) situa apud Corrêa:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objeto, uma coisa ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.

A vasta obra de Milton Santos, na década de 70, segundo Corrêa (2005) contribui com o estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial, derivado do conceito de formação sócioeconômico. Santos (1977) afirmar que não se pode conceber uma determinada formação sócioeconômica sem se recorrer ao espaço. O modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes.

Além disso, Santos (2008, pg 16 e 17) afirma que os elementos do espaço seriam os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas:

Os homens são os elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou de não empregados... Esses diversos tipos de trabalho e demanda são a base de uma classificação do elemento homem na caracterização de um dado espaço. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições, por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.

Santos *apud* Oliveira (2004) situa que o espaço é a totalidade social composta tanto pelo substrato físico, como pelas relações sociais (econômicas, ideológicas, culturais, políticas, religiosas), sendo resultado da interação dessas variáveis. A compreensão de uma parcela do espaço somente se dá a partir do entendimento de toda a estrutura social ou como questiona Santos, quando trata dos espaços organizados ou produzidos pelo acúmulo do capital.

A sociedade só se torna concreta a partir de seu espaço que por ela produzido, torna-se inteligível através da própria sociedade. Não é possível falar em sociedade e espaço como coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio espacial como afirma Corrêa (2005).

Para Santos (2008) o espaço é uma instância da sociedade e a economia está no espaço como o espaço está na economia. Logo, a essência do espaço é ser social. Ele não pode ser visto, apenas como conjunto de coisas ou objetos geográficos naturais e artificiais. O espaço é tudo isso, somado a sociedade, cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

Além disso, Santos (2008, pg 15) afirma que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de

fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo.

Carlos (2001) comenta que o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade. O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza, coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas determinações.

Desse modo, o processo de reprodução espacial, segundo Carlos (2001), se articula no plano da reprodução da vida, o que significa levar em consideração o ponto do homem, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões, o habitar e tudo que ele implica e/ou revela.

Segundo Camacho (1993) o espaço geográfico é constituído por uma totalidade contraditória sendo produzido historicamente na relação entre sociedade versus natureza, mediada pelas relações de trabalho, ou seja, em um processo contínuo de historicização, humanização e socialização da natureza.

Além disso, Camacho (1993) afirma que o conceito chave para estudar as categorias do espaço e do território é o trabalho. Partindo da lógica que as relações de trabalho se encontram subordinadas ao modo de produção capitalista que tem como premissa a reprodução e acumulação do capital fruto da exploração do trabalho gerando nesse espaço contradições e lutas de classes, relacionado em um processo desigual e combinado do capitalismo globalizado. É por meio do trabalho que o homem constrói suas relações sociais.

Como bem situa Moreira (1983) o espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho, logo, espaço e trabalho estão em uma relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência do processo historicamente concreto do trabalho. Porém, o espaço geográfico não é puramente produto do trabalho, pois processo do trabalho é também produto do espaço geográfico.

De acordo Raffestin *apud* Camacho (1993) o espaço antecede ao território, logo é a partir desse espaço que o território é produzido, ou seja, o espaço se transforma em território na medida em que ocorre a apropriação dos espaços pelos atores sociais. Segundo Raffestin a humanização da natureza não cria o espaço geográfico e sim um território.

Como bem situa Raffestin (1993, pg 143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço.

Além disso, Camacho (2010) situa que o território é fruto da espacialização que a sociedade desenvolve tendo como característica principal seu processo dialético de construção. A partir da subordinação ao modo de produção capitalista principalmente pelo atrelamento entre o poder político e o poder econômico. Portanto, são os agentes sociais que constroem o território no seu processo de reprodução material e simbólica, historicamente, por meio de lutas de classes e condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista.

Raffestin apud Souza e Pedon (2007), afirma que a formação de um território implica em comunicação, no momento que o ator social informa ao outro suas intenções e desejos e o espaço que ocupam. Além desses, se faz necessário salientar que um indivíduo que ocupa um determinado ponto ou área do espaço, relaciona-se com outros pontos e áreas do espaço com seus objetivos e estabelece, nessa relação, uma representação do espaço.

Portanto Souza e Pedon (2007) estabelece que para entender o território como espaço da ação, implica em compreender as especificidades que cada caso, seja a atuação de uma associação de bairro, no caso do movimento dos sem terra, dos atingidos por barragens ou dos quilombolas.

Santos (2005 pg 256) situa que:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiça divergentes ou opostos. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades e possibilidades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares.

Logo para Santos (2008) território é uma categoria essencial para compreensão e elaboração sobre o futuro. O uso do termo território deslumbra a dinâmica dos lugares. Sendo o lugar o espaço do acontecer solidário.

Souza (2005 pg 84) afirma que:

“O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território (...).”

Ainda segundo Souza (2005) este concorda com Raffestin (1993: 143) no quesito em que o espaço é anterior ao Território. Mas crê que ocorre um equívoco no sentido de “coisificar”, “reitificar” o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material, o espaço social. Logo, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiro ocorre a transformação do espaço natural através do trabalho, depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico.

Camacho (2010) afirma que independentemente da categoria de análise geográfica que o pesquisador utilize espaço ou território, deve ter a compreensão da realidade, percebendo que a construção de ambas passam por um processo histórico por meio de uma sociedade de classes subordinada ao modo de produção capitalista. Partindo desse pressuposto a categoria que permeia esta dissertação é o espaço, constantemente transformado e apropriado pelo homem.

1.2 Organização espacial no município de Lagarto/Se

O município de Lagarto/SE situa-se no território centro sul, a uma latitude 10°55'02" sul e como uma longitude 37°39'00" oeste, estando em uma altitude de 183 metros. Limita-se ao norte com o município de Macambira, São Domingos e Campo do Brito; ao sul por Boquim e Riachão do Dantas; a leste, por Itaporanga d'Ajuda, Boquim e Salgado e ao oeste, por Simão Dias e Pedra Mole com uma área de 969,573Km². (Figura 1.2).

O Território Centro Sul é composto por cinco municípios: Riachão dos Dantas, Simão Dias, Poço Verde, Lagarto e Tobias Barreto. O uso do solo é marcado pela participação das pastagens ocupando mais de 50% da área do território com destaque para o rebanho bovino e o restante é composto pela policultura: laranja, maracujá, abacaxi, abóbora, milho, feijão e mandioca. Além disso, o território é o segundo maior do Estado com uma de área de 3.507 km², o que equivale a 16,13% da área total do estado de Sergipe com uma população de 213.492 habitantes e uma densidade demográfica de 60 hab/km². Contudo, o território

apresenta o menor PIB do Estado ficando apenas à frente do Baixo São Francisco e do Médio Sertão. Tendo o município de Lagarto o maior PIB (território Centro Sul sergipano) estabelecendo uma centralidade juntamente com o município de Tobias Barreto em todo o território.

Em relação à Aracaju o município de Lagarto possui distância de 78 Km, com mais de 100 povoados dentre eles os mais expressivos são: Colônia Treze, Brasília, Jenipapo e Olhos d'Água, além dos povoados que estão inseridos no perímetro irrigado do Piauí.

De acordo com os dados preliminares do censo demográfico de 2010 o referido município possui uma população total de 94.861 habitantes com uma densidade populacional de 97,84 hab/km². Perfazendo um total de residentes rurais 45.994 habitantes e da zona urbana de 48.867 residentes (Tabela 1).

Tabela 1: População Residente na Zona Rural e Zona Urbana de Lagarto

Lagarto dados sobre a população de 2010	
População Residente	94.861 pessoas
População Residente da Zona Rural	45.994 pessoas
População Residente da Zona Urbana	48.867 pessoas
Homens na Área Urbana	23.143 pessoas
Homens na Área Rural	23.346 pessoas
Mulheres na Área Urbana	25.724 pessoas
Mulheres na Área Rural	22.648 pessoas

Fonte: Censo demográfico, IBGE 2010

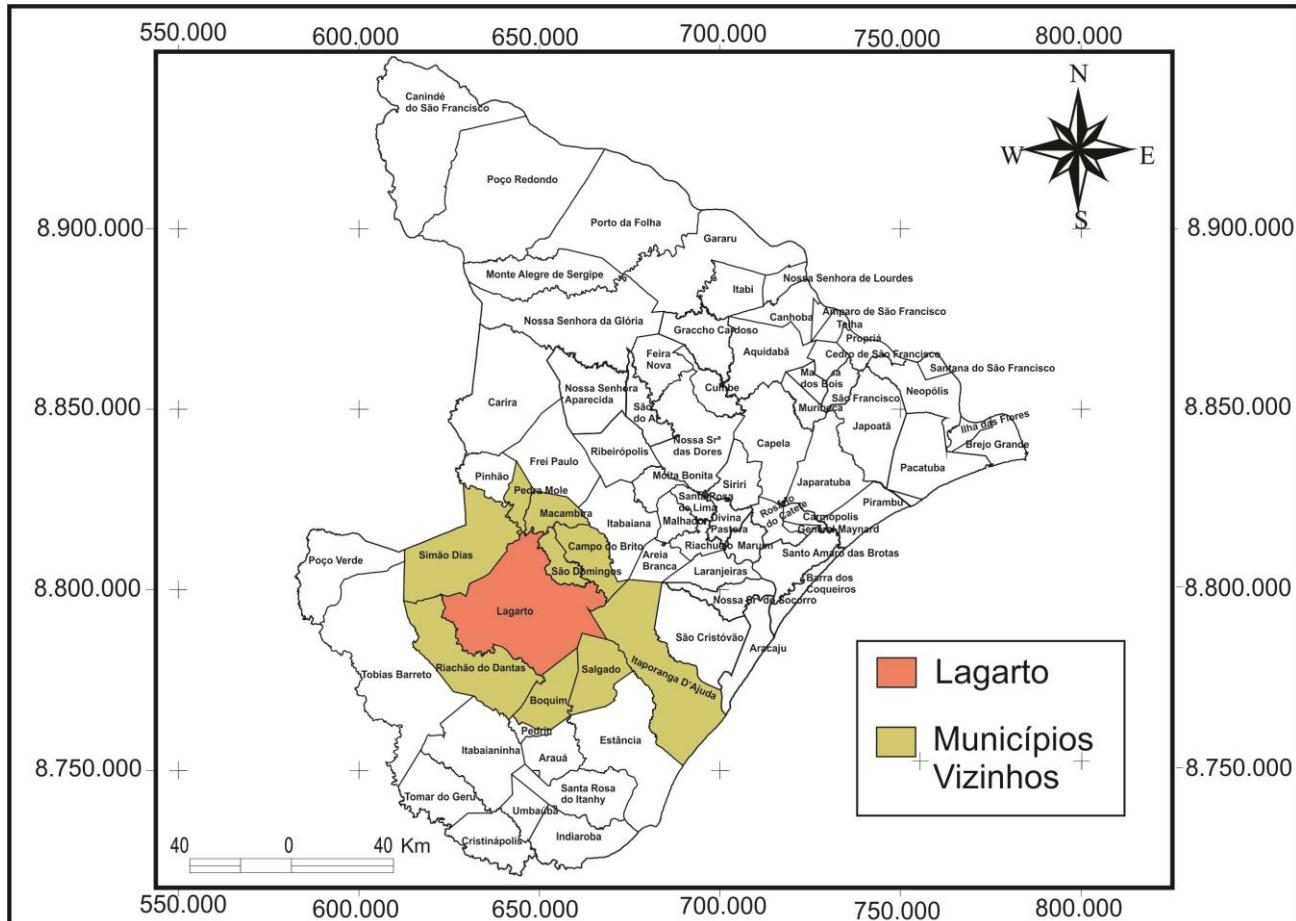


Figura 1.2-. Localização de Lagarto no Estado de Sergipe (2011). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004). Organização: Diana Mendonça de Carvalho (2011); Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011)

Ainda de acordo com os dados do IBGE de 2010 a população largentense possui um número maior de crianças e jovens na faixa etária de 0 -19 totalizando 34.995 habitantes que corresponde 36,9% da população total do município (Tabela 1.1).

Tabela 1.1: Gênero e Faixa Etária da População do Município de Lagarto-2010

Faixa Etária	0-19	20-39	40-59	60-89	+90
Gênero	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Masculino	17.722	14.933	9.310	4.398	131
Feminino	17.273	15.702	10.068	5.169	160

Fonte: Censo Demográfico, IBGE 2010.

Quanto aos aspectos naturais a hidrografia do município é composta pelos rios Vaza-Barris, Piauí, Jacaré, Piauitinga de Cima, Machado e Caiça, pelos riachos Oiti, Pombos, Flexas e Urubutinga. Possuindo uma vegetação típica da região, a mata do agreste constituido por associações vegetais com árvores de folhas perenes com plantas do sertão. Além de um clima semiárido de transição com chuvas em torno de 700 a 900 mm anuais.

De acordo com Santos (2009) os climas subúmidos do agreste favorecem a prática da policultura devido a maior regularidade das estações influenciarem a exploração de lavouras de ciclo curto e possibilita densidades demográficas mais elevadas do que às do sertão. Logo a formação dos solos está mais ligada à ação dos fatores climáticos e geomorfológicos, do que a um condicionante de estruturas geológicas responsáveis por solos pouco produtivos.

Ainda de acordo com Santos (2009) a presença do solo tipo PLANASOL, de textura arenosa, com baixa fertilidade e elevada acidez, dificultou os cultivos agrícolas. Somente, após correção é que foram implantados, na área, novas atividades agrícolas. Assim. a vegetação, encontra-se bastante descaracterizada por causa do uso abusivo do plantio de lavouras e criação de gado.

A história do município de Lagarto é marcada por ganhos e perdas territoriais, corresponde um dos mais antigos municípios de Sergipe, surgiu depois de São Cristovão e Itabaiana. Por volta de 1595, a colonização européia teria chegado a região.

De acordo com o historiador Góes (2002), em 1575, os jesuítas levantaram uma capelinha com o nome de São Tomé e depois uma escola para os indígenas. Dentre os jesuítas que estiveram nas terras lagartenses temos o Gaspar Lourenço e João Solônio.

Ainda de acordo com o pesquisador quando ocorreu a invasão de Sergipe por Cristovão de Barros em 1590, as terras que formam o município de Lagarto já tinham sido doados em forma de sesmarias para Gaspar d' Almeida e Gaspar de Menezes. Cristovão também tinha doados as terras a um de seus fiéis soldados, Antonio Goncalves de Santana. O povoado ficava a seis quilômetros da atual sede do município, em 1645, por causa de uma varíola muitos habitantes morreram e os outros fugiram para um local mais alto onde está justamente hoje a praça de Nossa Senhora da Piedade. Em 1658, a capitania de Sergipe cria três distritos militares fixos: São Cristovão, Itabaiana e Lagarto. Em 11 de dezembro de 1679, é oficializada a criação da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. No ano de 1698, a coroa portuguesa determina que a freguesia se torne oficialmente Vila de Lagarto.

O historiador Dom Marcos Antonio de Souza em “Memórias da Capitania de Sergipe” comenta que por volta de 1802 a sociedade lagartense dava mostras de um índice de vida em geral destacado. O povo da Vila costumava apresentar-se bem vestido nos dias festivos, fazendo ostentação de sua grandeza (FIG. 1.3, 1.4).

No período entre 1830 e 1860 a poderosa Vila perde três grandes territórios: é criada a Freguesia de Nossa Senhora Santana em 1834, hoje Simão Dias; a freguesia de Nossa Santana da Lagoa Vermelha em 1835, hoje Boquim e surge a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão em 1855, atualmente Riachão dos Dantas. Em 20 de abril de 1880, por Lei Provincial N°. 1.140, a vila de Lagarto é elevada à categoria de cidade.

Há duas versões acerca do nome do município. A primeira versão está atrelada a uma pedra no formato de um lagarto. De acordo com o pesquisador Fonseca (2002) a origem do nome estaria associada a existência de uma pedra em forma de um lagarto que foi localizado no Riacho Macuna, segundo um mestre de obras da prefeitura, a pedra fora quebrada para a pavimentação da rua Acrísio Garcez na referida cidade. A outra versão endossada pelo tabelião Hernani Romero Libório afirma que o nome Lagarto procede de nobres portugueses, da família dos Rodrigo de Noronha, contemplada com uma sesmaria, cujo brasão, esculpido em frente à fazenda era em forma de um lagarto.



Figura 1.3-Antigo cenário da Cidade de Lagarto

Fonte: lagartonet.com.br

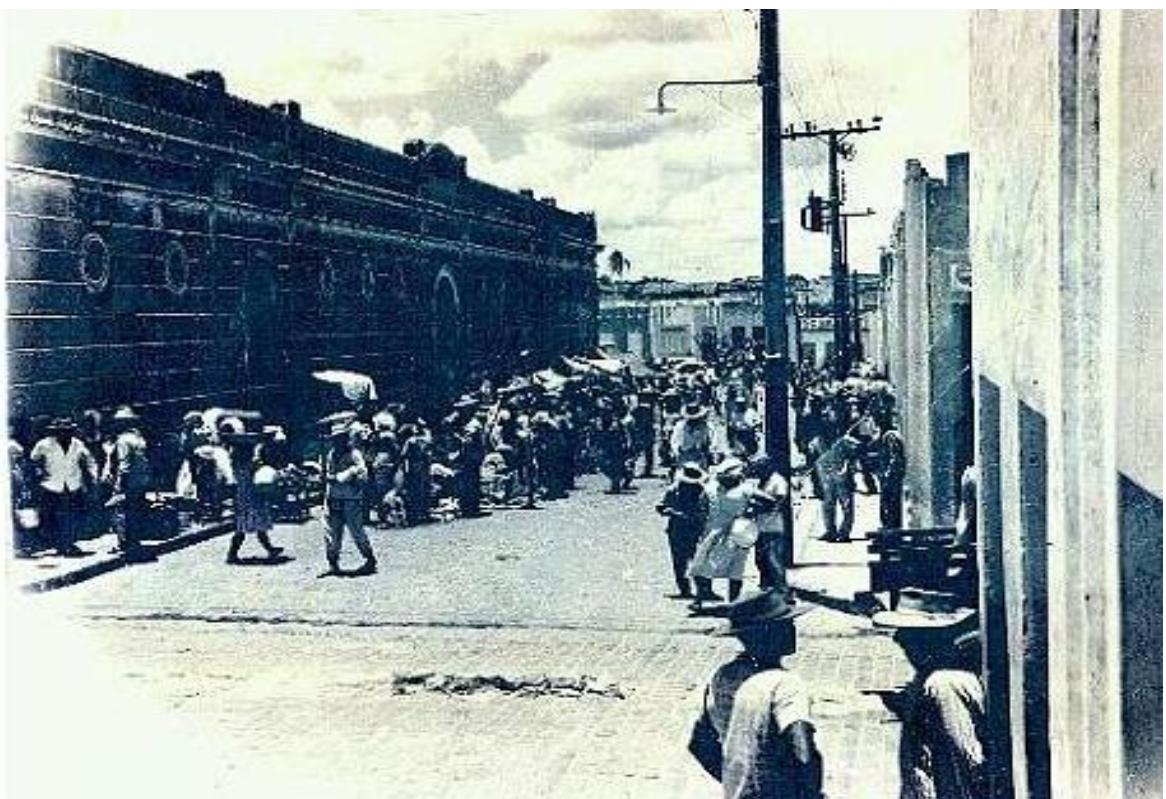


Figura 1. 4- Antigo cenário da Cidade de Lagarto.

Fonte: lagartonet.com.br

De acordo com Fonseca (2002) o município de Lagarto só consegue recuperar das suas perdas territoriais na década de 1930. A perda territorial foi tão expressivo na época que em 1860 o município de Boquim, chegou a ter mais receitas do que a cidade de Lagarto.

Nesse contexto na década de 1930, o município de Lagarto retoma seu crescimento econômico principalmente com o cultivo do fumo e da mandioca, cujas práticas se davam a partir do consorciamento de cultivos (FIG. 1.5). Além disso, com a inauguração da Rodovia Lourival Batista na década 1960 possibilitou uma maior acessibilidade ao município gerando um maior dinamismo na região centro sul.



Figura 1.5-Plantação de Mandioca e Fumo no povoado Colônia Treze Fonte: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2009.

Como bem situa Lopes (2009 pg 129) com suas pesquisas na região centro sul ao afirmar que:

Com o asfaltamento da Rodovia da Rodovia Lourival Batista, que dá acesso a Lagarto, no final da década de 1960, conjugado com a ampliação da área de agricultura e pecuária, o município inicia um ciclo de prosperidade e crescimento. Neste contexto encontra-se o surgimento do povoado Agrícola da Colônia Treze, que nasece com a vocação para a produção de fumo e laranja, produtos voltados para a venda em outras regiões do país.

Para Santos (2009) não fugindo à regra da realidade brasileira que tem seu início de colonização atrelado pelo antagonismo entre a forte concentração de terras e a presença da agricultura camponesa. A má distribuição das terras e o intenso processo de fragmentação dos pequenos estabelecimentos são marcas do município de Lagarto.

Logo, a organização espacial agrária do município se estabelece da seguinte forma:

Na porção oeste, de clima mais seco, predominam os grandes estabelecimentos agrícolas. Na porção leste, do município, de clima mais úmido, estão concentrados os pequenos estabelecimentos agrícolas, as residências ficam mais próximas uma das outras, o povoamento é mais concentrado. Nesse espaço estão localizados os povoados Brejo, Colônia Treze, Santo Antônio, Jenipapo e Brasília. Santos (2009, pg 175)

Santos (2009) ainda afirma que as atividades historicamente desenvolvidas no agreste e mais precisamente no município de Lagarto, permitem observar a diversificação produtiva que vai obedecendo às exigências do mercado. Enquanto o externo demandou a cana de açúcar, a pecuária e a policultura atenderam basicamente às necessidades internas do litoral açucareiro. O agreste foi tornando-se então, pecuarista, acuçareira, algodoeiro e celeiro de cultivos alimentares, um espaço de configuração territorial multifacetado.

Ainda de acordo com Santos (2009) o município de Lagarto e adjacências inserem-se no meio técnico-científico, a partir dos cultivos do fumo e da citricultura, na segunda metade do século XX e passam a sofrer as forças centrífugas e centrípetas, associadas ao domínio dessas atividades.

Santos (2009) sugere que a incorporação de novas tecnologias no município de Lagarto na lógica da reestruturação produtiva do capital é estabelecida pelo governo através da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), com a implantação do Programa de Revitalização da Citricultura, além da implantação de técnicas de irrigação e Recursos Hídricos de Sergipe (COHIDRO) com perímetro irrigado do Piauí e pela biotecnologia da mandioca (EMBRAPA) e pela empresas Sousa Cruz a partir da incorporação de estufas na produção de fumo.

Entretanto Santos (2009) analisa que na década de 80 a economia nacional foi marcada por um período de retração devido a alta dos juros e a inflação que dificultaram o acesso ao crédito e desistimulou as atividades agrícolas, havendo o decréscimo do números de associados da COOPERTREZE. Além disso, Santos (2009, pg 41) afirma que:

Faltou apoio dos órgãos dos poderes públicos federal e estadual. A política de comercialização impõe pelas agroindústrias e processadoras locais, atuando diretamente com atravessadores e produtores, diminui a ação das cooperativas; também não houve, por parte da COOPERTREZE, o acompanhamento do processo de diversificação da fruticultura, sua ação, nos anos setenta e oitenta, foi centrada somente em torno da laranja, quanto à produção e comercialização.

Santos (2009) afirma que houve uma tentativa de diversificar a produção no município com a inserção do cultivo do maracujá, porém devido à falta de um mercado fixo aliado aos reflexos da crise da cooperativa não houve êxito. Já o cultivo da laranja no Centro- Sul do estado recebe do governo políticas públicas destinadas ao crédito para sua modernização agrícola.

Corroboramos com a autora no sentido de que essas políticas não atingiram a todos os agricultores familiares da região, fragmentando o espaço rural ao substituir formas antigas de produção agora pautadas em relações mercadorizadas. Além disso, na leitura do espaço lagartense no tocante a cultivos, também se verifica mudanças conjunturais no sentido da inserção de novos cultivos como acerola e a pimenta que rebateram na substituição de velhos cultivos (FIG. 1.6).



Figura 1.6- Novos cultivos: Pimenta e Acerola Fonte: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2009.

Continuação Figura 1.6



Figura 1.6- Novos cultivos: Pimenta e Acerola

Fonte: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2009.

Conforme Santos (2009) no município de Lagarto a concentração fundiária é outro aspecto marcante promovida pela pecuarização. De um lado, numerosos estabelecimentos de pequeno porte com menos de 10 ha e no outro extremo um reduzido número de estabelecimentos com mais de 100 ha que monopolizam a maior parte da área. Supõe-se que a tradicional pecuária extensiva seja a causadora dessa concentração fundiária. Segundo a autora esse processo de concentração é intensificado entre os anos 80 e 85 ocorrendo um aumento do número de estabelecimentos com menos de 10 ha, acompanhado da diminuição da área ocupada, verificando a minifundização. Os estabelecimentos rurais maiores estão ocupando áreas maiores porém ocorrendo em menor quantidade.

Segundo Andrade (2005) o agreste sergipano torna-se predominantemente agrícola e policultor nos séculos XIX e XX por conta de alguns fatores como melhoria das técnicas agrícolas, elevação da densidade populacional, construção de boas estradas, ligando a região a Aracaju, sem contar com a maior divisão da propriedade o que facilitou a diversificação, tornando a região policultura.

Diante do exposto, verifica-se que o município de Lagarto possui tradicionalmente na porção mais árida do município o desenvolvimento da pecuária e na porção mais úmida o desenvolvimento de vários cultivos em pequenas propriedades com reduzidas inovações

mecânicas, químicas e biológicas. Além da utilização da mão de obra familiar nas etapas da agricultura, o que rebate estruturalmente na baixa produtividade do trabalho e na produção. Com a inserção da mão de obra temporária apenas no período da semeadura e da colheita.

1.3 O povoado Colônia Treze

A Colônia Treze localizado na porção Oeste da cidade de Lagarto inicialmente intitulada de Colônia Agrícola Antonio Martins de Menezes era vista como uma área imprestável para as práticas agrícolas, pois a localidade era recoberta por mata atlântica e no seu solo ácido predominavam os tabuleiros costeiros. O povoado limita-se entre as cidades de Salgado e Boquim sendo utilizado como via de acesso e portal para as cidades do centro sul do estado.

Lopes (2009; p. 129) afirma que a origem do povoado Colônia Treze está atrelado a um processo de colonização iniciada em 1959:

A história do povoado Colônia Treze, distante 15 Km de Lagarto, nasceu com o processo de colonização iniciada em 1959, com a distribuição Prefeito Antonio Martins de lotes, que resolveu dividir parte de sua propriedade em lotes de 10 tarefas (3 hectares) e distribuir para 10 famílias, decisão que em parte decorreu dos prejuízo que tem com a lavoura de fumo em 1954, levando-a desfazer-se da propriedade localizada.

Santos (2009) corrobora com Lopes no sentido que na criação da cooperativa permitiu uma maior expressividade ao local, principalmente por se tornar referência estadual de cooperativismo. Segunda a autora naquele período a política de desenvolvimento agrário brasileiro incentivava grandes proprietários que dedicassem parcelas de suas terras a projetos de colonização. O prefeito do município na época Sr. Antonio Martins de Menezes doou lotes de 10 tarefas a 90 colonos, através de escritura pública além de obter em acesso a incentivos pelo Banco do Brasil. Houve financiamentos para a construção de casas e custeio de lavouras do fumo, para a comercialização da mandioca, como subsistência da família.

Em 23 de setembro de 1962, é fundada a Cooperativa Mistas dos Agricultores do Treze LTDA (COOPERTREZE) a partir daí o povoamento ganharia cada vez mais projeção e tornaria-se referências em cooperativismo. Promovendo desenvolvimento e riquezas para o povoado ao longo da história da coopertreze segundo Lopes (2009).

Como bem situa Santos (2009), a formação do povoado Colônia Treze se deu ao longo da rodovia estadual Lourival Batista, aberta em 1969, que interliga a capital do Estado a Lagarto e a vários municípios da região centro sul. As residências estão em sua maioria situadas em lotes ou terrenos distribuidos ao longo da rodovia e ruas paralelas e perpendiculares a esse eixo viário que assume o papel de estruturador do crescimento espacial do povoado. Estabelecendo nessa avenida os principais setores de comércio e de serviço do povoado.

O nome do povoado segundo os moradores seria originado a partir do número de estabelecimento de colonos e da distância da localidade em relação a sede municipal que corresponde exatamente a treze quilômetros.

Ainda segundo autora apud (Santana, 1982) a decisão da doação das terras aos futuros colonos seria devido aos prejuizos que o Sr. Antonio Martins (FIG.1.7) teve com a lavoura de fumo no ano 1954, levando o mesmo a desfazer-se da propriedade. Em 1960, mais de 80 agricultores sem terra foram selecionados e contemplados.



Figura 1.7- Senhor Antonio Martins de Menezes.
Fonte: Site <http://www.lagartense.com.br>.

Além disso, Santos (2009) afirma que o município de Lagarto era grande produtor de fumo e maior parte dessa produção passou a ser controlado por esta cooperativa que se

encarregava diretamente da comercialização e mantinha inúmeros postos de revenda nos principais mercados consumidores, abolindo desta forma os intermediários. Gerando na localidade um período de prosperidade e riqueza.

Porém em meados da década de 80, a cooperativa demonstrava uma certa decadência devido as inúmeras crises no setor fumageira, aliado as irregularidades administrativas com o desvio de dinheiro, altos salários e más administrações, proporcionando em meados da década de 1990 a falência. Isso gerou a fuga dos cooperados. Atualmente a cooperativa possui um número muito pequeno de associados devido a falta de credibilidade dos pequenos agricultores para com a cooperativa.

Segundo Lopes (2005) a cooperativa encontrava-se no período de crises em parte decorrente do aumento dos juros, tendo como consequência a queda da produção além das intempéries, ou seja, nas décadas de 80 e 90, a crise da citricultura e a queda nos preços do fumo levaram alguns agricultores da região a procurarem outras alternativas de sobrevivência. Passaram a cultivar a acerola e abriram uma pequena fábrica de beneficiamento. Outros buscaram emprego na fábrica da Azaleia no povoado Brasília. Muitos moradores da Colônia Treze também trabalham em Lagarto ou Aracaju, além de um grande número de moradores estarem envolvidas no comércio do povoado que cresceu muitos nos últimos anos.

Ainda segundo Lopes (2005, pg 134):

A maior parte da local tem na agricultura sua fonte de renda, apesar de grande número de habitantes viverem de atividades secundárias, ou mesclarem com serviços ocasionais ou mesmo com atividades de final de semana no comércio, vendendo em sua maioria gêneros alimentícios nas feiras livres.

De acordo com Santos (2005) o povoado apresenta uma estrutura diversificada ligada à prestação de serviços, pois a localidade possui oficinas mecânicas, casa lotérica, lojas comerciais variadas, locadora de filmes, *lan house* e agências dos correios.

A partir das informações obtidas nas entrevistas com os atores sociais do aglomerado rural Colônia Treze os principais cultivos são: laranja, mandioca, fumo e maracujá (FIG. 1.8).

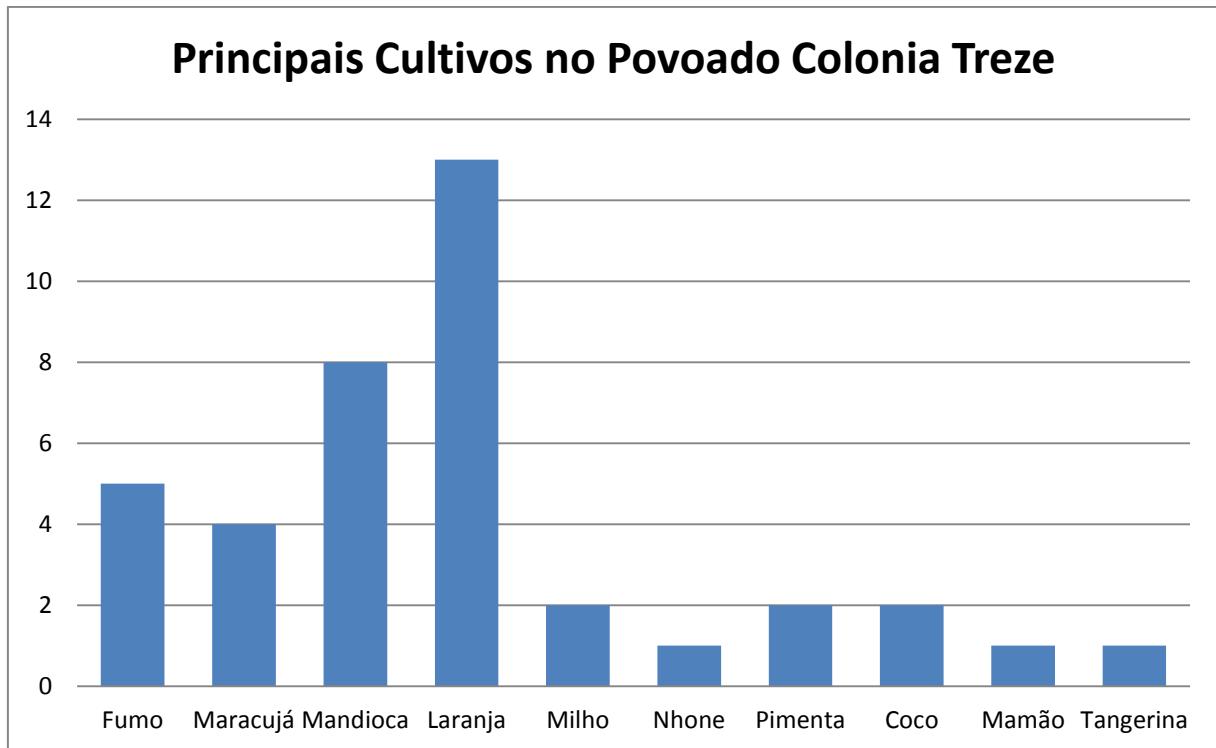


Figura 1.8- Principais cultivos do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, 2010.
Fonte: Trabalho de campo, 2011

1.4 Fazenda Grande: Uma nova possibilidade

O perímetro irrigado Piauí (FIG. 1.9) localizado no município de Lagarto entre os povoados Fazenda Grande e Várzea do Cagado, foi implantado em 1987, com caráter de assistência creditícia dos bancos Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado de Sergipe, constituído por minifúndios onde os proprietários possuem menos de 5 hectares com um total de 539 proprietários rurais abrangendo uma área de 1.106 hectares. De acordo com a COHIDRO existem 236 propriedades que adotam a agricultura com irrigação, ou seja, 61% do total das propriedades.

O trabalho de campo foi desenvolvido apenas no Povoado Fazenda Grande com a aplicação de questionários semiestruturados e a realização de entrevista com os atores sociais.



Figura 1.9- Perímetro irrigado Piauí

Fonte: COHIDRO

Segundo os dados obtidos na COHIDRO a área do projeto está totalmente contida dentro da bacia do rio Piauí, situando a leste da margem esquerda do lago tem a sua rede de drenagem natural constituída pelos pequenos riachos tributários do Piauí. Utilizando o método de irrigação aspersão convencional e microaspersão.

As culturas exploradas na região são batata doce, inhame, mandioca, repolho, pimenta malagueta e jalapenã, pimentão, quiabo, tomate, maracujá, amendoim, mamão, laranja e mudas citrícolas (FIG. 1.10).

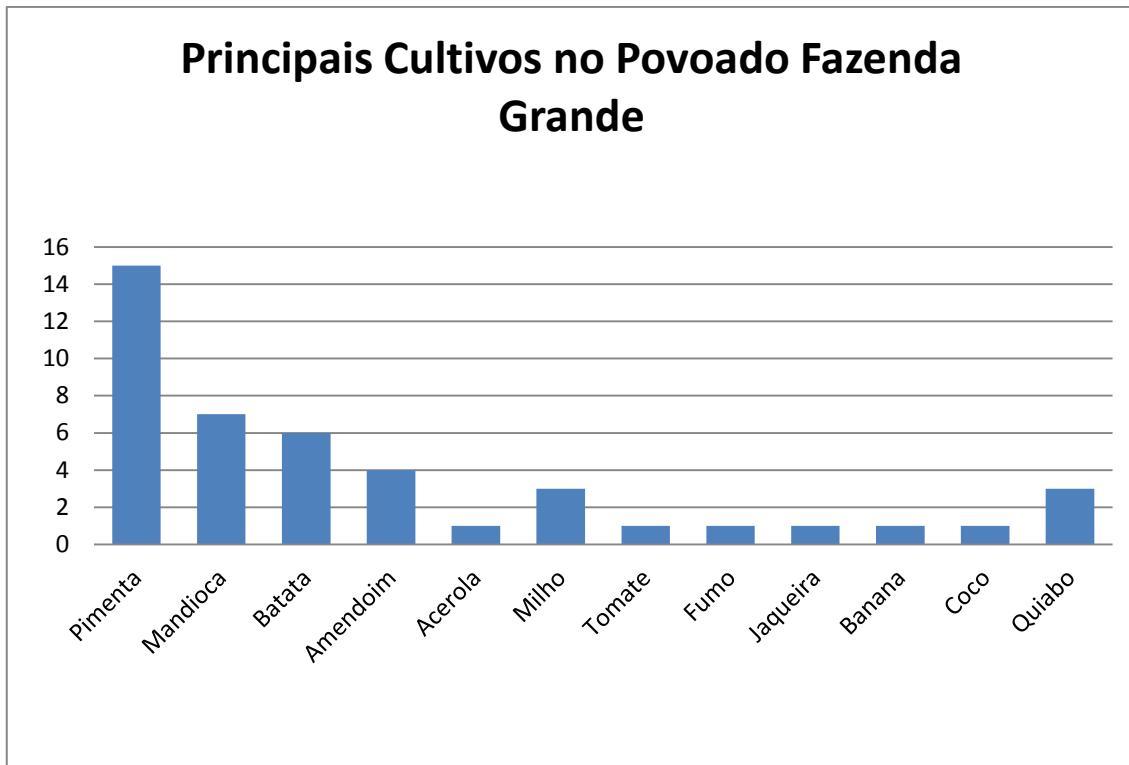


Figura 1.10- Principais cultivos do povoado Fazenda Grande, Lagarto/SE, 2010.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

SANTOS (2009) afirmar que a implantação do projeto ocorreu sem a intervenção fundiária utilizando a estrutura já existente e os agricultores foram mantidos. Nesse cenário pré-existente os produtores agrícolas desta área estão atualmente organizados em Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado do Piauí.

O agronegócio na área surge com uma iniciativa da COHIDRO juntamente com o grupo Maratá que tinha na época boa parte da sua matéria prima, a pimenta, vinda de outros estados da região nordeste, dentre eles o Rio Grande do Norte. De acordo com os dados obtidos na COHIDRO o grupo Maratá estabelece um contrato de compra e venda da produção com os valores pré-estabelecidos e destinação assegurada da produção. (FIG 1.11).



Figura 1.11- Cultivo da Pimenta no Povoado Fazenda Grande.
Fonte: Elis Regina Silva dos Santos Oliveira, 2010.

Santos, afirma (2009, pg 183):

Além da COHIDRO, existem outros órgãos e setores interessados nesse projeto como o GEDEA (Grupo de Estudos de Desenvolvimento Ambiental), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresa, O BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e o Grupo Maratá que desenvolve cultivos de pimenta foi iniciativa do DEHIDRO (Departamento de Recursos Hídricos), atualmente COHIDRO, e da Maratá para negociar um contrato de compra e venda da produção com mais de duzentos produtores rurais cadastrados.

De acordo com Santos (2009) a inserção de novas tecnologias na localidade promovidas pelos projetos de governo ou pela iniciativa privada, tendo como exemplos a participação das empresas Souza Cruz e Maratá, estabeleceu novas formas de trabalho, mobilizando e modificando a paisagem no campo através da implantação de estufas. As mudanças são restritas e aparentes segundo a autora, pois atingiram poucos camponeses e não transformaram a realidade sócio-econômica das localidades, porém não deixaram de sinalizar “novas ruralidades” num espaço caracterizado pelas permanências das velhas ruralidades.

Além do agronegócio da pimenta, foi criada uma associação visando consolidar a agricultura orgânica nos povoados inseridos no perímetro irrigado. Em 2007, inicia-se a feira agroecológica realizada duas vezes por semana no centro da cidade de Lagarto para a comercialização dos produtos obtidos nos povoados com essa prática (FIG. 1.12).



Figura 1.12- Feira Agroecológica no município de Lagarto
Fonte: Site do Governo do Estado

Continuação da Figura 1.12



Figura 1.12- Feira Agroecológica no município de Lagarto

Fonte: Site do Governo do Estado

A Feira Agroecológica é uma iniciativa do Ministério do desenvolvimento Agrário por meio do programa de Apoio a projetos de infraestrutura e Serviços (Proinf), o projeto é executado pela Secretaria de Estado da Inclusão, assistência e Desenvolvimento Social (Seides) com apoio da Delegacia Federal do MDA do estado. As feiras ocorrem em Aracaju, Ribeirópolis, Lagarto, Boquim e Neópolis. Com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e estimular o consumo de alimentos agroecológicos, além de valorizar os produtos regionais.

A primeira edição do projeto ‘Feira da Agricultura Familiar’ no município de Lagarto, obteve êxito, com o objetivo de realizar a comercialização de produtos cultivados de forma convencional e orgânica. A feira acontece todos os sábados na Praça Filomeno Hora, das 6h às 12h. A iniciativa é promovida pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Anexo D).

1.5 Povoado Jenipapo: Novas perspectivas

O povoado Jenipapo localizado na porção leste do município à 18 Km do centro urbano de Lagarto é considerado uns dos povoados mais importantes do referido município.

Para Santos (2009) o povoado tem sua origem vinculada a rota de tropeiros que transportavam cachaça e algodão dos engenhos da região. Nesse local se estabeleceram comerciantes que negociavam esses produtos e prestavam serviços aos tropeiros. Relatos históricos afirmam que escravos fugitivos de usinas da região vinham para o povoado a procura de liberdade. Eles se escondiam numa mata de jenipapeiros, abundantes na região e se alimentavam de seus frutos. Hoje o povoado apresenta pequeno crescimento e estrutura sócioespacial diversificada (FIG. 1.13).



Figura 1.13- Vista área do povoado Jenipapo
Fonte: Site Portal lagartense.com.br

De acordo com as informações retiradas no portal lagartense, mais de 10% da população de Lagarto reside no povoado Jenipapo. Considerado um dos maiores povoados do interior sergipano e um dos mais populosos, tendo mais habitantes que cidades como Pinhão e Pedra Mole. Além de possuir o terceiro maior colégio eleitoral do município com cerca de 5 mil eleitores.

Os principais cultivos relacionados ao povoado são: acerola, que vem modificando o cenário do povoado; além da mandioca e laranja (FIG. 1.13).

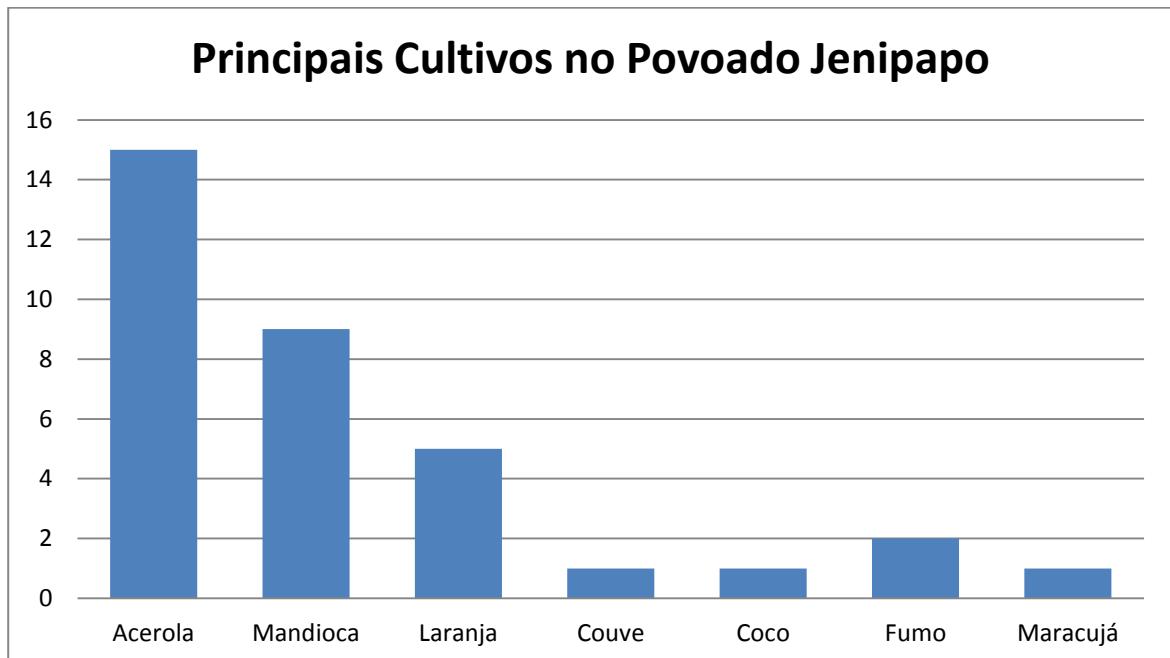


Figura 1.14- Principais cultivos do povoado Jenipapo, Lagarto/SE, 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Santos (2009) comenta que a expansão do núcleo ocorreu a partir do loteamento e venda de terrenos pelos comerciantes bem sucedidos da área. As casas estão localizadas em pequenos lotes, dispostos ao longo das estradas. O povoado dispõe de dois conjuntos habitacionais. O deslocamento para sede municipal é realizado em torno de 15 a 25 minutos e depende do tipo de transporte utilizado, podendo ser ônibus, topic ou moto-táxi. Os problemas de violência e marginalidade do município e o predomínio da população jovem estão associados às carências sócioeconômicas.

Ainda segundo a autora (2009) a estrutura sócioespacial é ampla, apresenta um variado número de serviços e comércio, além da feira livre aos domingos. O abastecimento de água em grande parte é fornecido pela rede pública, apenas uma minoria das casas consome água de poço ou nascente. Já o sistema de esgotamento sanitário beneficia somente 6,5% das residências.

Diante do exposto, verifica-se que os povoados estudados apresentam novas configurações espaciais a partir da lógica do capital que transforma tudo em mercadoria, introduzindo novos ritmos e valores nesses espaços, ou seja, o capital subordina os agentes

sociais visando extrair toda a riqueza, logo estabelecendo uma relação de subsunção da agricultura perante o capital. Porém mesmo com essa subordinação, os agentes sociais estão satisfeitos com essa nova realidade. A partir da inserção da indústria nas aglomerações rurais, mesmo ocorrendo uma relação contraditória, está ocorrendo um maior dinamismo e geração de renda nas localidades.

Segundo Wanderley (2009) o caráter capitalista da agricultura brasileira atualmente parece ser aceito pelos estudiosos da questão e o debate feudalismo capitalismo perdeu seu conteúdo polêmico. A tendência dominante se orienta na direção de admitir o pressuposto da dominação do capital na agricultura nacional e de compreender as formas concretas de sua reprodução, estabelecendo que em determinadas situações ele cria e reproduz relações de produção diferentes da relação definidora do próprio capital.

Ainda segundo Loureiro apud Wanderley (2009): a heterogeneidade da agricultura nacional pode ser pensada a partir de articulações de modos de produção diferentes, sob a dominação do modo de produção capitalista, quanto em termos de relações de produções não capitalistas, ou seja, articulados ou subordinados com relações de produção capitalista.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS VERDADEIRAS FACETAS

O segundo capítulo traz como premissa o embate teórico da concepção da agricultura familiar com base nos estudos e pesquisas desenvolvidos por Abramovay (1992), Schneider (2003); além dos estudos de Buainain, Romeiro e Guanziroli (2005) que ressaltam a importância da agricultura familiar como substrato social no processo do desenvolvimento rural contemporâneo. Ou seja, a categoria escolhida para o nosso estudo de caso foi agricultura familiar e não podemos negar que outros autores também analisam o meio rural a partir dessa categoria, além da apropriação pelo Estado como “público-alvo” na implementação de políticas públicas mais recentes. Nessa linha, em seguida faremos uma breve discussão da emergência da agricultura familiar no Brasil, focando-se em seguida para o estudo do município de Lagarto/SE.

2.1 Agricultura familiar: Uma discussão preliminar

Há uma vasta discussão em torno da terminologia agricultura familiar, abrangendo o campo da sociologia, antropologia, economia e até mesmo da geografia. Nos estudos rurais mais recentes, principalmente nos últimos vinte anos, houve um maior volume de trabalhos no campo da teoria e dos estudos de caso, o que tem contribuído em dar maior sustentação a tese da diversidade da agricultura familiar brasileira, isso se deve a influência dos estudos estrangeiros, em especial os casos da agricultura familiar europeia.

Nesse aspecto, entendemos que o divisor de águas dos estudos pretéritos sobre questões rurais, foi a abordagem desenvolvida por Abramovay (1992), um dos pilares de sua análise estaria no debate conceitual da categoria “camponês”, na qual, segundo ele, estaria historicamente superada e em consequência de suas dificuldades aplicativas para determinadas realidades do mundo rural, face a complexidade das zonas rurais e do domínio absoluto dos mecanismos da economia de mercado em seus processos de trabalho e de produção sob a “pequena produção familiar”.

Segundo o autor, o que se escamoteia sob o nome de pequena produção ou da agricultura camponesa seria o abismo socioeconômico que separaria os camponeses dos

demais “produtores rurais”, para os quais o desenvolvimento capitalista no campo significaria inexoravelmente o desaparecimento desses agricultores, conforme abordagem de um dos clássicos do marxismo. Para ele, o que se observa é justamente o contrário, esses “pequenos produtores” vêm mostrando capacidade de não apenas sobreviver, mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea, dentro de uma lógica diferenciada e integrada *in totum* a economia de mercado.

Ainda de acordo com o autor, o paradoxo básico dos estudos sobre a questão agrária seria o atrelamento da agricultura familiar ao capitalismo, nas quais os clássicos do marxismo afirmavam seu desaparecimento e enquanto permanência, como a fração social mais espoliada da “perversidade do capital” sob os escombros, para sobreviver, de excesso de trabalho e da miséria absoluta que propiciavam ao camponês. Sua infinita capacidade de sofrer, retomando os termos de Loius Malassis, é que lhe permitia ficar no mercado, mas sabendo que o progresso técnico, acabaria fatalmente por “apertar a corda” que sua própria pobreza colocava-lhe em volta do pescoço. O que vai de encontro à concepção de Abramovay, onde justamente o progresso técnico e a inserção absoluta do mercado poderiam aperfeiçoar formas sociais de trabalho dos agricultores transformando-os em agricultores familiares.

Por outro lado, de acordo com Abromovay apud Venâncio (2003), a produção rural de base agrícola não é sinônimo de pequena produção e tão pouco de campesinato, mas observada cada vez mais com a adoção de técnicas modernas aplicados nos processos produtivos com base no trabalho familiar. A transformação da agricultura sob o modo de produção capitalista não significaria a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, mas sim o fortalecimento da agricultura familiar.

Nesse prisma, Schneider (2003) foca o embate teórico sobre a agricultura familiar que se fortaleceu nas últimas décadas, particularmente a partir dos anos 90, ganhando força nas diversas correntes de estudos e pesquisas, face a emergência de políticas públicas destinadas diretamente a esse grupo, ou seja, a concretude das ações institucionais contribuiria para a atração de pesquisadores, decorrente da riqueza analítica suscitada e da superação da “monotonia” das abordagens até meados dos anos 80, quando todos as ações concentravam na perspectiva da agricultura capitalista modernizadora e politicamente verticalizada, sem qualquer lastro com o autêntico desenvolvimento rural sob o ângulo dos agricultores familiares.

Schneider (2003) afirmar que a expressão agricultura familiar surge justamente nesse período, inclusive como uma categoria apropriada pelos órgãos institucionais e de certa forma acompanhando os estudos europeus sobre a temática e que já se apresentavam bastante consolidados nesse período. Os estudos de Lamarche, a partir de uma abordagem comparativa da agricultura familiar em diversos países, envolvendo experiências europeias e latino-americanas, despertou para a necessidade de analisar as experiências brasileiras.

Nesse sentido Schneider (2003) relaciona que a agricultura familiar no país no sentido social e político está relacionada à legitimidade que o Estado lhe emprestou ao criar em 1996 o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), cuja finalidade seria o fortalecimento da agricultura familiar como a principal categoria dos pequenos produtores. Além de responder às pressões dos movimentos sociais organizados que exigiam do governo a implementação de políticas públicas que atendessem aos anseios da classe, por outro lado, ajudou na sua consolidação nos anos anteriores, como foi o caso do Pronaf.

Segundo o autor (2003) a reorientação dos trabalhos acadêmicos sobre a ruralidade na segunda metade da década de 1990 retomaria os estudos não apenas da agricultura e da produção familiar, como também do mundo rural “*lato sensu*”, o qual possibilitaria que pesquisadores ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses da reforma agrária, permitindo uma reorientação dos debates acadêmicos sobre o que viria a ser denominado de “nova ruralidade”.

De acordo com Venâncio (2005), os agricultores familiares encarnam aspectos que garantem particularidades em relação aos demais setores da economia, envolvendo aspectos culturais e demográficos, que lhes são específicos, como os processos familiares, transmitidos de pai para filho, articulando gerações, fazendo com que essas unidades produtivas sejam territórios de vida e de reprodução da família. As terminologias são inúmeras para caracterizar a produção rural familiar cujos diversos significados trazem em seus intertícios o cunho político-ideológico, inclusive por parte dos pesquisadores: agricultura familiar, agricultura camponesa, agricultura de baixa renda e agricultura de subsistência.

Abromovay (1995) situa que não há atividade econômica no sistema capitalista em que o trabalho e a gestão estejam ligadas tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e amizade, além da participação de mão de obra não contratada, tão importante como a produção familiar na agricultura.

Venâncio (2005) afirma que ao buscarmos na literatura pesquisada o que há em comuns entre as terminologias que tentam explicar a produção rural familiar no Brasil, vimos, em todas a predominância do trabalho e gestão da família na produção agrícola, podendo também mão de obra de trabalhadores permanentes ou temporários conforme colocou Wanderley (2001) e Mendes (2005). No entanto, ao buscarmos as diferenças, verificamos que a conceituação depnde de como a produção familiar reage aos estímulos econômicos de um dado momento histórico, ou, muito mais que isso: depende também das posturas políticas e ideológicas de cada pesquisador.

Buainain, Romeiro, Guanziroli (2005) comentam que a agricultura familiar nordestina é numerosa e tem como premissa a diversidade das condições agroecológicas e das relações sociais de produção que determinam a formação de uma multiplicidade de sistemas agrários e de produção. Na região há uma concentração de estabelecimentos familiares baseados em algumas áreas pelo baixo nível de renda gerado pelas unidades produtivas.

Segundo alguns autores, a categoria camponesa possui várias compreensões, uns a consideram como sinônimo de atraso e resquício do feudalismo, outros creem que a partir do avanço do capitalismo no campo, estes tende a desaparecer ou se transformar-se em agricultores familiares. Fernandes afirma (2003, pg 13):

Na verdade, quanto mais assentamentos o governo implanta, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re) criam. Essas ações são possibilidades políticas de (re) criação do campesinato. E recriação quer dizer intensificação da questão agrária. Para impedir esses processos, para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado.

O paradigma da questão agrária não visualiza diferenças entre o camponês e o agricultor familiar, pois, ambos têm a família e o trabalho da família como característica. De acordo com o conceito os camponeses podem ser chamados de agricultores familiares, não como conceito, mas como organização de trabalho. Além das palavras pequeno produtor e pequeno agricultor. Para Felício (2008), o paradigma da questão agrário defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a fora privilegiada da criação e recriação do campesinato.

2.2 Singularidades da agricultura

A origem da agricultura ainda continua sendo uma incógnita na história da humanidade, seu início está atrelado com o próprio surgimento da escrita, daí as dificuldades de registros históricos. Há relatos que ela ocorreu em diversas partes do mundo, de diferentes formas e modalidades, uns relatam o Oriente Médio, outros o continente africano. A partir dessas oralidades constata-se que esta prática esteve atrelada a subsistência, ou seja, plantar para o sustento familiar.

As primeiras formas de agricultura datam da Pré-História 12.000 a.c. no continente africano. De acordo com os pesquisadores, os povos caçadores coletores a partir da observação notaram que alguns grãos que caiam no chão eram semeados. Logo os indivíduos perceberam que os grãos coletados da natureza poderiam ser enterrados a fim de produzir novas plantas e depois os frutos dessas plantas poderiam ser colhidos. A partir dessa prática surge a domesticação de espécies vegetais, logo a agricultura.

Com o surgimento da agricultura há um aumento da oferta de alimento e o homem tem a possibilidade de se tornar um indivíduo sedentário, ou seja, a agricultura permitiu a fixação do homem a terra. Além disso, nesse período, o uso do fogo aliado ao manuseio das ferramentas passou a fazer parte do cotidiano dos aglomerados populacionais, possibilitando uma maior oferta de alimentos que geraria a efetivação da sedentarização dos povos nômades.

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas alimentam-se de peixes e crustáceos que eram abundantes na costa brasileira. Além de consumir raízes e praticar a caça de pequenos animais. De acordo com Diegues (1999, pg.361):

A pesca, praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil, e peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante de sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade da pesca e coleta.

A agricultura indígena mantinha uma relação harmoniosa com o meio natural, pois, praticava uma atividade de subsistência, já que cultivavam para seu sustento. Com a chegada dos portugueses essa prática modifica-se para a lógica do capital, extrair toda riqueza da natureza para obtenção do lucro. Com essa perspectiva se inicia no país uma verdadeira devastação nas vegetações litorâneas iniciada com a exportação da madeira nativa do pau-brasil, logo depois os cultivos da cana de açúcar, da pecuária e do café.

Andrade (1979) comenta que a colonização portuguesa na América visava ao abastecimento do mercado europeu, por produtos tropicais ou por metais, como não encontrou os metais na costa do Brasil de imediato, passaram a desenvolver no litoral a agricultura canavieira com vista a intensificar o comércio entre o novo e o velho mundo.

A atividade canavieira possibilitou além da geração de lucro para Portugal o poder de ocupação das terras brasileiras, ou seja, cumpriu as necessidades da colonização. A cana de açúcar estava sustentada com base do trinômio: atividade monocultora, latifúndio e o trabalho escravo. Ainda de acordo com Andrade (1979, p.20) :

O produto de exportação ocupava as maiores áreas, os solos mais férteis e acessíveis, e de sua exportação dependia a opulência ou a pobreza do proprietário. Os demais produtos eram cultivados em pequena escala pelos próprios escravos visando ao seu auto-abastecimento.

Nesse contexto, nasce o campesinato brasileiro fruto de um modelo de produção implantado pela metrópole portuguesa no período colonial em uma postura de exclusão e negação aos pobres brancos e pobres negros. Surge em uma perspectiva de auto sustento as margens de um processo escravocrata, monocultor e latifundiário.

De acordo com Andrade (1979) a população pobre que não tinha terras e não dispunha de recursos financeiros cultivava nas terras dos grandes proprietários mediante o pagamento de um aluguel, um foro, ou mediante trabalho ou mercadoria. Esses pequenos agricultores cultivavam, sobretudo, produtos alimentares para o auto abastecimento e para pagamento do foro ou vendendo excedente da produção. Andrade ainda situa (1979, p.22):

O crescimento das cidades, da população urbana que não produzia diretamente alimentos, iria criar um mercado mais amplo para à produção das chamadas pequenas lavouras, cultivadas por pobres e sem as garantias dadas à grande lavoura de exportação a que se dedicavam os grandes proprietários.

No período de 1960 a 1970, a agricultura brasileira passa por uma intensa modernização que introduz novas formas e valores de produção na lógica do capital. A pequena produção familiar passa a ser vista como algo atrasado. Com isso ocorre na América a Revolução Verde, um pacote tecnológico que traria o aumento da produção e consequentemente uma maior produtividade nas áreas agrícolas. Porém um setor significativo da economia brasileira fica excluído do processo, os pequenos agricultores.

De acordo com Pessôa (2003) a Revolução verde trouxe um discurso de agricultura moderna em substituição a uma agricultura tradicional ela traria o aumento da produção e da

produtividade no campo. Isso de fato ocorreu, mas os pequenos agricultores ficaram fora do processo.

Essa “revolução” que atingiu a agricultura começa a ser questionada, principalmente na América Latina, pois o modelo de modernização imposta foi seletiva e excludente, voltado para determinadas regiões, produtores e tipos de produtos.

Logo essa modernização no campo, iniciada na década de 1970, promoveu no país mudanças estruturais, intensificando a concentração da propriedade rural nas mãos das grandes empresas rurais e elevando ainda mais as desigualdades de renda no campo gerando em uma subordinação da natureza ao capital e um aprofundamento da divisão social do trabalho.

Verifica-se que os pequenos agricultores são contratados pelas indústrias para fornecer toda a sua produção a um preço muito baixo de mercado, não gerando para estes uma renda significativa. Segundo o pesquisador Ariovaldo de Oliveira (2004, pg 35)

Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil.

De acordo com Sampaio (2002) apesar da crescente modernização, o espaço agrário brasileiro ainda enfrenta graves problemas. A começar por uma estrutura fundiária que, além de concentrar as terras nas mãos de grandes empresas rurais, dificulta o acesso dos pequenos proprietários a recursos que incrementem sua produção.

Para Oliveira (1991) o capitalismo entrou no campo estabelecendo relações específicas capitalistas gerando a expropriação total do pequeno agricultor brasileiro, desenvolvendo no campo uma contradição, a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e do capitalista, além de subordinar a produção camponesa pelo capital. O avanço no campo, estabelece relações capitalistas de produção além de gerar a expropriação do trabalhador que fica desprovidos de todos os meios de produção. Logo a subordinação camponesa pelo capital, sujeita e expropria toda sua produção, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário.

Oliveira (1995, p.53) afirma que:

Quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua

família em renda capitalizada trabalho. Está-se apropriando da (terra) da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalistas.

Novos valores, ritmos e noções são introduzidos na agricultura a partir da ação do capital no campo. Dentre essas novas noções estão atividade pluriativa e o agronegócio que são vista como uma estratégia de sobrevivência do pequeno agricultor familiar.

Segundo Schneider (2001, pg.164):

A pluriatividade é aqui entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas.

No Brasil, país subdesenvolvido, onde a desigualdade socioeconômica é rebatida nos espaços, a prática das atividades não agrícolas está intrínseca a agricultura rural brasileira como uma tentativa de sobrevivência do pequeno agricultor frente a situações adversas.

Lopes (2009) afirma estado do Sergipe não foge à regra. Os domicílios pluriativos, de acordo com os resultados de uma pesquisa coordenada por Graziano da Silva (2000), representavam 37,2% do total de domicílios agrícolas existentes em 1995 no estado, e 43,8% das pessoas que neles residiam. Porcentagens acima dos valores encontrados para o Brasil (37,0% e 42,9%, respectivamente) e, entre os estados do Nordeste, abaixo apenas do Rio Grande do Norte (53,0% e 59,2%) e do Ceará (38,7% e 44,4%).

Almeida (1994) situa que a questão agrária é um tema permanente quando se pensa no desenvolvimento do capitalismo no campo, ela será facilmente encontrada nos clássicos, tanto naqueles que como Kautsky se dispuseram a explicar o não lugar dos camponeses no capitalismo, como entre os autores que preconizaram a continuidade camponesa por meio do desvendamento dos mecanismos internos de sua recriação, como Chayanov.

Segundo Guanzirolli, Romeiro, Buainam (2003) a agricultura brasileira nas décadas 70 e 80 sofreu grandes transformações no mundo rural similares aos ocorridos nos países capitalistas avançados tanto nos aspectos positivos como nos negativos. Nos anos 70, a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização baseado na

mecanização e na utilização de variedades de sementes selecionadas e de insumos químicos. Já na década de 80, sustentava-se que esse processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, são os chamados complexos agroindustriais.

Como bem situa Silva (1999), a grande mudança verificada na dinâmica da agricultura brasileira foi a passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais. A dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior, mas a produção de exportação ocupava apenas parte dos meios de produção disponíveis, sendo a outra parte destinada a bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção utilizado nas fazendas.

Silva (1999) afirma ainda que o rompimento do complexo rural e o simultâneo processo de industrialização significa o desenvolvimento da divisão do trabalho e constituição do mercado interno que se consolidou nos anos 50 com a internacionalização do setor produtor de capital, a partir daí, completada a industrialização da própria agricultura constitui-se um seguimento específico do D1 destinado a fornecer máquinas e insumos para o campo; e transformando-se as relações de trabalho, consolidando-se o assalariamento nos setores mais dinâmicos da agricultura do centro sul do país.

De acordo com Venâncio (2005) agricultura familiar apesar de ter assumido tamanha importância dentro do modo de produção capitalista (produção de alimentos para abastecer a população na cidade além da manutenção das pessoas ocupadas no campo), ainda padece com uma série de problemas: falta de políticas agrárias e agrícolas, baixo valor agregado aos seus produtos, à expropriação e envelhecimento da família rural, perdas de lavouras face às oscilações climáticas, dificuldades de comercializar devido à concorrência desleal, a entrada de produtos industrializados no mercado e a consequente mudança dos hábitos alimentares da população brasileira e acúmulo de dívidas que levou muitos produtores à ruína. Mesmo diante de tantas dificuldades esses agricultores familiares permanecem no campo estabelecendo novas alternativas de produção (diversificação da produção), enquanto outros ingressam na luta por melhores condições de sobrevivência e de produção.

O relatório do Banco do Nordeste sobre agricultura familiar, o termo é reconhecido oficialmente pela Lei 11.326, em 24 de julho de 2006, a define como aquela praticada em estabelecimento dirigido pela família, que tenha renda predominantemente oriunda deste, cuja área não exceda quatro módulos fiscais além da utilização da mão de obra familiar.

De acordo com França, Del Grossi e Marques (2009), a legitimidade do termo agricultura familiar no censo de 2006, é fruto de uma longa jornada de afirmação e reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância econômica e social e das reivindicações da agricultura familiar, um conjunto plural formado pela pequena e média propriedade, assentamentos de reforma agrária, entre outros seguimentos. O próprio reconhecimento do direito à previdência rural, a criação do Pronaf a constituição e consolidação de um feixe simultâneo e permanente de políticas públicas diferenciadas e a lei da agricultura familiar são marcos fundamentais na história nacional.

2.3 Particularidades da agricultura familiar no município de Lagarto/Se

O município de Lagarto se destaca pela tradição e desenvolvimento de vários cultivos. Sendo a utilização da mão de obra familiar nas etapas da agricultura uma característica marcante do referido município, além de serem desenvolvidas em pequenas propriedades com baixas inovações mecânicas, químicas e biológicas. Atualmente os cultivos de destaque são os cítricos, sem contar com a mandioca e o fumo que outrora um produto muito expressivo no município.

França, Del Grossi e Marques (2009), com base no censo agropecuário de 2006, identificaram 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais. Porém, contingente de agricultores familiares, ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Segundo esses dados, verifica-se no país uma estrutura agrária concentrada. Pois os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha.

Ainda segundo os autores, a região nordeste possui a metade dos estabelecimentos familiares com um total de 2.187.295 perfazendo 35,3% da área total. Nela, os estabelecimentos familiares representam 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total.

De acordo com os estudos de Lisboa (1999), no município de Lagarto 80% das terras estão destinadas e ocupadas com pastagens, ou seja, a pecuária, uma atividade que tem como característica pouca mão de obra. Porém, é nesse município que aparece o maior número de

empregados temporários (85%) da região. Isso se deve à extensão e consequentemente à hegemonia do município na agricultura, tanto no contexto regional como estadual.

O município possui destaque em três cultivos no cenário estadual: a mandiocultura, com o maior volume de produção, seguido pelo cultivo da laranja e a produção do fumo o qual mesmo tendo uma queda significativa nos últimos anos continua sendo o maior produtor do estado de Sergipe (FIG.2, 2.1, 2.2, 2.3).

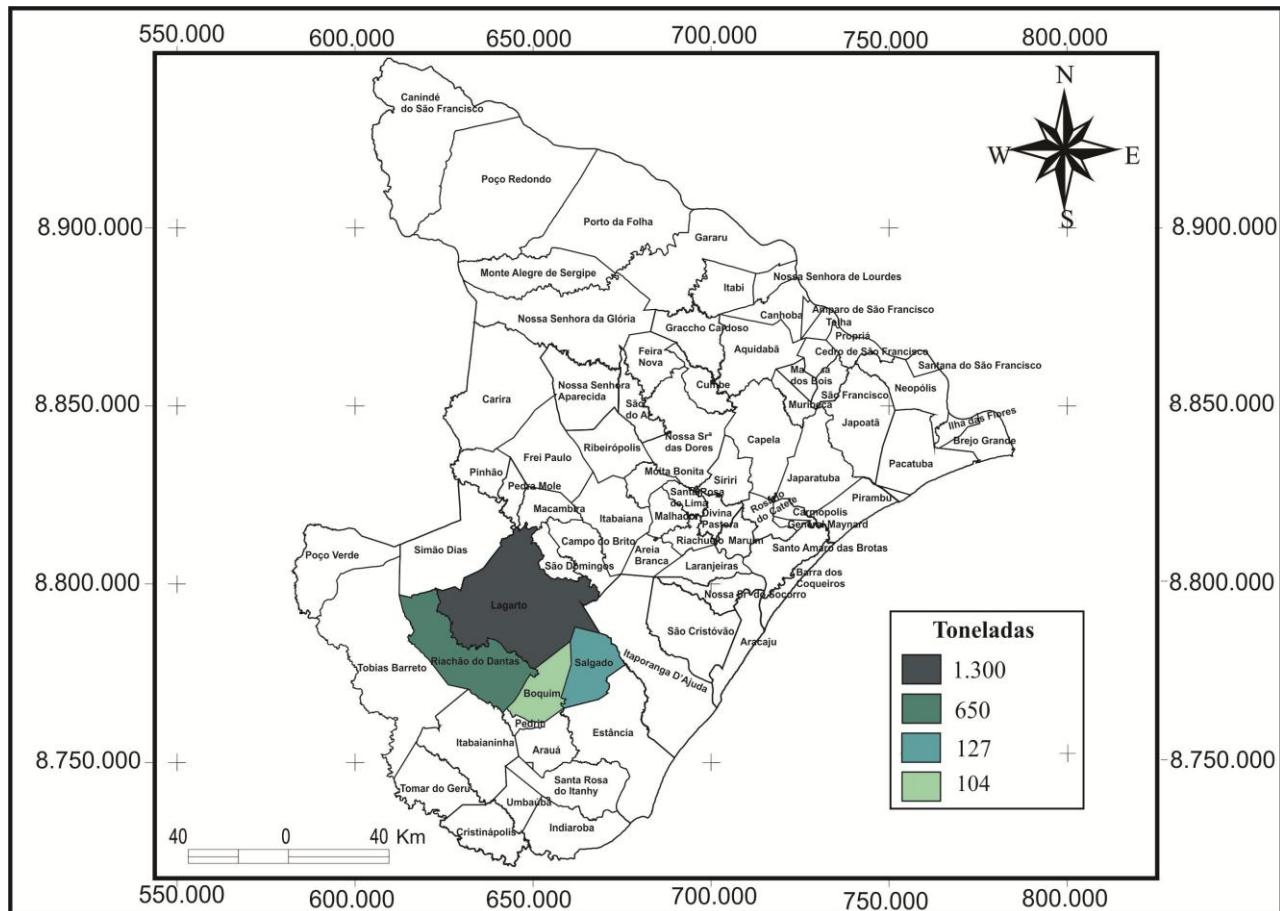


Figura 2 Produção de Fumo (2008). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004). Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

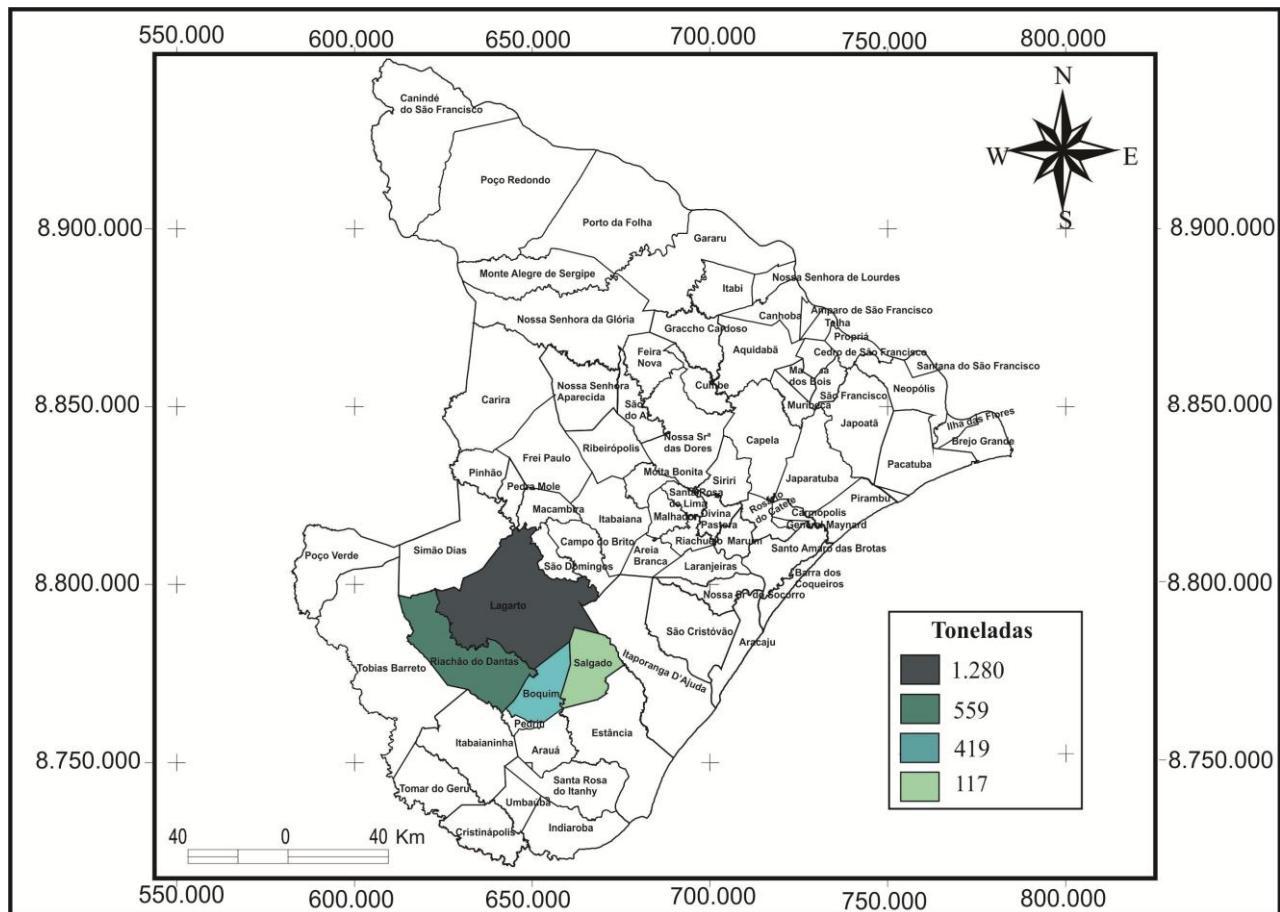


Figura 2.1- Produção de Fumo (2009). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004). Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

Santos (2009) afirma que a cultura do fumo no município de Lagarto tem enfrentado problemas por causas das doenças e pragas, aliado com a propaganda de conscientização dos efeitos negativos do fumo à saúde. Através do programa nacional de diversificação, as áreas cultivadas com o fumo, devem estabelecer novas alternativas de cultivo em Sergipe. Esse programa é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e conta com a parceria da Secretaria do Estado da Agricultura, Secretaria Municipal de Lagarto e o Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (ICODERUS).

Ainda de acordo com a autora o programa conta com a realização de projetos de extensão, formação e pesquisa rural para a diversificação produtiva de agricultores familiares que cultivam o fumo. Dentre as opções figura a mandioca, variedade de alta produtividade, cuja propagação de mudas já está sendo realizado para atender aos agricultores. Além disso, o incentivo do programa é possibilitar novas alternativas de cultivos para os fumicultores, através da promoção de novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida.

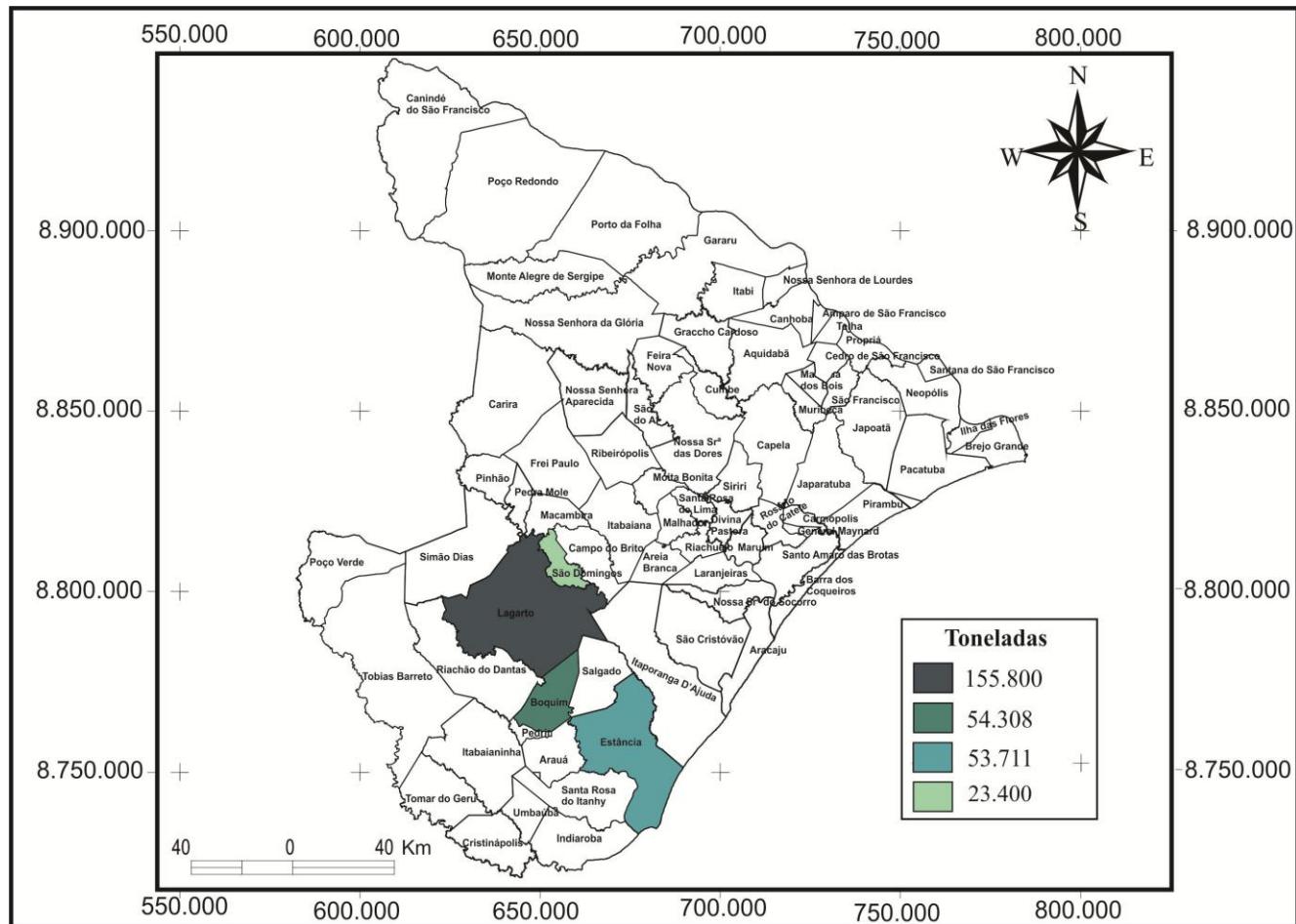


Figura 2.2- Produção de Mandioca(2008). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPALNTÉC (2004). Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

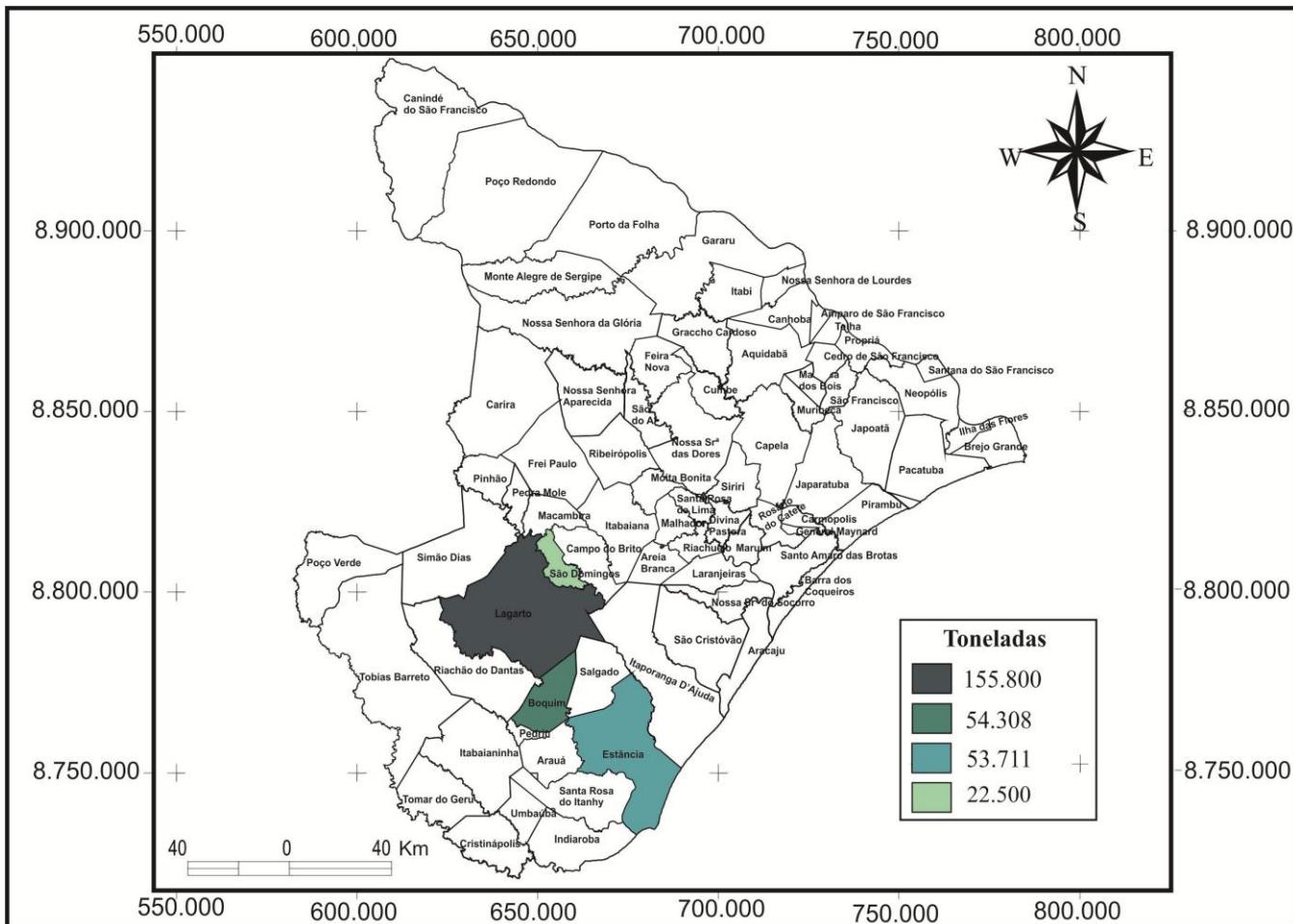


Figura 2.3- Produção de Mandioca(2009). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPALNTÉC (2004). Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011)

Logo, fica claro que um dos motivos relacionados com a queda da produção do fumo na década de 1990 é a política do governo federal de diversificação do fumo que ao executar cortes no financiamento bancário provocou sucessivas crises na cultura fumageira tanto na escala nacional como regional (Tabela 2). Aliados a essa política estão atrelados os baixos valores pagos pela produção e no âmbito local à falência da cooperativa no Povoado Colônia Treze.

Tabela 2 - Produção do fumo no Brasil, Nordeste, Sergipe e Lagarto.

A PRODUÇÃO DO FUMO

Quantidade (T)

ANO	BRASIL	NORDESTE	SERGIPE	LAGARTO
1990	445.489	45.124	1.655	1.188
1996	476.638	41.309	5.994	4.620
2001	568.505	21.780	1.992	1.320
2006	851.058	26.318	2.534	1.300

Fonte: Produção Agrícola Municipal (1990, 1996, 2001 e 2006), IBGE.

Organização: Elis Regina S. dos S. Oliveira

A partir da política de diversificação do cultivo do fumo há uma orientação do Estado e dos técnicos agrícolas na tentativa de induzir o agricultor do fumo em plantar outros cultivos (FIG. 2.4). Dentro desses, a mandioca é o mais aceito pelos pequenos agricultores no município de Lagarto, além da pimenta e da acerola.



Figura 2.4 Plantação do fumo associado ao cultivo da mandioca no povoado Colônia Treze.
Foto: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2009

Logo é a mandioca seguida pela laranja e o maracujá as culturas que possuem o maior destaque em volume de produção do município nos cultivos temporários e permanentes (Tabelas 2.1, 2.2)

Tabela 2.1- Produção das Lavouras Temporárias em Lagarto/Se.

PRINCIPAIS CULTIVOS TEMPORÁRIOS DE LAGARTO/SE EM 2008

Quantidade (T)

Mandioca	155.800
Milho	3.000
Fumo	1.300
Feijão	1.005
Batata doce	679
Tomate	675
Amendoim	169

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2008), IBGE.

Organização: Elis Regina S. dos S. Oliveira

Tabela 2.2- Produção das Lavouras Permanentes em Lagarto/Se.

PRINCIPAIS CULTIVOS PERMANENTES DE LAGARTO/SE EM 2008

Quantidade (T)

Laranja	70.308
Maracujá	23.059
Mamão	3.540
Banana	1.896
Coco de baía	738

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2008), IBGE.

Organizadora: Elis Regina S. dos S. Oliveira

Santos (2009) informa que a mandioca é o principal produto agrícola em área colhida do município de Lagarto. Sem contar que é realizado em todas as localidades seja para subsistência ou para a comercialização, principalmente para atender a demanda de matéria

prima para as inúmeras casas de farinha existentes no município. Ressaltar que a farinha produzida no povoado Brasília é comercializado em grandes redes de supermercados em Aracaju.

Além disso, a autora afirma que as mudanças ocorrem devido à valorização econômica da mandioca que de cultivo ligado a subsistência passa a ocupar posição de destaque com a criação do FUNDEMAN (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Mandioca). A partir da criação do Projeto Lei nº 4679, de 2001, que dispõe obrigatoriedade de adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo. Os objetivos desse órgão são priorizar os investimentos tecnológicos na produção e industrialização da mandioca desenvolvendo pesquisas tecnológicas e fornecendo assistência técnica com o cunho de incentivar à produção e à produtividade agrícola como também inserir a mandiocultura no cenário externo e interno. Também foi criado o PLANAMAM (Plano Nacional da Mandioca) formado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e representantes do setor agrícola com o intuito de viabilizar o agronegócio da mandioca.

De acordo com os dados da autora, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no período de 2004 a 2006 vem realizando estudos em Sergipe sobre a mandioca, com a participação efetiva de agricultores dos seguintes municípios: Nossa Senhora das Dores, Lagarto e Umbaúba. Com o caráter de desenvolver e elevar a eficiência dos diversos segmentos da cadeia produtiva da mandioca aumentando o potencial tecnológico e a renda do produtor.

Outro aspecto relevante é a produção da laranja mesmo o município possuindo destaque no cenário estadual, este passa por um processo de revitalização devido às crises no setor por conta do ataque das pragas e doenças aliados a pomares velhos, logo essa política tem o caráter de recuperar os pomares afetados (FIG 2.5, 2.6).

Santos (2009) afirmar que a partir dos dados obtidos no censo citrícola realizado pela EMBRAPA (2008), as atividade citrícola em Sergipe são conduzidas basicamente por pequenos agricultores familiares, em imóveis com áreas total inferior a 10 hectares, os quais têm em média 54,17% de suas áreas ocupadas por pomares cítricos.

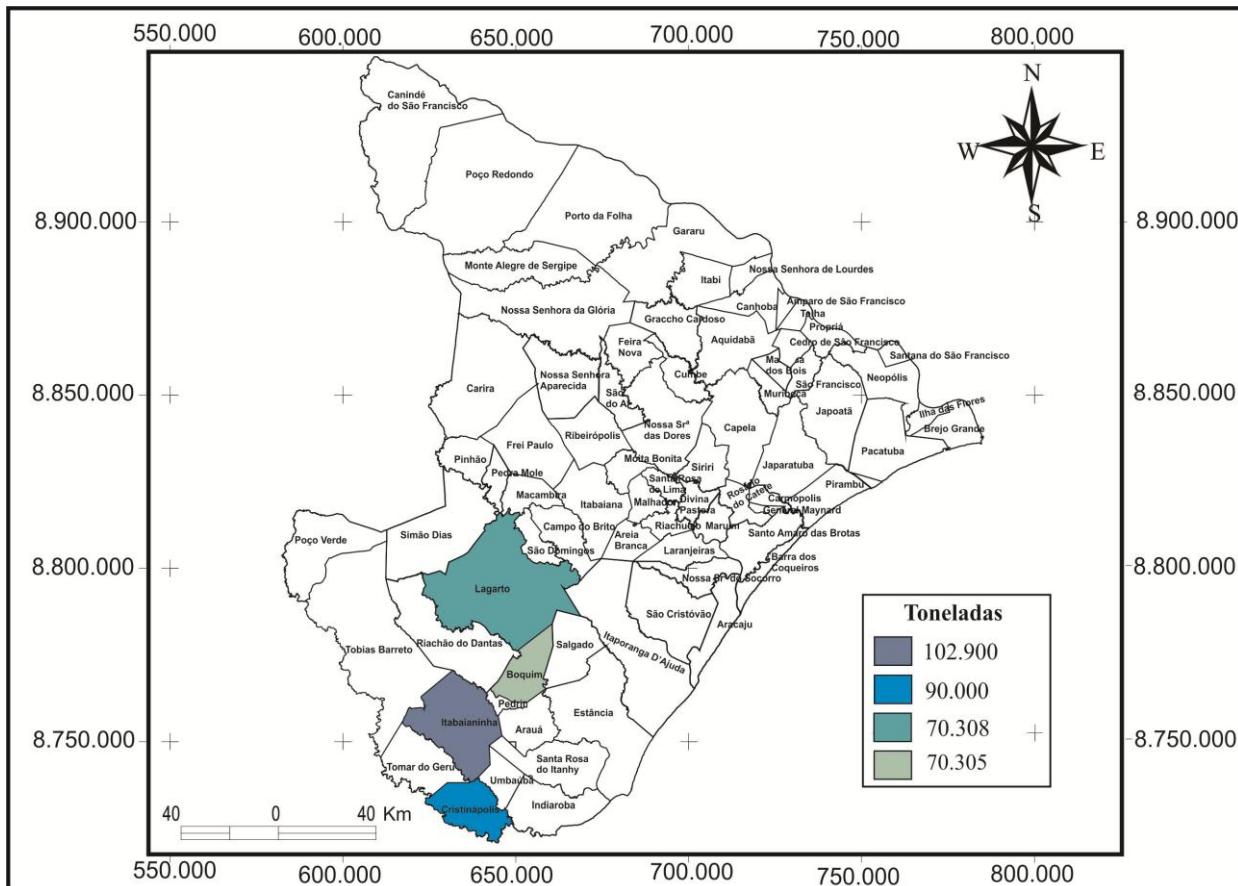


Figura 2.5- Produção de Laranja (2008). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004).

Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

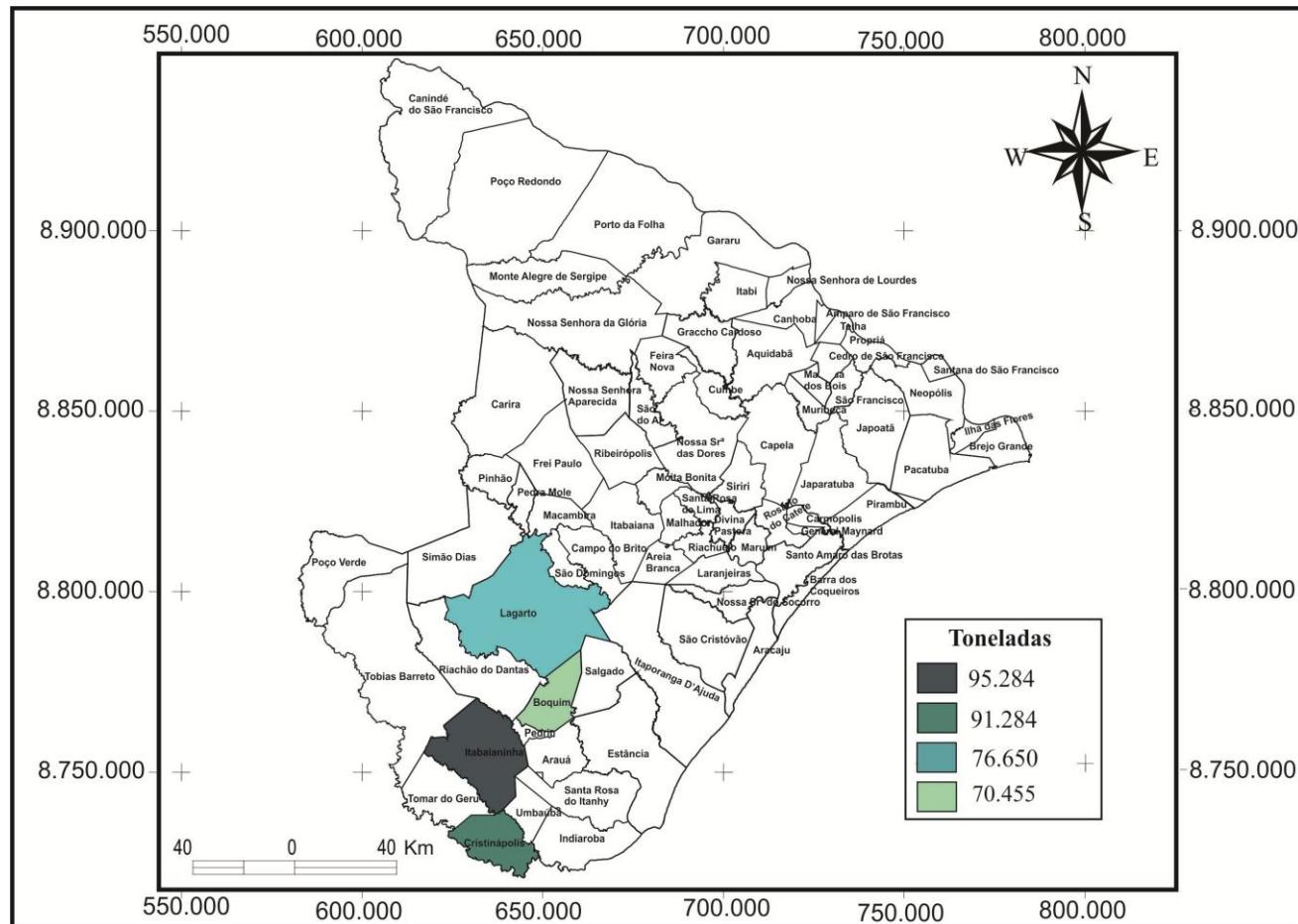


Figura 2.6- Produção de Laranja (2009). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004). Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

De acordo com os dados obtidos na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o município de Lagarto é o maior produtor estadual de maracujá com mais de 75% da produção (FIG. 2.7, 2.8). A maior parte dos cultivos é realizada em associação com a laranja, porém dois problemas tecnológicos vêm afetando essa prática: a baixa produtividade, proveniente da proliferação da plantação com pragas, doenças e longevidade dos cultivos. No tocante a baixa produtividade outro fator que vem contribuindo com esse índice é a grande variabilidade dos tipos cultivados, uma vez que não existem cultivares selecionados e que sirvam de base para a difusão de material de propagação.

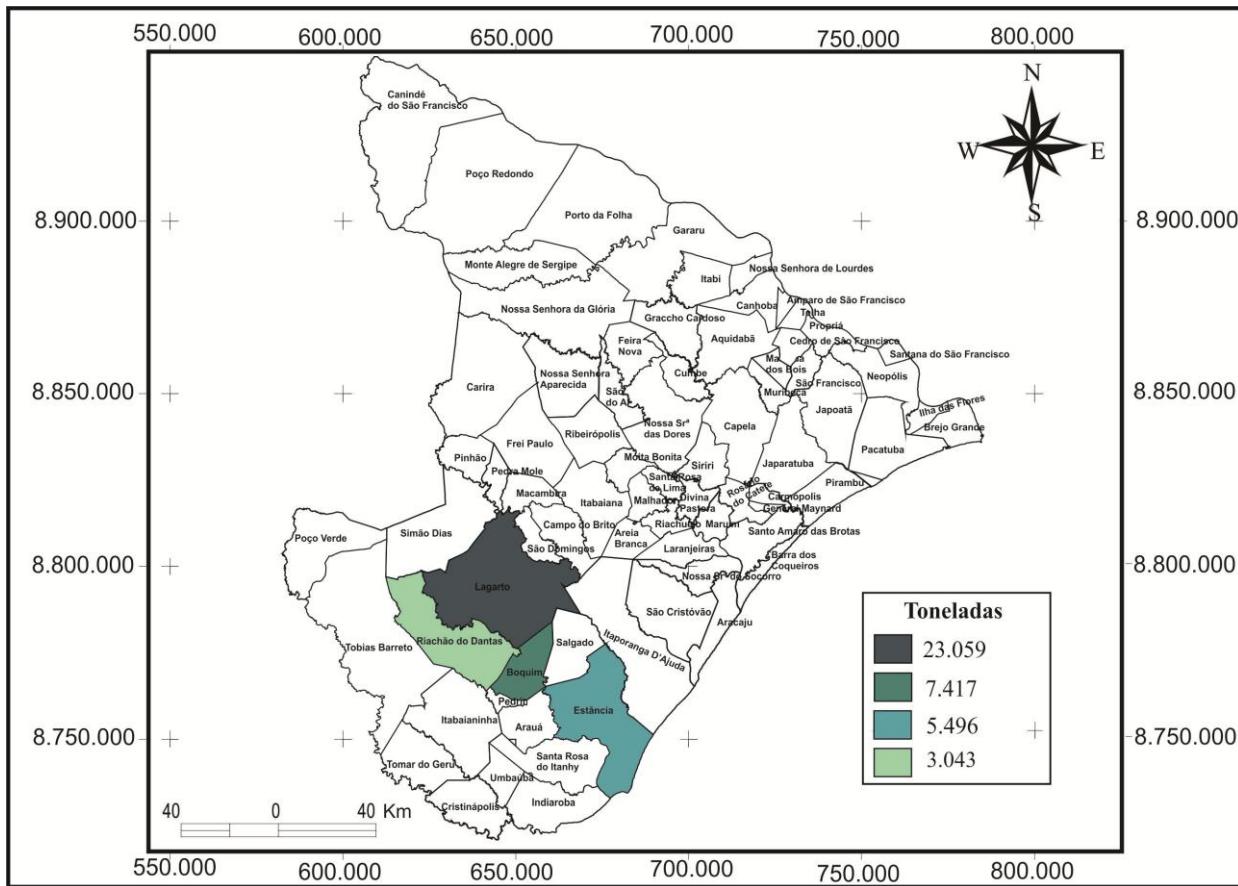


Figura 2.7- Produção de Maracujá (2008). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004).

Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

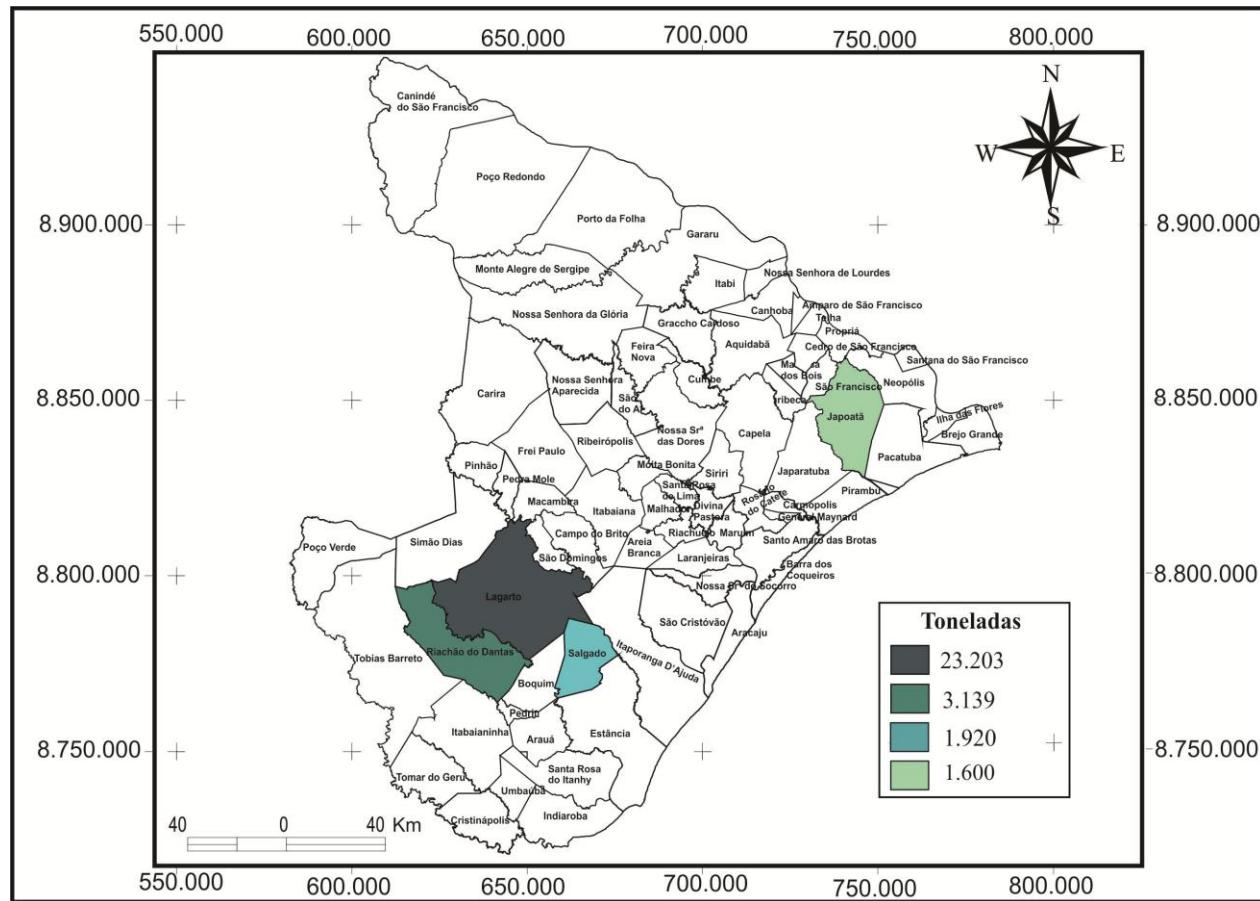


Figura 2.8- Produção de Maracujá (2009). Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2004).

Organização: Diana Mendonça de Carvalho; Elis Regina Silva dos Santos Oliveira (2011).

Apesar do IBGE não possuir dados oficiais sobre a produção da pimenta e da acerola, nesses últimos anos no município de Lagarto vem crescendo o número de pequenos agricultores que se dedicam a esses cultivos em substituição a outros, principalmente, ao fumo. Segundo as informações extraídas das entrevistas no dia 15 de julho de 2010 no Povoado Colônia Treze, o único produto agrícola que possui acordo comercial direto com o grupo Maratá é a pimenta. Com os produtores do fumo e da laranja verifica-se a venda direta para os intermediários que repassam para os conglomerados. Isso vem incentivando os pequenos agricultores no processo de substituição do velho cultivo pelo novo.

Ainda de acordo como dados obtidos na aplicação do questionário nos povoados estudados, há uma satisfação dos agricultores familiares na produção da acerola e da pimenta, o mesmo não ocorre com os cultivos da laranja e do fumo (FIG. 2.9).

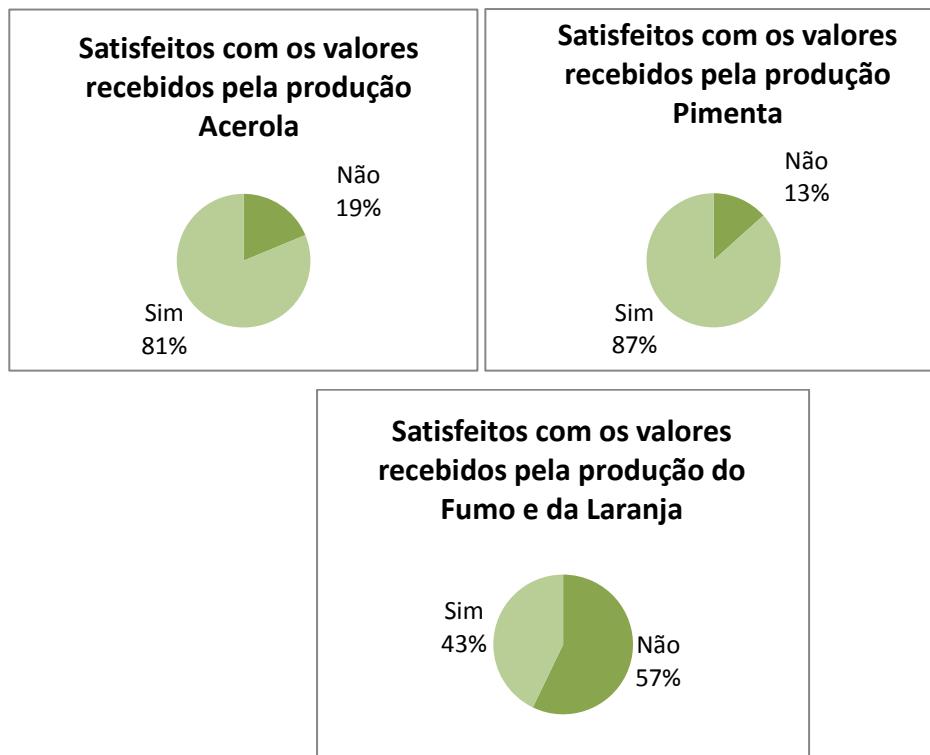


Figura 2.9- Comercialização dos produtos

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Outro aspecto interessante é que 80% dos entrevistados possuem outras rendas não oriundas de atividades agrícolas, as atividades mais citadas são: motorista de caminhão, vendedoras de produtos cosméticos e prestadoras de serviços domésticos. Quanto a origem da renda familiar, a pesquisa revelou que 60% da renda são oriundos de aposentarias e da bolsa família (transferências institucionais). No que tange as tarefas agrícolas, 80% dos entrevistados contratam a mão de obra temporária apenas no período da semeadura e

colheita, afirmam que não alugam nenhum maquinário (Trator). Sendo os chefes da família, os grandes provedores do lidar com a terra, como auxílio dos filhos maiores que ajudam os pais nos horários opostos ao da escola.

Quanto ao grau de escolaridade, boa parte dos entrevistados não possuem o ensino fundamental completo. Porém nota-se que os filhos dos agricultores familiares vão a escola frequentemente devido ao Bolsa Família ter como pré-requisito a assiduidade escolar como elemento essencial para o recebimento do benefício.

De acordo com o IBGE de 1996, cerca de 87,3% dos estabelecimentos rurais do município possuem menos de 10 hectares ocupando 14,3% da área agrícola de Lagarto. Além disso, 87% dos estabelecimentos são explorados pelo próprio proprietário e 72,9% deles residem na própria propriedade. Verifica-se que 98,6% são responsáveis pela administração do imóvel.

Os pequenos agricultores reclamam da falta de incentivos financeiros e principalmente ajuda técnica do Estado (Anexo H), as reclamações dos plantadores de pimenta pela falta de orientação técnica. Quanto se refere ao Pronaf B muitos desconheciam e outros tinham medo do endividamento. Além dos valores pagos pela sua produção que são irrisórios perante as despesas financeiras e ao tempo gastos com os cultivos. Os agricultores não possuem incentivo por parte dos grupos capitalistas que atuam na região bem como do Estado, apenas no perímetro irrigado estes citaram o papel do estado como agente gerador de desenvolvimento (FIG. 2.10).

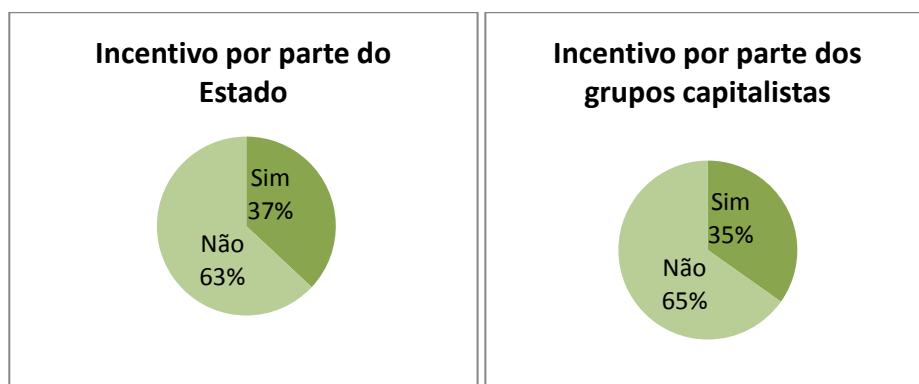


Figura 2.10- Incentivo, Lagarto/SE, 2010.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

No que tange a produção, a maior parte dos entrevistados citam que produzem para a venda e um pouco para o consumo. Sobre o destino, os agricultores familiares que cultivam o

fumo, a laranja e acerola têm sua produção atrelada aos intermediários apenas os plantadores da pimenta possuem um contrato firmado com o Maratá (FIG. 2.11).

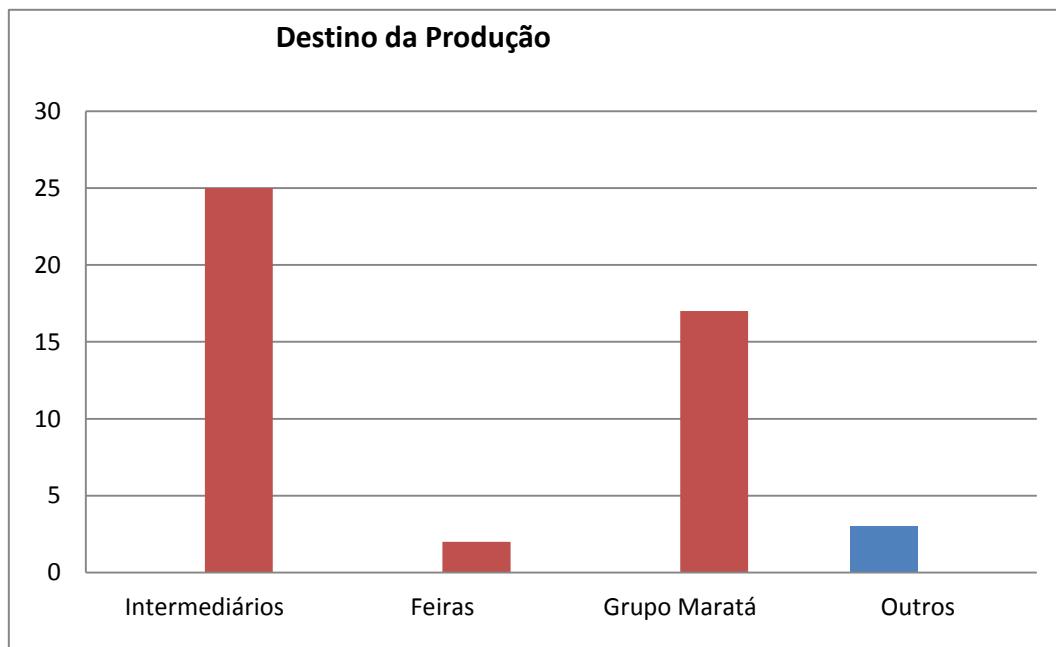


Figura 2.11-DESTINO DA PRODUÇÃO, Lagarto/Se

Fonte: Trabalho de campo, 2010

3 UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA DO AGRONEGÓCIO

O terceiro capítulo traz um debate teórico do agronegócio visto por alguns autores como o grande vilão no campo, pois além de acentuar as desigualdades sociais e econômicas nas zonas rurais tem gerado conflitos na luta pela terra; Outros vêm como uma possibilidade de geração de renda e de emprego, logo esse capítulo tem como premissa analisar os estudos de autores que trabalham nas diversas vertentes teóricas, muita delas, em termos epistemológicos, contrapostas. Nesse caso, destacaram-se as contribuições de Silva (1999), Fernandes (1991; 2006), Guanziroli (2006), Guilhoto, Silveira, Ichihara, Azzoni (2006), Schneider (2009). São autores que atuam em diversas áreas das ciências sociais e não apenas da Geografia. Os temas abordados estão ligados a diversidade da agricultura familiar e de sua relação com o agronegócio. Também o enfoca-se a pluriatividade, outra realidade visível no município.

3.1 Agronegócio: Seus impasses

O capitalismo proporcionou o aumento da produção e da produtividade, mudou a lógica de alguns espaços rurais de arcaico para moderno. De acordo com alguns autores este sistema promoveu o empobrecimento, acirrou ainda mais as desigualdades, ampliando a concentração de terra e de renda no campo. Uma pequena parcela dos agricultores vem sendo integrada sob a lógica dominante do sistema do capital no campo, enquanto a maior parte dos pequenos agricultores está aquém do ciclo capitalista reproduzido a partir da acumulação.

O sistema capitalista se insere tardiamente no campo se comparado ao urbano. Quando ocorrer essa inserção do capital nas zonas rurais tudo se transforma em mercadoria, inclusive a terra, como renda fundiária e sua produção, promovendo exclusão e expropriação daqueles que não têm como se manter em independentes para concorrer dentro desse sistema econômico.

Os Complexos Agroindústrias (CAIs) são frutos dessa inserção do capital na agricultura, ocorrendo uma subordinação dessa a indústria e a integração à grande produção industrial. Em outras palavras, os CAIs favoreceram a forma de integralizar as cadeias da agricultura moderna brasileira, transcendendo a fase da modernização e da industrialização da agricultura e, de certa forma, antecederam a formação desses complexos. Podemos dizer que

os CAIs formaram os corolários materiais das unidades capitalistas no segmento da agricultura, estabelecendo padrões tecnológicos definidos, soldando a integração técnica com a integração do capital, e neste último com a inserção do capital financeiro, como bem situa Silva (1999, pg, 29):

A idéia de que os CAIs são um fruto recente na economia brasileira, um fenômeno dos anos 70, só pode ser entendida com base na diferença entre modernização da agricultura e constituição dos CAIs. É claro que antes das décadas de 60 e 70 mudanças técnicas importantes se fizeram presentes na agricultura e é claro, também, que sempre houve um segmento importante de processamento agroindustrial no país. Mas enquanto a modernização dependia da importação de insumos químicos, equipamentos e máquinas, ela tinha um limite claro, dado pela capacidade de importar. Assim como o complexo rural dependia das exportações para se expandir, a modernização, no seu início, dependia da capacidade de importar a fim de poder se generalizar. A internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura rompe esse limite; a partir daí modernização da agricultura caminha com seus próprios pés e os limites agora são colocados por ela mesma, isto é, pelo próprio capital inserido na atividade agrícola.

Para alguns autores o agronegócio surge como uma possibilidade de desenvolvimento no campo. Na visão do mercado o agronegócio seria toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. Também chamado de agribusiness, conjuntos de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico.

Segundo Almeida (1994), o agronegócio não é algo novo, seria fruto da dolorosa Revolução Verde, novo é o fato de agora aparecer como categoria homogeneizadora. Além disso, ele também é responsável pela barbárie no campo, na super exploração do trabalho e nos impasses ambientais gerados no campo. Sem contar que a lógica do agronegócio não difere do latifúndio, pois sua base de sustentação continua sendo rentista.

A agricultura deixou de ser, por força da industrialização, um setor isolado da economia torna-se uma parte integrante do complexo agroindustrial. O agronegócio na década de 90 no Brasil, deu um salto a partir da adoção de novas técnicas e recursos de produção adequados as condições naturais do país. Além do uso da tecnologia aliada a agricultura e pecuária promovendo produtos melhores, perdas menores e um maior controle da produção, favorecendo a comercialização internacional deste produto.

Em contrapartida o agronegócio vem acirrando no campo as desigualdades latentes como a concentração de terras e as desigualdades, pois os grandes grupos capitalistas incentivam as atividades monoculturas. No desfecho desse processo, o agricultor familiar vem sofrendo com essa submissão que não traz benefícios.

Segundo Fernandes (2006) o agronegócio é uma terminologia surgida na década de 90, na construção ideológica para tentar “contornar” a ideia latifundista e monocultora da chamada agricultura capitalista. Pois a representação do latifúndio carrega em si uma figura latifundista da agricultura capitalista. Além disso, carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. Sendo, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país.

No Brasil, a modernização agrícola se dá a partir da década de 1970, gerando no país uma intensa concentração da propriedade nas mãos de grandes empresas rurais, evidenciando a força do valor de troca da terra. Os complexos agroindustriais são fruto dessa inserção do capital no setor primário ocorrendo em seguida uma subordinação socioeconômica e cultural dos agricultores à indústria e a integração à grande produção industrial.

Ainda segundo o autor, a agricultura capitalista também designada de agricultura patronal, empresarial ou simplesmente agronegócio, possui na sua lógica dois processos que traduzem sua essência a concentração e a exploração. Logo, nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, torna-se o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. O agronegócio é um tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção as políticas, produção e as políticas de desenvolvimento.

De acordo com Sauer na trilha de Bourdieu, na década de 90, no Brasil, popularizou o termo agronegócio, cuja designação a princípio foi vinculada como um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária. Porém o termo foi cunhado no meio acadêmico norte americano designando um conjunto de atividades agropecuárias desenvolvidas em grandes extensões de terras mesmo possuindo como base Family farming norte-americano.

No Brasil, o termo agronegócio é designado como toda uma relação que integra toda a cadeia do produto: produção, industrialização e comercialização, porém não envolvendo apenas grandes extensões de terras com o desenvolvimento das atividades monocultoras, mas também na articulação com as pequenas unidades produtoras.

O município de Lagarto seria um recorte empírico dessa associação do pequeno agricultor que é policultor e minifundiário versus o grande setor industrial, todos articulados, mesmo que contraditoriamente e com lógicas de produção diferentes.

Segundo Fernandes (2006), o agronegócio procura coopta a produção da agricultura camponesa para desenvolver e consolidar seu modelo. Esse processo de apropriação é iniciado através da eliminação das diferenças: todos são iguais ao mercado. E aprofunda esse processo subordinando suas ações para que sejam construídas tendo como referência o negócio dentro da escala capitalista.

Nas décadas de 60 e 70 no Brasil, o Estado adotaria de forma generalizada um conjunto de programas dentro da quadratura estratégica da chamada Revolução Verde, sob bases da modernização no sentido de substituir a agricultura tradicional pela agricultura moderna em uma perspectiva de geração de desenvolvimento no campo, pois iria possibilitar uma relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva, agrícola ou pecuária em uma visão de mercado.

Também chamado por alguns autores de agribusiness, como um conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Foi a soja e a cana de açúcar, os dois elos produtivos nos quais a modernização configurou-se em sua forma mais agressiva, dando-lhe um singular modelo rural, ou seja, uma agricultura como uma visão exclusivamente empresarial.

Porém, na década de 90, a agricultura brasileira dá um salto de qualidade, aumentando substancialmente a produtividade do trabalho a partir da incorporação de novas técnicas e recursos de produção adequados às condições naturais do país, mesmo sob bases referenciadas através dos chamados pacotes tecnológicos.

Guanziroli (2006) analisa que, nos últimos 20 anos, os níveis tecnológicos do país foram alcançados pelos produtores rurais brasileiros, os quais atingiram patamares que podem ser mensurados no aumento da produtividade no campo graças à utilização de insumos, basicamente sementes selecionadas, adubo e agrotóxicos, enquadrando-se em uma das formas de inovações da agricultura.

Como bem coloca Silva (1980) o uso da tecnologia aliada a agricultura e pecuária promoveu produtos melhores, perdas menores e um maior controle da produção favorecendo a comercialização internacional deste produto na forma de commodities. Por outro lado, o agronegócio vem acirrando no campo as desigualdades latentes com a concentração de terra e

as desigualdades no campo, pois, os grandes grupos capitalistas incentivam as atividades monocultoras, como a soja e a cana de açúcar, intensificando em algumas regiões conflitos travados pela luta da terra.

Segundo os estudos de Guanzirolli (2006) a produção de soja seria uma das principais responsáveis pelo crescimento do agronegócio nacional, tanto pelo volume físico e financeiro como também pela mudança de visão. Havia uma necessidade de organização empresarial da administração da atividade por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria prima e negociantes.

Ainda de acordo com o autor (2006), o sucesso do agronegócio faz parte de uma estratégia do país que apontou para a resolução de vários problemas estruturais os quais entravavam o desempenho da agricultura. O desenvolvimento tecnológico promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é usualmente citado como um dos principais fatores, mas há outros de igual ou maior relevância, com a abertura das fronteiras agrícolas nos cerrados através de programas de colonização dirigida e as inovações introduzidas nos mecanismos tradicionais de política agrícola no Brasil.

Guilhoto, Silveira, Ichihara, Azzoni (2006) comentam que a agricultura familiar está integrada organicamente na história do país e da humanidade. Entretanto, sua influência seria reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário e dos demais setores produtivos.

O termo familiar passa a ser visto e concebido como algo atrasado, do passado e de pouca significância. Entretanto, o mundo contemporâneo colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto sócio-econômico próprio e delicado, haja vista, que sua importância ganha força quando se questiona o futuro desse segmento que subsiste no campo, a problemática do êxodo rural e, consequentemente, a tensão social decorrente da desigualdade social, tanto no campo como nas cidades.

Observa-se no país que agricultura familiar hoje representa um segmento importante na economia rural, não sendo sinônimo de atraso tão pouco de insignificância, de fato o que falta é a organização desse segmento. Os números revelam a inserção da agricultura familiar no mercado e o número significativo de unidades produtivas, mais de 4 milhões em todo o Brasil.

Guilhoto, Silveira, Ichihara, Azzoni (2006, pg 356) ainda afirmam que: se por um lado, a agropecuária familiar tem um papel social inquestionável, por outro, sua sobrevivência

é incerta. Por si só, este setor produtivo é desorganizado e ineficaz para promover seus interesses.

Gualda (2005) observa um aumento na discussão em torno da incompatibilidade da coexistência na agricultura nacional com os dois modelos antagônicos: o familiar e o agroexportador. O dilema está fundado na concepção de que a política necessária ao desenvolvimento de um segmento cria obstáculos ao crescimento do outro. De acordo com os autores de ambas as correntes, seria paradoxal a coexistências simultâneas dos dois setores, já que o incentivo a um dos segmentos comprometeria a sobrevivência ou a competitividade e inserção internacional do outro.

Para a autora, os defensores da agricultura familiar argumentam que o modelo agroexportador compromete as possibilidades de sobrevivência desse segmento econômico. Tal concepção fundamenta-se na tese de que a necessidade constante de redução de custos e de ganhos de escala, induz a um processo de pequena propriedade. Desse modo, segundo este grupo, as culturas de exportação contribuiriam no processo de concentração fundiária, no aumento da pobreza, da fome e do trabalho escravo no campo, além de fomentar a repressão aos movimentos sociais rurais. Por outro lado, o setor agroexportador vê na agricultura familiar um ambiente de atraso, pobreza, desqualificação e de incapacidade de responder ao dinamismo econômico atual. Por ser constituída, em sua maioria, de agricultores tradicionais e reduzido potencial de liquidez, consideram tal forma uma organização produtiva ineficiente para enfrentar a competição num mundo globalizado.

No entanto, o que se observa no município de Lagarto, em particular nos cultivos da acerola e da pimenta, é a coexistência de ambos os setores marcada por relações contraditórias, o que é nato do sistema capitalista. Claro que o setor patronal possui maiores ganhos, mesmos os agricultores familiares não arrecadando o mesmo ganho ou lucro, eles estão satisfeitos com o contrato. Logo, a agricultura familiar é um importante segmento, apesar dos entraves existentes como a baixa mecanização, o uso de técnicas rudimentares e o uso intenso da mão de obra familiar nas etapas da semeadura e da colheita. Possuindo, assim, uma dinâmica de sobrevivência com a sua inserção em atividades não agrícolas.

De acordo com Gualda (2005) há um consenso no meio científico quanto à conceituação de agricultura familiar vista como:

Tal atividade se caracteriza por sua forma de organização produtiva ser de responsabilidade exclusivamente do grupo familiar. Este é responsável por todo processo produtivo desde a escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção.

Neves (2006) afirmar que a agricultura familiar é sintetizada como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

Gualda (2005) comenta a importância da agricultura familiar no cenário internacional no tocante a organização da produção agropecuária, segundo os dados do censo agropecuário de 1996, existe 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários dos quais 85,2% são familiares. Deste total 30% têm média 10 ha e 39,8% têm menos de 5ha. Apesar, destes estabelecimentos ocuparem apenas 30,5% da área total do país, são responsáveis por 37,9% da renda bruta total da agropecuária nacional e se constituem na principal fonte geradora de emprego no meio rural, envolvendo em torno de 14 milhões de pessoas. Além disso, o setor é responsável conforme os estudos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) pela produção de boa parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Já o agronegócio também rotulado de patronal, empresarial ou complexo agro-industriais de acordo com Gualda é representado como uma forma de organização produtiva marcada pela produção em alta escala, intensiva em capital, que emprega recursos tecnológicos avançados e com forte capacidade de competir nos mercados internacionais e que na visão de Jank (2005) todos os produtores rurais fatalmente deverão se inserir, independente de seu porte.

Segundo Jank (2005) O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados.

Segundo Gualda (2005) pode-se afirmar que as características atuais deste modelo tiveram origens nas décadas de 70 e 80, cujo processo de modernização contou com fortes investimentos na geração e na transferência de tecnologias demandadoras de insumos, máquinas e equipamentos sofisticados. Todo esse processo foi fortemente apoiado por orientações técnica e de extensão rural, quer pública ou privada, que estimulavam a inserção

no novo modelo. Os representantes do agronegócio o classificam como moderno eficiente e competitivo.

Ainda de acordo com a autora o dilema da não coexistência dos dois setores quanto à impossibilidade, têm raízes históricas quanto à origem e o desenvolvimento de cada um. Enquanto um se apresenta como moderno e competitivo, surgido no âmbito da Revolução Verde da década de 1970; outro emerge dos movimentos sociais do campo a partir de meados de 1990, capitaneados pelo sindicalismo rurais ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Logo mediante a emergência de um tratamento diferenciado o Governo Federal optou por um tratamento distinto, institucionalizando tal separação através da criação de dois ministérios, a agricultura familiar ficou sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário, enquanto as demandas do setor agroexportador devem ser atendidas pelo Ministério da Agricultura como bem situa Gualda (2005)

Gualda comenta que segundo Jack (2005) fatalmente, todos os produtores rurais irão se inserir no modelo do agronegócio. Porém os movimentos sociais (FETRASUL) refutam a tese de Jank, pois acreditam que através de ações criativas podem encontrar outros caminhos como a preservação da agrobiodiversidade, a conservação e multiplicação de sementes, soja orgânica, o processamento em agroindústrias familiares entre outras alternativas.

Para Abromovay, Magalhães e Schröder (2005) a agricultura familiar, muito mais que um setor social e econômico é um valor: num país com a tradição latifundiária do Brasil, cuja formação histórica repousa na forma mais radical de separação entre propriedade e trabalho. Afirmam que unidades produtivas ao alcance da capacidade de trabalho de uma família podem firmar-se economicamente em mercados competitivos.

Em contrapartida Fernandes e Welch (2008) onde comentam que o capital controla toda a cadeia do complexo e utiliza o camponês no sistema agrícola como subordinado. No caso específico da laranja, os camponeses são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta, sob controle total da indústria. Todavia, temos observado a tendência de verticalização e terceirização da produção, processos que têm expropriado o campesinato, porque o camponês vende a terra e deixa de ser agricultor; ou é expulso, porque deixa de produzir laranja para suco e passa a produzir laranja para mesa ou a trabalhar com outra cultura e outras atividades.

Fernandes e Welch (2008, pg 49) situam que o controle desse complexo de sistema pelo capital é denominado:

Agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas. No caso do agronegócio da laranja, os sistemas industrial, financeiro e mercantil estão concentrados pela indústria, que controla o sistema agrícola, intensificando a exploração dos produtores de laranja, capitalista ou camponês.

Logo, a partir das leituras de Fernandes e Welch (2008) fica explícito que os autores veem o sistema do agronegócio como uma ação do capital que promove uma total subsunção com base na subordinação camponesa. De acordo com os autores no sistema do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências desse sistema que fatalmente gera expropriação e pobreza no campo.

Além disso, Fernandes (2006) afirma que o agronegócio não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para a exportação, sendo o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Segundo o autor, desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Fernandes (2006) comenta que a representação do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para modernizá-la. É uma tentativa de ocultar o caráter, concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente. A concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. Logo, o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade e o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

Corroboramos com as ideias dos autores, Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) quando indagam a viabilidade de pensar, manter e reproduzir uma agricultura camponesa num mundo capitalista? Segundo Eliseu Alves (2002), há duas grandes dificuldades para tal. A primeira é a força e o dinamismo da agricultura capitalista. A segunda é a baixa capacidade de resistência dos agricultores familiares. Porém há muitos anos diversos autores vêm demonstrando exatamente o contrário, tendo em vista que os modelos de produção rural são altamente contraditórios e exigentes em capital e trabalho.

Além disso, segundo os autores, tais objeções se contrapõem bastante, principalmente se for levado em consideração o trabalho extremamente penoso e a erosão de recursos financeiros que a agricultura familiar brasileira apresenta na atualidade. Todavia, a força das necessidades é imperiosa.

Logo, a inserção do agricultor familiar na indústria, o chamado agronegócio passa a ser uma possibilidade de geração de renda que irá permitir a sobrevivência deste agente no campo. Claro que baseado em um processo de contradições e subordinação pertinente ao capital. Além disso, a realização de atividades não rurais no campo, intitulado de pluriatividade, é a possibilidade desse agente permanecerem e ampliarem sua renda não provocando assim o chamado êxodo rural, além de promover melhoria sócioeconômica nas famílias rurais.

3.2 Particularidades do agronegócio no município de Lagarto/Se

O agronegócio desenvolvido no município de Lagarto possui uma singularidade, pois é comandado por indústrias sergipanas que apenas estabelecem a compra da produção por intermediários. Logo, não há um contrato direto com os agricultores do fumo, da laranja e da acerola. Sendo a pimenta o único produto no qual efetivamente existe um contrato direto com valores pré-estabelecidos pelo grupo, além disso, boa parte dos cultivos são produzidos em pequenas propriedades por agricultores familiares que utilizam ainda técnicas arcaicas como a utilização da mão de obra familiar no período da semeadura e da colheita estabelecendo a utilização do trabalhador temporário apenas no período da colheita.

Dentro dessa complexidade, o agronegócio do município de Lagarto é visto como um *agronegócio simplificado*, pois não há uma relação contratual com os agricultores familiares bem como ajuda financeira e nem técnica, apenas a compra da produção pelos intermediários que por sua vez repassam para a indústria.

Pelos dados obtidos na entrevista ao técnico agrícola da EMDAGRO, o grande desafio dos agricultores é a comercialização, pois falta-lhes organização, ficando totalmente entregues nas mãos dos intermediários. O mercado existe, porém estes não possuem o domínio desse comércio, simplesmente pela falta de organização.

Além disso, segundo o técnico da EMDAGRO, a produção do fumo no município está em decadência, ou seja, em um processo de redução das áreas cultiváveis tendo toda a

produção voltada para os intermediários que repassam para a indústria. Quanto ao cultivo da laranja, há dois destinos da produção: as feiras livres e a indústria de suco. Nesse contexto, novos cultivos foram introduzidos no cenário lagartense, muitos deles induzidos pelo grupo Maratá com a parceria do Governo do Estado.

Na década de 80, o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de laranja, tendo sua produção destinada para indústria de sucos e bebidas. No país são cultivadas várias espécies como laranjas lima, lima verde, laranja pêra, laranja selecta e laranja baia. Porém, na década de 90, o país enfrentaria uma crise na citricultura, perdendo seu posto de maior produtor de laranja.

Segundo Lopes a partir dos dados obtidos pela DESENBAHIA (2008) e DESER (2006) o Brasil é o maior produtor de laranja com 17,8 milhões de toneladas frutos colhidos na safra 2005/2006 e produção de 1,2 milhão de toneladas de suco de laranja, equivalente a 56,02% da produção e a 80,53% das exportações de 1,23 milhões de toneladas.

Ainda de acordo com o autor, os Estados Unidos dominam a produção mundial de laranja in natura, respondendo por mais de 50% da oferta anual do produto. Apesar de grande produtor, o Brasil não está no cenário internacional entre os mais importantes exportadores de laranja in natura. Nesse tocante, os Estados Unidos e a África do Sul figuram como os maiores players internacionais.

Além disso, a produção da laranja nacional passa por um período de crises devido às irregularidades climáticas bem como ao desgaste dos pomares em decorrência de pragas e laranjais velhos, aliado a falta de incentivo por parte do governo que vem realizando cortes nos investimentos destinados à citricultura. Promovendo a migração para outros cultivos.

Lopes (2009) afirma que o estado de Sergipe chegou a ser o segundo maior pólo citrícola do país com uma área plantada de 50 mil hectares e produção média anual de 700 mil toneladas, destinadas ao abastecimento do mercado interno de frutas in natura e à exportação, sob a forma de suco concentrado. Atualmente, há um pálido retrato do setor pujante no período 1970 a 1990.

Nesse sentido, Lopes (2009) faz uma afirmativa a partir dos dados do IBGE com a seguinte análise de acordo com os dados do censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE, embora encontrada em 63 dos 75 municípios, a cultura comercial da laranja está concentrada nos 14 municípios que compõem as microrregiões agreste de Lagarto, Boquim e Estância a saber:

Lagarto, Riachão do Dantas, Arauá, Boquim, Cristinapólis, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga d' Ajuda.

Corroboramos com Lopes (2009) no tocante a crise da citricultura sergipana ao afirmar que ela tem suas origens em fatores exógenos e endógenos, levando à redução da rentabilidade do setor em níveis tão baixos que dificultou a manutenção e ampliação da atividade. Na produção, ocorreu a elevação dos custos e a queda na produtividade em virtude do encarecimento do crédito agrícola e, consequentemente, na diminuição dos investimentos na manutenção e renovação dos pomares. Na demanda, a queda das exportações de suco concentrado de laranja nos principais mercados importadores, entre outros motivos, levou à diminuição da receita obtida pelos agentes envolvidos no agronegócio citrícola o que aumentou as dificuldades de manutenção e ampliação da atividade.

Silva (2009, pg 53) situa na sua tese que:

Recentemente os cultivos alimentícios cederam espaço aos industriais, como a laranja e o maracujá, que começaram a aparecer de exigências do mercado externo, e ocupam áreas de grande representatividade dentro do Estado. A laranja, cultivo que ocupa larga extensão de terra e exige cuidados especiais, vem enfrentando nos últimos anos grande concorrência no mercado internacional. Na década de 1990, Sergipe ocupava o segundo lugar na produção nacional, perdia apenas para o estado de São Paulo. Atualmente, a anterior colocação sergipana está ocupada pela Bahia, ficando Sergipe na terceira posição da produção nacional. Apesar desse recuo no ranking nacional, Lagarto destaca-se como produtor de laranja e banana no Agreste sergipano e no território do Sertão Ocidental.

Além disso, segundo o autor, os reflexos negativos se reproduzem por toda a cadeia produtiva da citricultura, levando a um processo de semi-estagnação econômica da região citrícola no estado de Sergipe.

Segundo Silva (2009) através do programa de revitalização foram instaladas 65 estufas, das quais 50 estão em Lagarto. Neste município também está localizado o lote de sementes certificadas que geraram os pés de limão, base para o porta enxerto. No ano de 2010, todas as sementes sejam produzidas por esta estação experimental. Dentro os povoados que integram o parque citrícola do programa de revitalização da citricultura, destacamos as três aglomerações que são objeto do estudo: Colônia Treze, Jenipapo e Brasília.

Ainda segundo a autora, o programa de revitalização da citricultura visou a sanear problemas relacionados à comercialização, à baixa produtividade, ao controle de pragas e doenças, ao envelhecimento dos pomares, além das dificuldades com créditos agrícolas. Essas

geravam desestímulos entre os produtores, os quais, em função da baixa rentabilidade alcançada não conseguem cumprir os compromissos financeiros assumidos, reduzindo consequentemente sua capacidade de reinvestimento no estabelecimento agrícola, com perdas significativas para os diversos segmentos econômicos da região.

A partir desses pressupostos verifica-se que a citricultura sergipana por quase duas décadas obteve ótimos resultados, mas atualmente passa por uma crise a qual vem impossibilitando a renovação de pomares gerando baixa produtividade. O que repercute no cenário local, uma insatisfação dos agricultores familiares, muitos deles não possuem nem capital para a contratação da mão de obra temporária para a época da colheita do cultivo, estabelecendo um acordo com os intermediários que descontam do valor da venda à contratação dos homens para a retirada da laranja, observando a total dependência ao Governo no sentido de modernizar suas atividades agrícolas.

Assim, fica exposto que o agricultor familiar vem perdendo tanto no processo da colheita como no da venda para os intermediários que por sua vez repassam para o grande a indústria da região, ou seja, os intermediários da laranja e os conglomerados são os que lucram no final da cadeia produtiva.

Além disso, a partir do trabalho de campo verifica-se que boa parte da produção possui como destino a indústria de suco localizada na cidade de Estância adquirida em 2010 pelo grupo Maratá.

Lopes (1996) situa que a produção da laranja em Sergipe reside em elemento chave no fato de ser esta uma atividade basicamente desenvolvida por pequenos produtores rurais, sobretudo aqueles que regionalmente são designados por minifundistas, cujas propriedades variam em média entre dois e três hectares. Os pequenos produtores rurais constituem-se hoje no segmento de trabalhadores social, econômica e politicamente mais expressivo na agricultura da laranja no estado de Sergipe.

No tocante à *comercialização do fumo* esse foi tão importante para a economia nacional que sua folha foi incorporada ao brasão da República, assim como a folha do café, na época, os dois cultivos representavam a fonte de riqueza para o país que os tinha na pauta da exportação como os mais expressivos.

Em Sergipe o cultivo do fumo, com já foi exposto nos capítulos anteriores passa por graves problemas estruturais e conjunturais. No tocante ao agronegócio foi visto no trabalho empírico que poucos agricultores familiares estabelecem uma produção liderada pela empresa

Souza Cruz. Fica evidente que boa parte dos agricultores repassam sua produção para os intermediários da localidade que por sua vez repassam para o grupo Maratá.

Como bem situa Silva (2009) que apenas dois camponeses no povoado Colônia Treze aderiram à produção do fumo, comandado pela empresa Souza Cruz. Nesse cultivo, as sementes são melhoradas e são utilizados adubos, substratos e agrotóxicos, sob orientação da técnica da empresa que atua em Sergipe. Através da Souza Cruz, realiza-se o empréstimo no banco Itaú para aquisição da estufa, os demais equipamentos e a montagem da estufa são fornecidos pela empresa através de contato com o camponês.

Segundo os agricultores da Colônia Treze é muito difícil e árduo a luta com a cultura do fumo, pois além dos valores pagos pelos pesticidas serem altos, possui o cuidado contínuo com a plantação tornando tal atividade tão difícil que no final da produção não vale a pena o valor irrisório pago pelos intermediários. Vários procedimentos ocorrem: primeiro a secagem das folhas que serão enroladas folha a folha em uma vara, sendo umedecidas constantemente até formar o rolo de fumo passando ainda cerca de noventas dias exposto ao sol em um intenso processo de maturação (FIG. 3).



Figura 3- Plantação, secagem e fabricação da corda do fumo no povoado Colônia Treze.
Foto: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2010

Continuação Figura 3



Figura 3- Plantação, secagem e fabricação da corda do fumo no povoado Colônia Treze.
Foto: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2010.

Continuação Figura 3



Figura 3- Plantação, secagem e fabricação da corda do fumo no povoado Colônia Treze.
Foto: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2010.

A partir dos relatos dos entrevistados percebe-se que essa cultura sobressai em relação a outros cultivos agrícolas devido a intensa absorção do trabalho humano, pois o cultivo caracteriza-se pelo difícil manejo, desde a semeadura, sendo necessário colocar as sementes em canteiros e só após dois meses as mudas são transferidas para o terreno permanente por um período de quase noventa dias até a sua colheita. Após essa etapa aumenta a demanda por mão-de-obra, assim, o trabalho individual de cada família não supre as necessidades, logo, ocorre a permuta dos dias de trabalho entre parentes, vizinhos e amigos. Caso essa permuta não supra a demanda é necessário realizar contratações informais, sobretudo da mão-de-obra feminina para retirar os talos das folhas de fumo para formar as cordas.

No âmbito dessa discussão verifica-se que mesmo com a inserção de técnicas no campo, alterando os meios e as relações de produção, a lógica capitalista não consegue extinguir a interatividade social que ocorre entre os pequenos agricultores.

Silva (2009, pg 187) afirma que:

A aproximação da indústria com a agricultura geralmente garante melhores preços para os produtos agrícolas. Nesta fase o capitalismo integra o que antes tinha separado, a aproximação tornou-se possível porque o capitalista passou a ser proprietário de terras, ou fez o que camponês produzir somente para ele.

Em outra linha de análise está a *pimenta e a acerola*, cultivos novos no cenário lagartense possuindo com destino à indústria. Porém, enquanto os plantadores da pimenta possuem relação contratual com o grupo Maratá; os plantadores de acerola, por sua vez, têm produção comprada pelos intermediários da região que a repassam a indústria processadora.

As duas espécies de pimenta cultivadas na região são a malagueta, uma variedade muito utilizada no Brasil sendo nativa das regiões tropicais das Américas, e ajalapeno ou jalapenho uma pimenta média originária do México.

Nesse sentido, é válido ressaltar que aproximadamente 480 mil quilos de pimenta malagueta e jalapeno são colhidos anualmente no estado de Sergipe. Os principais municípios que estão investindo na produção desta cultura são os seguintes: Lagarto, Riachão dos Dantas, Salgado, Boquim e Arauá, todos envolvidos em um projeto agroindustrial que partiu do Grupo Maratá e o governo estadual com apoio do COHIDRO.

Outro fator importante nesse contexto é que o grupo Maratá estabelece um valor fixo para o quilo da pimenta. Na fase de trabalho de campo, em 2010 e 2011, era R\$ 10,00 pelo quilo da pimenta e atualmente o valor é R\$ 5,00 por quilo. Outro aspecto a ser destacado pelos agricultores familiares é que a colheita opera o ano inteiro, o que possibilita ao agricultor a qualquer período do ano levar sua produção para ser comercializado com a indústria gerando satisfação aos pequenos agricultores (FIG. 3.1).



Figura 3.1-Agricultor familiar no Povoado Fazenda Grande
Foto: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2010.

No tocante a contratação da mão de obra temporária verifica-se que a maior parte dos trabalhadores corresponde ao sexo feminino. Algumas polêmicas têm sido geradas devido à contínua posição na hora da colheita ocasionando dores na coluna e articulações. Outro aspecto é a suspeita de trabalhadores que tiveram como justificativas para aquisição de aposentadoria, a perda das digitais, decorrente da acidez do produto que geraria queimaduras nos dedos. De acordo com o técnico da COHIDRO, que responde pelo projeto, nenhuma ocorrência ou queixa foi feita pelos agricultores da região pelo manejo da pimenta.

O secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Lagarto recebeu denúncias que partiram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nas quais as lavouras de pimenta no município chegam a empregar de 40 a 60 pessoas por hectare nos períodos da colheita. Estabelecendo que um dos motivos da ardência causada pela acidez da pimenta é a falta de uso de luvas pelos trabalhadores rurais, muitos alegam não gostarem de trabalhar com tal equipamento de proteção (Anexo A).

Outro aspecto importante a ser destacado, é o fato de apesar dos contratamentos com a colheita da pimenta muitos trabalhadores se dizem satisfeitos com o manejo, pois está gerando renda para as famílias da região que possuem durante todo o ano a colheita da pimenta, chegando a ter renda semanal de cento e vinte reais na alta estação. Como pode ser vista na figura 3.2. De acordo com os dados da COHIDRO, a pimenta esta gerando empregos indiretos até as áreas circundantes estão sendo influenciadas pela renda da pimenta, gerando

mobilidade econômica com o surgimento de mercadinhos, boutique, salão de beleza; nunca vistos no povoado.



Figura 3.2- A colheita da pimenta no povoado Fazenda Grande.
Foto: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2010.

Segundo os agricultores há uma perspectiva da formação de uma cooperativa na região do perímetro irrigado para promover a secagem e moer a pimenta, o que agregaria valor ao preço final do produto, além da possibilidade de estocagem.

Em outra linha temos o fruto da acerola que na década de 90, teve destaque no Brasil, quando foi divulgado na mídia seu grande valor nutritivo. A partir daí, o setor agroindustrial começou a incentivar a produção em alta escala. Atualmente, o país é o maior produtor e consumidor do mundo tendo o Japão, Europa e Estados Unidos como os maiores compradores.

São várias as pesquisas em torno desse cultivo na tentativa de frutos melhores. A EMBRAPA do Ceará divulgou uma pesquisa no qual mostra quatro novas tipos de acerola que apresentam maior teor de vitamina C e um aumento na capacidade produtiva com frutas mais carnudas e de coloração mais acentuada.

Nesse sentido, é valido ressaltar que em Sergipe apesar de não haver dados oficiais sobre a produção da acerola tal prática está em ascensão na região centro sul do estado. De acordo com dados obtidos na entrevista com a EMDAGRO, os povoados de Lagarto que vêm se destacando na produção são Jenipapo e Brasília. Além disso, muitos agricultores que

plantam atualmente a acerola são ex-plantadores de fumo insatisfeitos com os valores recebidos pela produção.

Os relatos dos agricultores que plantam atualmente a acerola contam que no início tiveram uma rejeição, porém o grande elemento motivador para a mudança foram os exemplos de prosperidades dos que já cultivavam o fruto, sendo os grandes incentivadores para a realização da transição das velhas práticas esse novo contexto.

Lopes (1996) afirma que a crise na citricultura e a queda nos preços do fumo ao longo das décadas de 1980 e 1990 levaram os agricultores da região a procurar alternativas de sobrevivência. Inicialmente foi incentivado e implantado a cultura da acerola nos povoados, com a abertura de uma pequena fabrica de beneficiamento. Depois surgiu a oportunidade de trabalhar com o acabamento de sapatos da fabrica da Azaléia;

Diante do trabalho de campo ficou claro que a cultura da acerola é produzida por pequenos agricultores com ajuda da família ocorrendo a contratação de mão de obra temporária apenas no período da colheita, na maioria dos casos, mulheres que catam a acerola. Alguns agricultores reclamaram da falta de mão de obra na época de pico da colheita, pois muitas mulheres são funcionárias na fábrica da Azaléia. A comercialização do produto no povoado Jenipapo é feita por intermediários que atuam na região, comprando toda a produção, repassando para as indústrias de sucos localizados nos estados de Pernambuco e Sergipe (Grupo Maratá).

3.3 Hegemonia do grupo Maratá no município de Lagarto/Se

O grupo Maratá iniciou suas atividades industriais como o beneficiamento do fumo em saco, produto oriundo do fumo de corda, depois diversificou para café, suco, produção de vinagre, temperos, bebidas, embalagens plásticas e filmes flexíveis.

De origem sergipana o grupo Maratá surge na década de 70 no município de Lagarto quando se dedicava à comercialização de fumo e agropecuária. Atualmente o grupo possui um conglomerado de empresas nas áreas alimentícias e de embalagens. Sendo a terceira maior do país na industrialização do café, com a maior torrefadora de capital 100% nacional.

O conglomerado possui unidades industriais localizadas em Sergipe (Lagarto, Estância e Itaporanga d' Ajuda) (FIG. 3.3) e na Bahia em Vitória da Conquista. Abastecendo todos os

estados do país com exceção dos da região sul. No tocante à exportação, atinge vários países da Comunidade Européia, Leste Europeu, África, América do Norte e Israel na Ásia.



Figura 3.3-Unidades Industriais em Estâncio e Itaporanga d' Ajuda..
Foto: Site do Maratá

Continuação da Figura



Figura 3.3- Unidades Industriais em Estância e Itaporanga d' Ajuda.

Foto: Site do Maratá

Em 2000 o grupo adquiriu uma tradicional fábrica de sucos no município de Estância à antiga Frutene. A indústria do Maratá sucos do nordeste Ltda. Possui uma infra-estrutura com 25 extratoras de última geração para a produção de suco concentrado de laranja e uma completa e moderna linha de processamento de frutas tropicais para produção de sucos de maracujá, abacaxi, acerola, goiaba, manga, urubu, entre outros, tanto concentrados como integrais.

De acordo com o site do Maratá, o grupo trabalha com o volume de 25% a 30% de laranja própria. O restante é terceirizado, sendo adquiridos por intermediários que cooptam toda a produção dos municípios produtores de laranja do estado de Sergipe.

Desde 2000, em parceria com o governo do Estado e COHIDRO, o grupo incentiva na região do perímetro irrigado do Piauí os agricultores familiares da região a plantar as variedades de pimenta jalapena e malagueta, firmando um contrato direto com o grupo.

Segundo os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários e a realização das entrevistas com os agentes sociais do município de Lagarto, o grupo Maratá de forma direta e indireta está cooptando toda a produção dos cultivos analisados, ora pelo contrato direto, ora pela compra dos produtos pelos intermediários.

Diante do que foi exposto nos capítulos anteriores, verifica-se no município de Lagarto uma hegemonia do grupo Maratá gerando para alguns agricultores o aumento das

disparidades, concentrando ainda mais as desigualdades latentes no campo como valores irrisórios pela produção, endividamento, entre outros. Por outro lado, para outros agricultores o grupo está promovendo desenvolvimento e oportunidades nas áreas rurais.

3.4 Pluriatividade: Nova realidade no município de Lagarto/Se.

As atividades pluriativas surgem na Europa em meados da década de 1980, os termos part-time farming que significam agricultura em tempo parcial. Segundo Schneider (2009) pluriatividade e part-time farming são quase sempre utilizados como sinônimos pelos cientistas sociais. A única diferença entre ambos é que o primeiro termo era de uso corrente entre os estudiosos da academia francesa e o segundo de origem inglesa.

Ainda segundo o autor (2009) mais do que meras diferenças etimológicas uma leitura mais apurada verifica que essas noções indicam que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Schneider (2009) ainda situa que a principal controvérsia em relação ao termo part-time farming refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção pluriactivité (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família.

Ainda segundo o autor (2009) devemos estabelecer um contraponto entre ambos no primeiro, a noção de fulltimefarming (agricultura em tempo-integral), utilizando-se, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo a noção de monoactivité (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser mono, traz implícita a idéia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular.

Além disso, Schneider (2009) afirma que o fenômeno atualmente designado pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias e que lhe falta conteúdo teórico e conceitual, vale a

examinar como os autores de alguns estudos clássicos interpretaram essa realidade. É nos trabalhos de Kautsky e Chayanov que se encontram algumas das primeiras referências ao trabalho rural acessório e a outras atividades não-agrícolas, estabelecidas como formas complementares de obtenção de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses.

De acordo com Kautsky apud Schneider (2009), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a seguir uma trajetória em que se dá sua “lenta e gradual” subordinação à indústria. A persistência dos pequenos proprietários seria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de taxas maiores de lucro pelos capitalistas, os pequenos continuariam a desempenhar o papel fundamental do fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores.

Diante disso, ressalta-se que a possibilidade de persistência das pequenas propriedades camponesas somente é admitida sob a condição de virem a assumir uma função acessória e complementar à grande empresa, esta exercerá seu pleno domínio no terreno da produção agrícola. A função acessória estaria relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrências e reduz a sua renda a níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscarem uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo. De acordo com o autor, existem três tipos de ocupações acessórias que podem exercer este papel:

1. O trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão de obra, como nas colheitas;
2. A ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que em geral ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, como era o caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa, na ocasião de seus estudos.
3. Finalmente, a própria fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações, o que permite a emergência de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários.

Logo, essas três espécies de trabalhos acessórios ao alcance dos pequenos camponeses não se excluem de modo algum, segundo o autor, podem existir simultaneamente, e frequentemente coexistem, não apenas como uma forma de reafirmação de seu argumento central, em favor da superioridade técnica da grande propriedade e do inequívoco processo de industrialização da agricultura.

Santos (2009) afirmar que a diminuição do emprego agrícola e as transformações do trabalho no campo ocorreram como consequencia de fatores relacionados às especificidades de cada local, podendo ser, esgotamento da produtividade da terra, da modernização tecnológica que trouxe o produtivismo, a superprodução, a política de subsídios e a crise de superprodução, o crescimento demográfico da família, entre outros. Desse modo, ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a família se volta para o setor de serviços, o comércio, o artesanato e outras atividades não agrícolas para complementar a renda que não estava sendo suprida pela unidade produtiva.

Lopes (2009) informa que em pesquisas recente tem demonstrado em diferentes estados brasileiros, a importância e ascendência dessas atividades não agrícolas na ocupação da força de trabalho no campo.

Segundo o autor (2009) Sergipe não foge à regra os domicílios pluriativos, de acordo com os resultados de uma pesquisa coordenada por Graziano da Silva (2000), representam 37,2% do total de domicílios agrícolas existentes em 1995 no estado, e 43,8% das pessoas que neles residiam. Porcentagens acima dos valores encontrados para o Brasil (37,0% e 42,9%, respectivamente) e, entre os estado do Nordeste, abaixo apenas do Rio Grande do Norte (53,0% e 59,2%) e do Ceará (38,7% e 44,4%).

Nos povoados Colônia Treze, Jenipapo e no perímetro irrigado do Piauí já se estabelecem atividades pluriativas (FIG. 3.4), ocorrendo à concentração de atividades que exigem pouca qualificação como pedreiro, vendedoras de produtos cosméticos, trabalhadores que atuam na região como temos o grupo azaléia, no povoado Brasília, na confecção de sapatos e o grupo Maratá que possui uma indústria de embalagens descartáveis. Além disso, cada vez a renda familiar não é apenas oriunda dos produtos da terra ocorrendo a complementação com outras atividades agrícolas e não agrícola



Figura 3.4- Salão de Beleza no povoado Fazenda Nova.

Fonte: Elis Regina S. dos S. Oliveira, 2009

Na mesma esteira temos Lopes (2009) ao revelar que em dezembro de 2004, quando foi inaugurada uma fábrica de calçados da Azaléia situada no povoado Brasília, vários jovens das localidades foram recrutados pela empresa, ampliando as oportunidades de ocupação da mão de obra local em atividades não agrícolas na região. De fato isso foi constatado no trabalho empírico realizado nos povoados estudados com a indústria Maratá em que muitos trabalhavam pelo dia na roça e no final da tarde ia para a rodovia esperar o carro da empresa.

Nesse sentido, é valido afirmar que o ganho econômico das famílias rurais nesses últimos anos é visível a partir das aquisições de bens duráveis (moto, eletrodomésticos, entre outros), (FIG.3.5) bem como a dinâmica dos povoados com a inserção de serviços nunca obtidos como mercadinhos, salão de beleza, escolas particulares, etc.

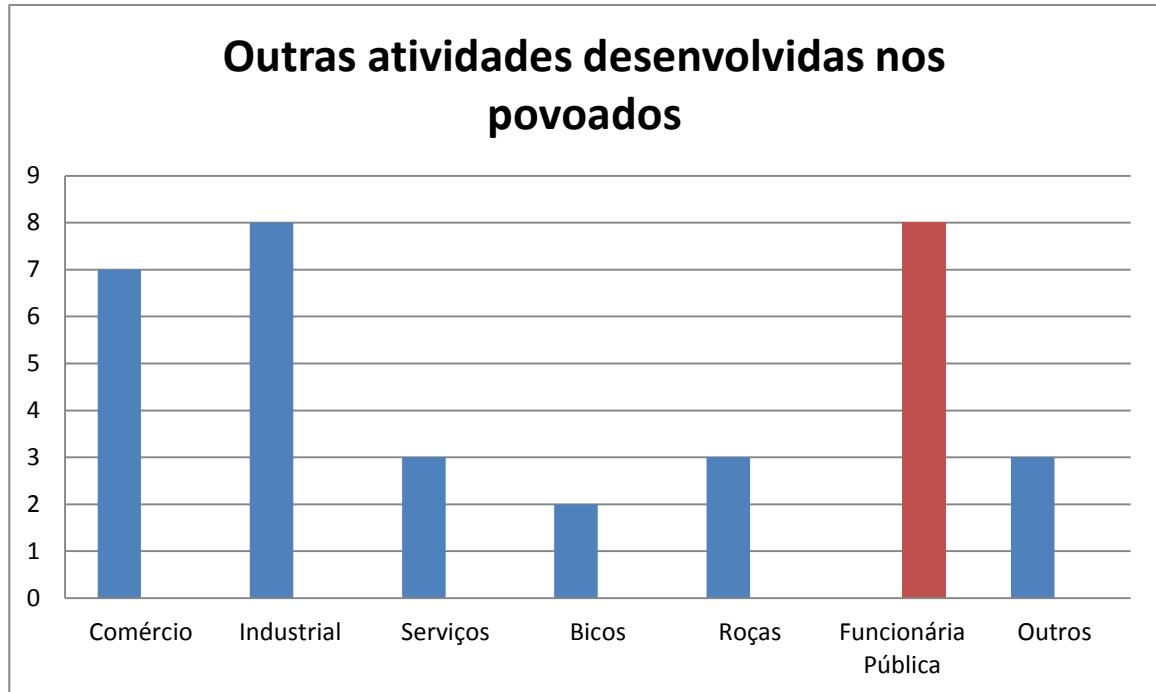


Figura 3.5- Outras atividades desenvolvidas na área de estudo
Fonte: Trabalho de Campo 2010.

Como bem situa Lopes (2009) o chefe da família e os filhos maiores trabalham normalmente todo o tempo em atividades agrícolas e não agrícolas, enquanto a esposa e as filhas dividem seu tempo nos afazeres domésticos e atividades agrícolas.

Além disso, o autor afirma que as atividades não agrícolas fora do estabelecimento podem ser de natureza permanente ou temporária, em tempo parcial ou integral. Essas ocupações são uma alternativa de trabalho importante para os pequenos produtores nas áreas rurais, especificamente durante os períodos de menor demanda de mão de obra nos labores agrícolas.

Segundo Schneider (2009) no Brasil, permanecem muitos questionamentos e mesmo divergências entre os pesquisadores em torno da utilização da noção de agricultura familiar, bem como da pluriatividade. Talvez ainda haja pouca clareza analítica ou consenso em relação ao objeto que se pretende caracterizar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando se utilizam essas noções. O que se deve ter clareza é que ao propor um estudo das atividades não agrícolas e da pluriatividade de indivíduos e famílias que residem no espaço rural e são proprietários de pequenos lotes de terra sendo chamados de agricultores familiares, é mister que se faça uma avaliação da trajetória que levou ao aparecimento dessas denominações e que grupos sociais se referem.

Nesse sentido, o autor esclarece que no Brasil o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definidos. O maior mérito dos estudos de Lamarche

(1993, 1999), Abromovay (1992) e Veiga (1991) é o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, onde a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações e na qual o trabalho da família assume uma importância decisiva.

Outro aspecto elencado por Schneider (2009) é a própria afirmação do termo agricultura familiar no cenário brasileiro, ele está relacionado à legitimidade que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996.

Ainda segundo Schneider (2009, pg 97), estudar a pluriatividade como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores impõe ao pesquisador explicitar o que é entendido por agricultura familiar.

Dentro dessa perspectiva, a partir das aplicações dos questionários nos povoados estudados foi constatado que esses agentes rurais optam em desenvolver atividades não agrícolas como uma possibilidade de sobrevivência para permanência nas zonas rurais e manterem suas ligações com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do agronegócio enquanto estudo de caso desenvolvido ao longo dos capítulos naturalmente não esgota a abordagem devido à complexidade que envolve diretamente a agricultura familiar nesse processo, permitindo assim possibilidades de realização de novas leituras e interpretações, da contraditória articulação entre o agronegócio “emergente” e os processos de produção tradicionais da pequena produção familiar. O que se observa é uma abertura de análise que permitiu exigir novos estudos e pesquisas, em especial para as singulares realidades da agricultura familiar nordestina.

Como base no trabalho empírico realizado, entre os anos de 2009 a 2011, foi constatado que a produção agrícola lagartense está totalmente subordinada as maiores unidades beneficiadoras/processadoras da matéria prima fornecida pelos pequenos agricultores, ou ainda aos intermediários/atacadistas, estes por sua vez ditam seus valores e ritmos de produção numa lógica de submissão e subsunção ao grande capital.

Nas últimas décadas o espaço agrário brasileiro passou por grandes transformações e contradições evidenciando características típicas do capitalismo como a concentração fundiária (e de capital), bem como da desigualdade social. Logo, o mundo rural sob a égide do capital transforma tudo em mercadoria, materializada como valor de troca. O que tem gerado impasses e limites, além dos evidentes entraves no tocante a ausência de incentivo como o apoio técnico e financeiro aos pequenos agricultores que estão à montante da cadeia produtiva.

Limites no sentido da reprodução das contradições processadas, numa relação dialética entre o pequeno agricultor, desprovido de recursos tecnológicos, com o domínio das técnicas tradicionais no processo de produção, com uso intensivo de instrumentos de trabalho rudimentares como a enxada e a foice; no outro, a existência de “objeto técnico” encarnado pelo capital, com base na alta tecnologia e alta produtividade do trabalho, estabelecendo um processo “desigual e combinado”, claro em favor desse em relação àquele.

Desse modo, o espaço rural brasileira vem passando constantemente por transformações impondo novos desafios face não apenas a complexidade do real, mas da riqueza empírica. O que impõe uma abordagem mais rigorosa, fugindo das interpretações fáceis e de retóricas superficiais. Daí a necessidade da inserção de temas como o agronegócio, as relações pluriativas e a nova ruralidade, além da emergência da soberania alimentar.

No que se refere ao alcance da articulação contraditória, pode-se estabelecer que o agricultor familiar possui um alcance limitado e curto. Na perspectiva a longo prazo, o agricultor deve perceber que o grupo capitalista tende a permanecer na cadeia produtiva enquanto gera lucro. Logo, este pequeno agricultor deve viabilizar e se articular no sentido da formação de cooperativas, para o seu fortalecimento.

As categorias geográficas utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, centralizaram-se no Espaço e Território, cuja perspectiva foi analisar o Espaço a partir do método dialético na interface com o método descritivo-analítico. Ou seja, a produção e reprodução material da sociedade que se concretiza no espaço com suas contradições de desigualdades e que certamente a relação empresa agroalimentar e segmento produtivo mostram-na sua mais profunda contradição. O território foi colocado no sentido de apropriação, ou seja, representado como lócus da inserção da dominação e das relações sociais de poder emanadas do núcleo da cadeia: as unidades processadoras/beneficiadoras.

No que se refere a Lagarto, uns dos municípios mais antigos em ocupação no território sergipano, o mesmo vem se destacando no cenário estadual por sua força nos três setores da economia: primário, secundário e terciário, aprofundando uma forte primazia urbana nos municípios circunvizinhos perdendo esse domínio territorial-regional apenas para a capital, Aracaju. Sua expansão se deu entre as décadas de 1960 a 1980, a partir da inserção de empreendimentos familiares que beneficiavam o fumo, somando a abertura da rodovia Lourival Batista permitindo uma maior acessibilidade a região centro sul do Estado, diminuindo custos no que se refere à circulação das mercadorias.

Observa-se que o município se destaca no desenvolvimento de vários cultivos agrícolas como o fumo, a mandioca, além de frutas como maracujá e laranja, entre outros. Destaca-se também a pecuária, outra relevante atividade de tradição local. Alguns estudiosos afirmam que antes de Lagarto ser agricultor, ele já foi pecuarista. A partir das condições climáticas do município foi estabelecida uma divisão das terras na seguinte ordem: na porção mais seca, a pecuária extensiva é marcante no cenário, desenvolvida em latifúndios; enquanto a agricultura é compreendida por pequenas propriedades na porção mais úmida do município.

Fica evidente que o trabalho de campo que realizamos, com aplicação dos questionários semiestruturados, além da realização de entrevistas com atores sociais institucionais (COHIDRO E EMDAGRO), assim como o Grupo Maratá, apropria a combinação (pela subordinação) e realiza a desigualdade entre os agentes da produção,

materializado pela forte hegemonia nas diversas cadeias produtiva não só do fumo, mas também da laranja, e mais recentemente com o cultivo da acerola e da pimenta. Claro que esse domínio é sutil em algumas cadeias como a da acerola. Muitos dos pequenos agricultores do povoado Jenipapo, por exemplo, afirmam que sua produção era vendida diretamente aos intermediários que por sua vez a repassavam para a agroindústria. Chegando até a induzir que era para uma indústria de suco situado no município de Estância, que por sua vez é também de propriedade do grupo Maratá. Apesar de absorver grande parte da produção estabelecendo valores pequenos, os agricultores estariam “felizes” pelo fato da quebra de um dos maiores estrangulamentos do produto da agricultura familiar: a comercialização certa e definida. É evidente que esse processo estar na “aparência”, mas na “essência”, o processo seria contraditório, levando aos impasses existentes e seus limites de operacionalização (importância da agricultura familiar na cadeia), face ao domínio da agroindústria como sede do capital do emergente agronegócio regional.

Logo fica claro que nas últimas três décadas o estudo do agronegócio/agroindústria em Lagarto vem crescendo devido a grande participação de indústrias sergipanas que integram boa parte da produção do município, em especial dos agricultores familiares, introduzindo novos ritmos e novas culturas agrícolas no espaço rural lagartense. Além disso, o município de Lagarto vem transformando o espaço no tocante a produção, comercialização e inserção de novas “ruralidades” na perspectiva de novas práticas agrícolas.

Outro aspecto elencado pela pesquisa é a crescente ascendência de atividade pluriativas, na ocupação da força de trabalho evidenciando que o homem do campo procura a complementação com outras atividades, sejam elas rurais ou não, como forma de sobrevivência deste no campo. Nesse sentido, é válido afirmar que as famílias rurais estão obtendo um ganho financeiro em atividades não-agrícolas, rebatendo no acesso aos bens tipicamente urbanos, melhorando substancialmente suas condições de vida, como a aquisição de bens duráveis, como motocicleta, televisores, geladeiras, telefones celulares, som, etc.

No segmento educacional o município de Lagarto possui destaque na região centro sul, pois conta com uma escola federal que mobiliza estudantes de várias localidades como Simão, Salgado, Boquim, entre outros. Uma faculdade ligada ao grupo Maratá e recentemente a inauguração do Campus Saúde ligado à Universidade Federal de Sergipe. Promovendo ainda mais o dinamismo e geração de renda no município. Em contrapartida também são observados alguns dos sintomas das grandes cidades como o aumento da criminalidade e da

violência sendo noticiado muitas vezes com a 2^a cidade que apresenta os maiores índice de criminalidade violenta no Estado.

Logo, se observa que o crescimento de uma cidade não está apenas acrescido de coisas positivas. Ao aplicar os questionários várias vezes houve interrupções por um agente social que indagava se já não estava tarde, pois era perigoso devido ao aumento da violência.

Vê-se então que o agronegócio por “cadeia curta” no município de Lagarto estabelece uma hegemonia e contradição típica do capitalismo que tudo expropria na perspectiva do lucro. Todavia, não é algo novo, vivemos em um mundo capitalista, o que chamamos a atenção é que o agricultor familiar, mesmo desprovido de ferramentas tecnológicas está participante dessa cadeia produtiva. Portanto cabe ao Estado viabilizar formas e meios de reparar as injustiças sociais no meio rural com propostas políticas para promover o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC/UNICAMP.(1992).

ABRAMOVAY, R, MAGALHÃES, R. e SCHRÖDER, M (2005). **A agricultura familiar entre o setor e o território. Relatório de Pesquisa.** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FEA/USP. <http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=308>,

ALENTEJANO, P. R. **O lugar da agricultura familiar no cenário brasileiro dos anos 90.** Salvador/BA: Caderno do CEAS, 1997.

ALMEIDA, M.G. **Florescimento das cidades.** In: “**Sergipe Fundamentos de uma economia dependente**”. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

ANDRADE, M. C. **Agricultura & Capitalismo.** Editora Ciências Humanas, São Paulo,1979.

ANTONELO, A. T. **A metamorfose do trabalho e a manutenção do campesinato.** São Cristóvão/SE: UFS, 2001.

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural.** Sociologias, ano 5 n° 10, p. 312-347, 2003.

CAMACHO, R. S. **A produção do espaço e do: as relações trabalho subordinadas ao modo produção capitalista.** Entre lugar, vol 1, 2010.

CORREA, R.L; CASTRO, I.C; GOMES, P.C.C (Org) **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

DELGADO, N.G; **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: Desafios para a transformação democrática no meio rural.** CONDRAF, 2009.

DIEGUES, A.C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimas no Brasil.** Etnografico; vol III.

DINIZ, J. A. F. **Os elementos internos da agricultura.** In: **Geografia da agricultura.** São Paulo: DIPEL, 1984.

FELÍCIO, J. M. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão.** Universidade Estadual de Londrina, V.15, 2006.

FERNANDES, B. M. (org) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **MST: espacialização e territorialização.** São Paulo:Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: Novas configurações do campo brasileiro.** São Paulo: Currículo sem fronteiras,v.3, n.1,PP.11-27, 2003.

FERNANDES, B. M. **Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** (uma entrevista com João Pedro Stedile). São Paulo: Fundação Perseu Abramo,1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, São Paulo, 2005. **Anais...** São Paulo: EGAL/USP, p. 4860-4874, 2005.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, B.M. **Desenvolvimento Territorial: conflitualidade e sustentabilidade**, inédito, 2005 b.

FIGUEROA, M. **O problema agrário no nordeste do Brasil: análise e proposições**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

FRANCA C. G; DEL GROSSI, M. E; MARQUES, V. P. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. Economia – Texto para Discussão, 2006

GUALDA, N. L. P. **Agricultura familiar versus modelo agro-exportador: o falso dilema da não coexistência**. 2005

GUILHOTO, J. J.M; SILVEIRA, F.G; ICHIHARA, S. M; AZZONI, C. R.A **importância do agronegócio familiar no Brasil**, vol. 44 n° 03, p. 355-382, 2006.

JUNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. 41^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LISBOA, J. **Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política**. Dissertação, UFS, 1999.

LOPES, E.A; COSTA, J.E. (Orgs). **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. Ed. UFS, 2009, p.103-186.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: **O Campo no século XXI**. OLIVEIRA, Ariovaldo U. e MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.), São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 145-158.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Planejamento e políticas públicas**. Brasília: 1990, p. 3-44.

MARTINS, J. S. **Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e a agricultura no Brasil.** Disponível em <<http://www.nead.org.br>> Acesso em: 22 abril 2005.

MARTINS, C. M. P. **Treze pode ser sinônimo de riquezas: coopertreze uma proposta de reestruturação.** Tese de doutorado em Geografia Rio Claro: 1998 Instituto de Geociências Exatas: UNESP.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense , 1988.

MOREIRA, E. R. F. O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de Geografia.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: ed. Educ, 1994.

NASCIMENTO, J. **A economia de Sergipe e sua integração (1930 -1980).** Dissertação, UFS.

NEVES, D. P.. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros.** Inédito, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção na agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, M. C.O **Reorganização do espaço agrário de Arapiraca no contexto da Fumicultura a partir de 1980.** Dissertação, UFS, 2004.

SANTOS, C.M. **Ruralidades agrícolas e não agrícolas em Lagarto/SE,** (Tese de Doutorando). Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2009.

SANTOS, C. R. B. **Reorganização do espaço agrário e (dês) territorialização das relações tradicionais.** Dissertação, UFS, 1996.

SANTOS, D. M. A. **Entre o medo e a esperança: o impacto da criação da Coopertreze para o povoado Colônia Treze em Lagarto (1962-1982).** Faculdade José Augusto Viera, Lagarto: 2009 (monografia).

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional.** 3 ed. HUCITEC: São Paulo, 1997

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo (Globalização e meio técnico científico informacional).** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **O retorno do Território.** Debates, Ano VI n° 16, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, Abril 2001.p.164 a184.

SCHNEIDER, Sérgio. (2003). **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 51, fev/2003.

SILVA, J.F.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2^a ed. Campinas/SP: Unicamp, 1999.

SILVA, J.F.G. **O novo rural brasileiro.** 2^a ed. Campinas/SP: Editora do instituto de economia da Unicamp, 1999.

SILVA, J.F.G. **Tecnologia e agricultura familiar.** 1^a ed Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1999.

SOUZA, E.A. PEDON, N.R. **Território e identidade.** Revista Eletrônica da Associação dos geógrafos brasileiros. Seção Três Lagoas/MS, 2007.

SOUZA, M.J. L. **O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** Geografia conceitos e temas/ Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil pg 77-116. 2005

SUBRINHO, J. M. P. **História econômica de Sergipe (1950-1930).** Aracaju/SE: Programa editorial da UFS, 1987.

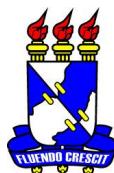
VENANCIO, M. **Agricultura familiar: diferentes interpretações e territorialidade.** **Dissertação**, 2008, Universidade Federal de Uberlândia.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França .São Paulo: Ática, 1993.

TONNEAU, J. P; AQUINO,J.R; TEIXEIRA, O.A. **Modernização da agricultura familiar e exclusão: o dilema das políticas agrícolas.** Cadernos de Ciência&Tecnologia, v.22, pg 67-82, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES,
IMPASSES E ALCANCES.**

Lagarto, 2010

Apêndice A

Entrevista

Órgão: Emdagro

Situado povoado Colônia Treze

Data:----/----/-----

1^a) Quais são os principais produtos agrícolas cultivados no município de Lagarto?

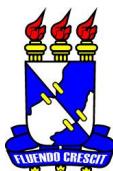
2^a) Os tamanhos das propriedades no município de Lagarto?

3^a) Quais são os principais tipos de criação de animais?

4^a) Sobre o PRONAF B, no município possui muitos agricultores que solicitaram tal financiamento?

5^a) Quais os principais desafios dos agricultores do município?

6^a) Quais os principais cultivos vendidos para os grupos capitalistas da região?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES, IMPASSES
E ALCANCES.**

Lagarto, 2010

Apêndice B

Entrevista

Órgão: COHIDRO

Situado povoado Fazenda Grande

Data:----/----/-----

1^a) Quais são os principais produtos agrícolas cultivados no município de Lagarto?

2^a) Os tamanhos das propriedades no município de Lagarto?

3^a) Quais são os principais tipos de criação de animais?

4^a) Sobre o PRONAF B, no município possui muitos agricultores que solicitaram tal financiamento?

5^a) Quais os principais desafios dos agricultores do município?

6^a) Quais os principais cultivos vendidos para os grupos capitalistas da região?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES, IMPASSES
E ALCANCES.**

Lagarto, 2010

Apêndice C

Entrevista

Órgão: Emdagro

Situado Lagarto

Data:----/----/----

1^a) Quais são os principais produtos agrícolas cultivados no município de Lagarto?

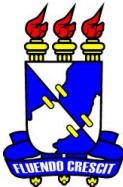
2^a) Os tamanhos das propriedades no município de Lagarto?

3^a) Quais são os principais tipos de criação de animais?

4^a) Sobre o PRONAF B, no município possui muitos agricultores que solicitaram tal financiamento?

5^a) Quais os principais desafios dos agricultores do município?

6^a) Quais os principais cultivos vendidos para os grupos capitalistas da região?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO EM LAGARTO/SE: LIMITES, IMPASSES
 E ALCANCES.**

Lagarto, 2010

Apêndice D

POVOADO: -----/-----/-----

Questionário

1^a) Quantas pessoas fazem parte da família e moram neste lote? -----

SEXO	IDADE	GRAU DE PARENTESCO	ESCOLARIDADE	ESTUDA	TRABALHA NA PROPRIEDADE	TRABALHA EM OUTRA FUNÇÃO.	QUAL?

2^a) Qual é a área do seu lote?

3^a) Quais são os principais produtos cultivados?

4^a) Quais são os principais tipos de criação?

5^a) O que você produz em seu lote é:

() Somente para consumo. () Somente para vender. () Para consumo e para vender.

6^a) Na propriedade vocês utilizam algum tipo de máquina? Qual

7^a) Você possui pessoas trabalhando na propriedade?

() Sim () Não

8^a) Se a resposta for positiva. O Trabalhador é:

() Temporário () Permanente

9^a) A produção é vendida diretamente para?

() Intermediários () Nas feiras () Grupo Maratá () Grupo Coringá

() Outros

10^a) Há visitas de técnicos agrícolas na propriedade?

() Sim () Não

11^a) Como é a relação dos agricultores com os grupos capitalistas que atuam no município?

12^a) Vocês estão satisfeitos com os valores pagos pela produção?

13^a) Há algum incentivo por parte dos grupos capitalistas na produção. Como?

() Ajuda técnica () Ajuda financeira

14^a) Vocês plantam esses cultivos por tradição ou por indicação?

() Tradição () Indicação

15^a) Se a resposta for indicação. Indicação de quem?

16^a) Há algum incentivo por parte do Estado? Qual?

() Sim () Não

17^a) A renda da família vem principalmente da produção agrícola?

() Sim () Não

18^a) Se for negativa a resposta, a renda em dinheiro de sua família vêm de....

19^a) O que vocês esperam do Estado?

20^a) Vocês estão satisfeitos com a renda adquirida na terra? Quais os principais desafios?

21^a) A família participa ou já participou de algum programa do Governo? Qual?

() Sim () Não

ANEXOS

Anexo A

Catadores de pimenta têm queimaduras de 3º grau



Publicada: 16/05/2010

Texto e Foto: Tarcísio Dantas

Catadores de pimenta do município de Lagarto, a 75 quilômetros da capital, estão sofrendo queimaduras de até terceiro grau devido ao manejo inadequado do fruto. Muitos destes trabalhadores rurais estão pedindo auxílio doença devido à situação. Por conta das queimaduras, existe o risco de perda das digitais, devido à acidez do produto, como aconteceu com alguns catadores de laranjas. Antônio Carlos Fontes, secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, disse que foi informado pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagarto sobre o problema provocado pelo fato de os trabalhadores rurais não estarem utilizando luvas.

“Muitos reclamam que a luva atrapalha na hora da colheita, que é feita manualmente. Eles pegam as pimentas com as mãos nuas, por isso que se queimam”, frisa Antônio Carlos, alegando que a secretaria pretende agir imediatamente para amenizar o problema. Estamos fazendo um levantamento, onde, junto a outros órgãos, queremos fazer uma pesquisa sobre a incidência de agrotóxicos na região. Juntamente com isso, também vamos conversar com esses catadores e achar uma solução para orientar os agricultores com relação ao manejo da pimenta. Até mesmo porque a produção de pimenta tem grande influência na economia agrícola do município”, entende o secretário.

As lavouras de pimenta de Lagarto chegam a empregar de 40 a 60 pessoas por hectare, a depender do pico da colheita, e funcionários da secretaria, juntamente com representantes do sindicado já começaram a colher amostras de sangue para levantar o nível de veneno que está sendo disperso nas lavouras da região. “Dentro desse trabalho, vamos acompanhar os catadores de pimenta para que eles façam o manejo adequado”, garante Antônio Carlos.

Mãos no gelo

A catadora Luzia dos Santos, de 68 anos, diz que o sacrifício vale à pena. “A mão arde muito, mas depois passa. Fazer o quê? A gente precisa. Só quem mexe sabe do que estou falando. Nasci no campo e desde pequena já estou acostumada com este tipo de situação”, conta, dando mais detalhes do seu trabalho no campo. “Começamos a usar luvas, mas não deu certo porque atrapalha muito. Com a tesoura também não dá. Agora, você quer ver arder mesmo é quando chove, aí depois tem que ficar com as mãos no gelo pra passar a dor”.

Luzia trabalha no povoado Moita Redonda e afirma que chega a tirar mais de R\$ 120 por semana quando o período de safra está em alta. “Pagam pelo quilo. Tem dia que chego a tirar quase R\$ 20. Não são todos os dias, mas quando a safra está boa dá para tirar tranquilamente. Então acho que o sacrifício vale”, assegura a lavradora.

O mesmo pensa sua colega Benita Pires Reis, de 65 anos. “Quando o sol esquenta dá um ‘queimorzinho’, mas não é nada que se resolva com sabão de coco ou um cremezinho. A gente, que nasceu na roça, já está acostumado, porque trabalhamos desde pequenas nesta situação, e outra coisa: gosto de trabalhar no campo. Deus me livre de estar dentro de casa sem fazer nada”, prefere a senhora.

Opinião contrária

Já o catador Manuel Messias dos Santos, de 30 anos, não concorda com a opinião das duas. “Trabalho há mais de quatro anos com pimenta e a situação piora quando chove. As mãos ficam ardendo, até mesmo quando a gente vai pra casa. Mesmo depois do banho a dor não passa e eu tenho que colocar as mãos no molho com água gelada. Chego até passar gel, mas não tem jeito. Se tivesse outra coisa pra fazer, já teria caído fora”, conta o agricultor, afirmando que evita passar as mãos em outras partes do corpo para a ardência não se alastrar.

O técnico agrícola da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro), Willams Domingos Silva, responsável pelo auxílio técnico aos produtores do Perímetro Irrigado do Piauí, área onde se encontra as maiores lavouras de pimenta de Lagarto, revela que ficou surpreso em saber das reclamações dos agricultores. “Respondo pelo projeto de irrigação nesta região e até o momento não soube de reclamações sobre o manejo da pimenta.

Geralmente elas aparecem mais no período de chuva, mas até o momento não, até mesmo porque a produção ainda está fraca, está começando. Toda a nossa produção é para abastecer uma fábrica local, que irá beneficiar o produto. Os agricultores estão animados, porque o grupo, responsável pela fábrica, está garantindo preço de compra, algo que vem estimulando a produção local”, explica. Willams ressalta que o outro motivo é o fato da pimenta estar em falta no mercado. “O pessoal está incentivado pelo preço, porque não tem pimenta. Estão pagando R\$ 4,00 pelo preço mínimo do quilo. A Cohidro leva a assistência técnica sobre o manejo de irrigação adequado, mas em qualquer parte do mundo o processo de colheita é o mesmo. Não existem máquinas para fazer o serviço, porque a fábrica só aceita a pimenta pura, sem o talo, e o pessoal não tem a mesma desenvoltura em colher a produção quando utiliza as luvas, por isso que a maioria não as utiliza”, aponta a causa do problema o técnico.

Só em Lagarto, a Cohidro tem catalogado mais de 386 produtores, sendo que, destes, 50 lidam com a plantação de pimenta e são responsáveis por uma produção anual de mais de cem toneladas. De acordo com Willams, um hectare chega a produzir 20 toneladas de pimenta malagueta, que a espécie mais comum da região.

Queimadura pode ser do agrotóxico

A médica dermatologista Sonia Santana diz que o problema pode não estar relacionado diretamente à pimenta, mas à quantidade do agrotóxico que é aplicado nas lavouras. De acordo com a especialista, cada caso tem sua peculiaridade, por isso é preciso estudar melhor o assunto. “Acredito que não seja a pimenta, mas sim as substâncias que pulverizam as

lavouras.

A pimenta só causa ardência caso ela seja macerada, ou caso tenha contato com água, aí realmente causará a dor na pele. Mas a ponto de perder as digitais, isso está descartado”, revela a doutora.

“Geralmente, a maioria das pimentas, principalmente as vermelhas, têm substâncias que provocam essa ardência e podem até causar queimaduras se combinarmos com outros elementos, como longa exposição solar, entre outros. O fato dela ter o contando com água da chuva também pode aumentar o tempo de duração da sensação de queimação, já que facilita a penetração na pele. Agora, com relação a perder as digitais, só se o cidadão tiver alguma patologia que ainda não foi diagnosticada”, analisa Drª Sônia, frisando algumas recomendações para os catadores de pimenta.

“Primeira dica, seria sempre trabalhar com luvas, camisa de manga cumprida e chapéu. E quando terminar o serviço, sempre lavar bem as mãos com sabão neutro, de preferência de cor branca, e também evitar colocar as mãos nos olhos ou em qualquer região do corpo que tenha feridas ou algo parecido”, orienta a dermatologista.

A substância química que dá à pimenta o seu caráter ardido é a Capsaicina e apesar da ardência ela é um potente anti-inflamatório e faz bem à saúde, onde estudos comprovaram que seu consumo é benéfico para quem sofre de enxaqueca, melhora a digestão, favorece na cicatrização de feridas e auxilia no combate ao envelhecimento, além de liberar endorfina, que é uma substância que provoca uma sensação de bem-estar.

Nenhum comentário encontrado.

Seja o primeiro(a) a comentar. [Clique aqui para comentar](#)



Assine o Jornal da Cidade e receba as notícias todo dia na sua casa

Anexo B

Pimenta aquece mercado de Salgado

Publicada: 04/05/2008

A febre da plantação de pimenta já está rompendo as barreiras do município de Lagarto, região sede de uma grande fábrica de molho concentrado deste produto. Já é possível encontrar muitas plantações em municípios vizinhos, a exemplo de Salgado, que ganha cada vez mais adeptos desse cultivo. Um exemplo claro disso é a família do agricultor Manuel Torres, que começou a cultivar há pouco tempo.

Entusiasmado, Manuel fala que começou a plantação há menos de seis meses e já está conseguindo colher bons resultados. Tradicional plantador de laranja, como muitos na região, mudou para a pimenta para ver o que dava, e pelo visto, gostou. “Começamos com a laranja, mas já plantamos maracujá, mandioca e algodão. Este último, nos deu um prejuízo danado por causa daquela praga que é conhecida como bicudo. Enfim, tentamos várias, e agora, estamos com a pimenta”, afirma o agricultor, explicando que a vantagem dessa cultura é a rotatividade financeira.

Destino certo, mas...

“Para nós, que vivemos do campo, é bom, porque nem sempre temos dinheiro no bolso, e com a pimenta é diferente. Plantamos e colhemos toda a semana já com destino certo. Recebemos em média R\$ 4 por quilo”, diz o morador de Salgado. A única bronca de seu Manuel é de não ter começado antes, já que o produto tinha maior valor no mercado. Ele revela que devido ao aumento da oferta na região, o preço caiu consideravelmente, o que afeta na rentabilidade dos cultivadores.

“Temos vários custos para produzir. Pagamos R\$ 1,50 por quilo, para cada catador durante a semana, fora os custos de transporte. Gastamos para levar, para trazer e no final das contas quando colocamos no lápis, não sobra muita coisa. O que nos motiva é o dinheiro que gira fácil, diferente de outras culturas como laranja, que é uma ou duas vezes por ano”, justifica Manuel, afirmando que o preço antigo da pimenta chegava R\$ 7, o quilo.

Uns dos principais motivadores do aumento de produção no Estado é o Grupo Maratá, que tem investido no seguimento há mais de dois anos. Para o gerente responsável pela aquisição da pimenta, Luciano Góes, esse intuito parte da filosofia de trabalho do empresário José Augusto Vieira, presidente do grupo, que tem entre os objetivos, desenvolver o mercado agrícola em Sergipe.

“Antes a Maratá comprava pimenta do Ceará, do mesmo distribuidor que fornecia o produto para um concorrente mundialmente famoso (Pimentas Tabasco). Mas o grupo, querendo fomentar o comércio local, gerando emprego e renda, decidiu comprar a pimenta de famílias de agricultores aqui da região. Hoje adquirimos cerca de 50 a 60 toneladas por mês e distribuímos mais de 30 mil caixas”, contabiliza o gerente.

Se fizermos as contas, cada caixa do molho concentrado vem com 24 vasilhames, então, são mais de 700 mil unidades por mês, distribuídas no mercado nacional. Bruno fala que o molho

concentrado ainda não atende a todo o país, mas que isso é uma questão de tempo. “Já estamos trabalhando para atender outros campos.

Nossos fornecedores já procuram agir nos estados do Sul e do Sudeste, principalmente em Minas Gerais”, revela, na perspectiva de aumentar a distribuição.

Trabalhando diretamente no Norte e Nordeste, a Maratá compra dois tipos de pimenta, a malagueta e a jalapenha, sendo que a primeira hoje é a mais produzida em Salgado. Os agricultores aderiram à produção da malagueta em decorrência da demanda, mas hoje reclamam que o seu preço está baixando muito. O quilo da jalapenha é mais barato, porém a sua colheita é mais fácil e ela rende mais por ser mais graúda.

Impostos

Bruno explica que o Grupo Maratá também enfrenta problemas por aderir ao mercado local para aquisição do produto, principalmente por causa dos custos com impostos. “Se compararmos, sai a mesma coisa. Quando compramos de um fornecedor de fora a pimenta já vem triturada em forma de polpa, pronta para a produção do molho. Aqui nós gastamos com maquinário e mão-de-obra porque compramos a pimenta direto do produtor”, detalha.

“Então, além de pagarmos imposto em cima de cada produtor, gastamos com outros serviços, enquanto que antes só pagávamos o imposto em cima do fornecedor. Para nós, o que compensa é que a pimenta chega mais fresca à fábrica e, consequentemente, rende um produto melhor”, aponta o gerente.

Outros mercados

O jovem Luiz Costa optou, além de plantar o inusitado condimento, em vender para grandes industriais do sul do país. Ele revela que a pimenta é utilizada para diversos fatores, mas que o bruto mesmo é para elaboração do tradicional molho. “Estou há três anos no ramo e venho conseguindo bons resultados, mas já consegui preços bem melhores. Baixou por causa da oferta que aumentou bastante. Teve tempo que cheguei a comprar pimenta da Bahia para vender aqui, para Maratá”, conta o produtor e comerciante.

Para Luiz, o maior problema do produto é o custo de produção e a entrega, que se comparado as outras culturas, chega a ser nove vezes mais caro. “São feitos biscoitos, ketchup, entre outros, mas o seu transporte é muito caro porque necessita de certos cuidados. Para se ter uma idéia, para se armazenar o produto no caminhão que leva em média duas toneladas, tem que ser à base de salmoura (água e sal) para não estragar”, detalha.

Dizimando?

Segundo o secretário de Agricultura de Salgado, Valmir Torres da Silva, o trabalho desses agricultores vem sendo acompanhado de perto pela gestão municipal, contradizendo muitos boatos que andam aparecendo sobre o cultivo da pimenta. Um deles é que a cultura estaria dizimando a vegetação nativa, algo fora de contestação, de acordo com o secretário, uma vez que essa devastação já teria acontecido há muito tempo, graças à outras plantações mais antigas.

“Nós temos conhecimento de todas as roças de pimenta no município. Nesses locais já se plantavam laranja, mamão e agora estão sendo ocupados pela pimenta. E outra coisa, é muito

raro encontrar grandes áreas de mata nativa em Salgado. Praticamente, elas já foram substituídas pelas grandes lavouras de monocultura. O que existem hoje são apenas alguns vestígios desse tipo”, relata o secretário, que também é agricultor.

Outro ponto levantado por Valmir é que as pessoas podem estar confundido a preparação para novas plantações com o desmatamento ambiental. “É muito comum, principalmente em Boquim (município vizinho), os agricultores retirarem velhos pomares de laranja e substituírem por novas mudas, o que pode estar chamando a atenção de alguns moradores”, acredita o secretário.

Orientação

Para Elaine Christian Barbosa, que é responsável pela fiscalização do Meio Ambiente no município, as afirmações de Valmir estão corretas. De acordo com ela, são poucos os locais que ainda não foram totalmente devastados no município, como é o caso de uma pequena restinga de mata que fica entre os povoados Cambuatá e Santa Rosa de Lima.

“Não existem estudos, mas acredito que só reste menos de 1% de mata nativa na região. Estamos querendo começar um trabalho com jovens agricultores para conscientizá-los da preservação do meio ambiente”, pretende a secretária. Ela esclarece que o cultivo da pimenta não tem nenhuma ligação com a devastação da área nativa local, e que esta afirmação seria uma injustiça.

Valmir destaca que, ao invés da devastação, a cultura da pimenta está trazendo benefícios para a comunidade. “Ao contrário, as áreas que são utilizadas para esse plantio são as que antes eram ocupadas por outras lavouras. Mesmo com pouco tempo, estamos conseguindo uma boa rentabilidade. Não é muito, mas o agricultor sempre tem um dinheirinho, diferente do que era antes”, relata.

O secretário explica que em outras plantações o preço e produção variam muito durante o ano, sendo que com a pimenta a situação muda. O produtor consegue gerar o produto o ano inteiro, mesmo que esse não tenha grande valor. “A laranja, por exemplo, quando temos a mercadoria, não temos preço. E quando temos preço, não temos a mercadoria. Com a pimenta conseguimos plantar o ano todo e atender à demanda rotineiramente”, enfoca Valmir.

Rotatividade

“As plantações de pimenta geralmente rendem o fruto em torno de três meses, basta o agricultor variar a área de plantação conforme o tempo. Outro aspecto, é que só produzimos o que vendemos, tudo isso acertado em contrato, além de gerar vários empregos no campo. A tendência é que esse tipo de cultivo aumente cada vez mais no município”, destaca o secretário.

O produtor Moacir Silva aderiu ao cultivo da pimenta há pouco tempo, e mesmo conseguindo vender toda sua produção, acredita que o preço caiu muito. “Optei para ver no que dava. Amanhã só Deus sabe se vai dar certo. Muitos estão entrando no ramo, o que pode baixar o preço ainda mais. Espero pelos menos tirar algum lucro disso”, diz o agricultor, que investiu no seguimento incentivado pelos amigos, já que tinha dinheiro guardado.

Dilma Góes, que é esposa de Manuel Torres, citado no começo da matéria, garante que o

cultivo da pimenta melhorou a vida dela e das amigas. Ela afirma que essa situação é muito boa porque emprega as pessoas da zona rural permanentemente. Com 43 anos de idade, 33 dedicados ao campo, Dilma revela que uma catadora chega a tirar R\$ 75 por semana com a colheita, um dinheiro útil para quem vive do campo.

“Mulheres que antes trabalhavam só uma vez, com a colheita da laranja, hoje podem complementar a renda de casa o ano inteiro. É mais uma fonte para a população que precisa de trabalho”, destaca Dilma, com a certeza de que esse tipo de investimento melhora a qualidade de vida daqueles que precisam da horta para colocar o sustento dentro de casa.

Comentários do Conteúdo

[Prof. Paulo César](#)

01/02/2010 16:47

Teimo em acreditar na agricultura familiar como mecanismo de fixação das famílias no campo, e o incentivo do Grupo Maratá ao plantio da pimenta em Sergipe é um exemplo disso. Parabéns. Cordialmente, Prof. Paulo César dos Santos, Instituto Nobre de Qualidade, Imagem e Conceito. Recife - Pernambuco.

[Denunciar comentário ofensivo ou inapropriado.](#)

[TEREZA](#)

15/07/2010 16:55

parabens lagarto parabens marata a fome e a pobreza so acabam com o trabalho

[Denunciar comentário ofensivo ou inapropriado.](#)

2 comentários

[Clique aqui para comentar](#)



[Assine o Jornal da Cidade e receba as notícias todo dia na sua casa](#)

Mais Notícias

[12/01/2011 Polícia recupera veículo roubado](#)

[12/01/2011 Três casas desabam em Carira](#)

[11/01/2011 Adolescentes s](#)

Anexo C

Acesso em 12/08/2011 fonte <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=23>

PERÍMETRO IRRIGADO PIAUÍ

HISTÓRICO

Os estudos iniciais de viabilidade econômico e social foram realizados em 1984. O projeto executivo de irrigação ficou concluído 1985 iniciando-se em seguida, a implantação da obra, que foi inaugurada em 1987. O projeto foi implantado sem intervenção fundiária, aproveitando a estrutura existente, sendo mantidos os produtores ali instalados.

LOCALIZAÇÃO

O perímetro irrigado Piauí está localizado no município de Lagarto, no Território Centro Sul, distando 69 Km de Aracaju, 6 Km da sede municipal e 93 Km para o Porto.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O perímetro é constituído por minifúndios, onde as propriedades com menos de 5 ha correspondem a 95% da área total, razão pela qual sua implantação ocorreu sem intervenção fundiária. É formado por 539 propriedades, abrangendo uma área de 1.106 hectares. Desses propriedades, 421 apresentam condições de irrigação, com uma superfície total equivalente a 703 hectares, sendo 331 totalmente irrigáveis e 90 parcialmente irrigáveis. Atualmente, existem 236 propriedades que adotam a agricultura com irrigação, ou seja, 61,0% do total das propriedades.

ÁREA DO PERÍMETRO

A área do perímetro abrange uma superfície da ordem de 1.450 ha, considerando-se as áreas compreendidas pela bacia hidráulica (345 ha) e pelo perímetro irrigado (106 ha). A área do projeto está totalmente contida dentro da bacia do Rio Piauí. O Perímetro Irrigado, está situado à leste da margem esquerda do lago, tem a sua rede de drenagem natural constituída pelos pequenos riachos tributários do Piauí.

- Área total do perímetro: 1.450 ha
- Área líquida irrigável: 703 ha
- Assistência Creditícia: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado de Sergipe
- Número de Lotes: 358 lotes
- Métodos de Irrigação: Aspersão convencional e microaspersão.

TIPOS DE SOLO

- Podzólico Vermelho amarelo
- Planossolo
- Solódico

DADOS CLIMÁTICOS

- Clima: Quente úmido
- Temperatura Média: 20,4º C min.
29,3º C max, com média anual
de 24,8º C.
- Precipitação Média: 900 mm a 1100 mm
- Insolação : 2239 horas
- Umidade Relativa: 75,3 %

CULTURAS EXPLORADAS

Batata Doce, Inhame, Mandioca, Repolho, Pimenta Malagueta e Jalapenã, Pimentão, Quiabo, Tomate, Maracujá, Amendoim, Mamão, Laranja e Mudas Citrícolas.

AGRONEGÓCIO - O agronegócio da pimenta partiu da iniciativa da COHIDRO junto ao grupo Maratá para negociar um contrato de compra e venda da produção com valores pré-estabelecidos e destinação assegurada da produção. Desde 25 de setembro de 2007 existem contratos para mais de 200 produtores cadastrados.

FEIRA AGROECOLÓGICA-Também foi criada uma associação visando a agricultura orgânica. Hoje já comercializa com muito sucesso através da Feira Agroecológica iniciada em 2007, no centro da cidade de Lagarto duas vezes por semana.

PRODUÇÃO EM 2008

3.768 ton.

FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

3.245

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Assistência Técnica Agronômica e Serviços de Operação e Manutenção são de responsabilidade da COHIDRO, companhia vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura do Desenvolvimento Agrário.

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE

A infra-estrutura do perímetro, compõe-se de uma barragem de alvenaria de pedra e concreto, no rio Piauí, com 20 metros de altura e 465 metros de comprimento. formando um reservatório de acumulação normal de 15,0 milhões de metros cúbicos de água, inundando uma área de 345 ha.

Anexo D

Sáb, 29 de Outubro de 2011 17:50 <http://www.inclusao.se.gov.br/noticias/55-inclusao-produtiva/2225-feira-em-lagarto>

Governo realiza primeira edição da Feira da Agricultura Familiar em Lagarto

A primeira edição do projeto ‘Feira da Agricultura Familiar’ no município de Lagarto aconteceu neste sábado, 29, com a comercialização de produtos cultivados de forma convencional e orgânica. A feira acontecerá todos os sábados na Praça Filomeno Hora, das 6h às 12h. A iniciativa é promovida pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Atualmente as feiras já acontecem com periodicidade semanal em Ribeirópolis e Socorro. Em Aracaju as edições são quinzenais. Além destas três cidades e de Lagarto, em médio prazo a meta do Governo do Estado é disponibilizar ferramentas para que os agricultores de Boquim, Simão Dias, Umbaúba, Estância, Neópolis, Propriá, Japoatã, Monte Alegre e Poço Redondo também passem a produzir alimentos de origem agroecológica.

A edição da feira de Lagarto foi aprovada pelos consumidores e feirantes. A consumidora Luciana da Silva Ramos, apreciou a qualidade dos produtos comercializados. “Ouvi a propaganda da feira em uma rádio da cidade e gostei da novidade. Como ouvi que muitas frutas e verduras são sem agrotóxicos, esperei para fazer a feira hoje”.

Também para a consumidora Elizabete Cerqueira, a satisfação em participar da feira não foi diferente. “Posso garantir que vou virar cliente dessa feirinha. Comecei a fazer minhas compras e percebi que os produtos são fresquinhos, colhidos da horta há pouco tempo. Vou levar para casa muitas folhagens”.

A feirante Suelen Santos Melo, participou pela primeira vez da feira e garante voltar mais vezes. “Para o dia da estreia da feira, posso dizer que a venda está muito boa. Já estou empolgada para voltar mais vezes. Garanto que todo sábado estarei aqui”, ressaltou.

A diretora do departamento de Renda e Cidadania da Seides, Heleonora Cerqueira, destacou a expectativa para o sucesso da feira de Lagarto. “Torcemos para que essa feira seja sempre um grande sucesso de público, para que os vendedores consigam vender seus produtos com lucro certo e a população saia sempre satisfeita, como já tem acontecido em outras cidades”.

Para o secretário de Agricultura de Lagarto, Antônio Carlos Nogueira, a feira é mais uma oportunidade que o agricultor familiar escoar seus produtos. “Essa feira é benéfica tanto para o consumidor, quanto para o vendedor. O feirante escoa seus produtos e recebe o valor bruto da venda, eliminando o atravessador. Sem contar que o comprador tem a certeza de estar levando para casa um produto de qualidade, e ainda tem a opção de escolher entre uma fruta e verdura convencional ou sem agrotóxico”.

O diretor de irrigação da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Cohidro), João Quinquiliano Fonseca, parabenizou a Seides pela iniciativa e diz estar muito satisfeito com a parceria. “A Cohidro tem muita satisfação em participar de iniciativas como esta. Já que trabalhamos com água, um bem tão necessário e fundamental para a produção desses alimentos, através de perímetros irrigados, fizemos questão de auxiliar no processo de construção das feiras da agricultura familiar”.

Metodologia

Com a iniciativa, o Governo do Sergipe e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pretendem

remover o atravessador e aumentar o espaço e a renda do agricultor familiar sergipano e, ao mesmo tempo, disponibilizar ferramentas para que os agricultores passem a produzir alimentos de origem agroecológica.

As Feiras da Agricultura Familiar fomentam a integração territorial e ajudam a enfrentar e superar a fome, o subemprego, o pouco aproveitamento da capacidade produtiva dos agricultores familiares, além de melhorar a distribuição de renda.

Parceiros

São realizadores do projeto a Seides, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Prefeituras Municipais, Central de Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Sergipe (Centrafes) e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

São apoiadores a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro), a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), o Banco do Estado de Sergipe (Banese), Banco do Brasil, Instituto de Cooperação Para o Desenvolvimento Rural Sustentável (Icoderus), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Anexo E

Fonte: <http://www.emdagro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=238>

EMDAGRO : Diversificação da cultura do fumo é discutida em seminário

em 22/12/2009 16:13:43

Discutir alternativas para a diversificação das áreas cultivadas com o fumo em Sergipe, esse foi o objetivo do Seminário promovido pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), nesta terça-feira, 22, no Povoado Colônia Treze, em Lagarto, que contou com a participação de técnicos da empresa, do Delegado Regional do MDA, Adailton dos Santos, da Articuladora da Rede Nacional de Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora do Ministério, Adriana Gregolin, vereadores, agricultores familiares e representantes de entidades ligadas à cultura no município, membros da Igreja Católica e representantes da Secretaria de Estado da Saúde.



Com base nas discussões apresentadas foram destaques a questão da saúde das famílias envolvidas no cultivo, a trajetória da cultura do fumo no Estado, ministrada pelo Engenheiro Agrônomo da Emdagro; o Programa de Diversificação em áreas cultivadas com o fumo, pela articuladora da Rede Nacional de Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora (AFF); as alternativas de mercado para as áreas sem cultivo do fumo, e; saúde mental e trabalho rural.

Em Sergipe, apenas os municípios de Arauá, Boquim, Cristinápolis, Lagarto, Riachão do Dantas, Simão Dias, Salgado e Umbaúba são produtores de fumo. Dentre estes, o município de Lagarto é o maior produtor fumageiro do Estado com 1.300 toneladas em 950 hectares

no ano de 2009.

Segundo dados da Emdagro, o setor vem sofrendo uma redução drástica na produção do fumo em Sergipe, onde apenas 2.520 toneladas foram produzidas em 2009 numa área aproximada de 1.800 hectares, diferentemente do ano de 2006 que era de 2.868 toneladas em 2.141 hectares de fumo produzido.



Para o Engenheiro Agrônomo da Emdagro, José Almeida Cansanção, pouco mais de duas mil famílias ainda trabalham com a cultura e justifica a causa da redução na produção do fumo. "Nós temos em todo o Estado apenas 2 mil famílias de agricultores rurais que trabalham com o cultivo do fumo e esse número tende a cair cada vez mais porque o país, que estava preocupado com a arrecadação, hoje está muito mais preocupado com os altos custos com a saúde do que com o retorno dos impostos."

João de Deus Gomes da Silva, Gerente da Vigilância Estadual da Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde, alerta sobre os perigos a saúde. "São incontáveis os malefícios do fumo, isso porque seu derivado é muito prejudicial em todos os aspectos, tanto para quem produz quanto para quem consome", diz, acrescentando que o tabaco atinge os sistemas nervoso, respiratório, hematopoiético e cardiovascular, além de prejudicar o fígado, os rins, a pele, os olhos e os tratos gastrointestinais.

Silva ainda destaca que a há uma tendência mundial em minimizar o consumo dos derivados do fumo. "Essa tendência, como leis que proíbe m o uso de cigarros em ambientes

idade

fechados, a propaganda desses produtos e a venda a menores de contribuem para a queda do consumo do cigarro e, consequentemente, haja uma redução na produção do fumo", ressalta.

Em seu pronunciamento, a Articuladora da Rede Nacional de Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adriana Gregolin, destacou a importância da rede na consecução dos trabalhos de diversificação e asseverou

do que essa

sofrem nos campo de fumo. "É minha obrigação levar essas informações aos meus familiares, amigos e vizinhos, porque eu sei que eles estão se acabando na lavoura do tabaco", afirma.

Ele ainda afirma que o seminário, por conta dos anos que trabalhou na cultura, foi de muita importância. "Não tenho nem o que dizer, porque pra mim o seminário de hoje vale mais do que dinheiro e essas orientações chegaram em boa hora para a gente se conscientizar cada vez mais sobre os prejuízos do fumo", conclui o agricultor.

Na ocasião, o Articulador Estadual da Rede de Comercialização, Geraldo Sobrinho, explanou sobre a Lei 11.947, aprovada no Congresso Nacional em junho de 2009, a qual determina que 30% da alimentação escolar deverão ser adquiridas da agricultura familiar. "O nosso papel é mostrar a esses agricultores que existem outros mercados que não sejam o de fumo. Trabalhar, por exemplo, com mandioca, maracujá, laranja, hortaliças e ervas podem garantir emprego e renda tão quanto o mercado do tabaco", afirma.

Como encaminhamento ficou marcada para o próximo mês de janeiro de 2010 uma reunião entre a Emdagro e a Secretaria Municipal de



articular junto ao Ministério e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) a elaboração de um convênio com a Emdagro para o repasse de recursos que garantam a efetiva implantação Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com o Fumo.

Joel da Silva, agricultor rural, diz trabalhou há mais de 40 anos na cultura do fumo e há seis largou prática por questões de saúde. Garante que vai servir de multiplicador a todas as pessoas que

sofrem nos campo de fumo. "É minha obrigação levar essas



Agricultura no intuito de promoverem uma ampla e consistente articulação com todos os setores envolvidos na cultura do fumo para a promoção de mecanismos que viabilizem a diversificação do cultivo em todo o Estado.

ANEXO F

Fonte: <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=17788>

SE - Fumicultores de Lagarto e Salgado participam de curso

Começa nesta segunda-feira, 25, uma série de cursos do 'Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco', nos municípios de Lagarto e Salgado (SE). A primeira atividade será realizada no Povoado Abóboras, Salgado, e reunirá 90 pequenos produtores de fumo da localidade.

Nesse primeiro momento, os fumicultores serão capacitados sobre o 'Mais Alimentos', uma linha de crédito específica do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que financia investimentos em infraestrutura para melhorar e aumentar a produção da propriedade rural familiar. Os cursos prosseguem até fevereiro, num total de dez, e beneficiam 380 pequenos produtores (datas e locais na tabela abaixo). Além das atividades de formação, esses agricultores têm acompanhamento técnico.

O "Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco" é uma iniciativa do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), por meio da SAF (Secretaria de Agricultura Familiar), em parceria com o Centro de Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro (CFAÇ).

O objetivo do programa é apoiar a implantação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para que sejam desenvolvidas estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo, buscando novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida das famílias. Tem como princípios são o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diversificação, as parcerias e a participação dos agricultores familiares.

Fonte: Infonet

Data: 25-01-2010

ANEXO G**Trabalho de Campo Povoado Colonia Treze 15/07/2010**



Anexo H

